

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Antropologia Social

Substituindo famílias

continuidades e rupturas na prática de acolhimento
familiar intermediada pelo estado em Porto Alegre,
1946/2003

Pilar Uriarte Bálamo

Orientadora: Prof. Dra. Claudia Fonseca

Porto Alegre, fevereiro de 2005

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Substituindo famílias.

continuidades e rupturas na prática de acolhimento
familiar intermediada pelo estado em Porto Alegre,
1946/2003.

Dissertação apresentada por Pilar Uriarte Bálamo como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Mestrado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob orientação da Prof. Dra. Claudia Fonseca

Porto Alegre, fevereiro de 2005

AGRADECIMENTOS

A minha família em Gravataí: tia Mota, Ernesto, Cibei, Cecília e Ana Luiza; sem os quais minha permanência aqui não teria sido possível.

Ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, que me deu a possibilidade de realizar o mestrado, e aos seus professores que acreditaram nessa possibilidade.

A minha orientadora, pelo compromisso e paciência com que guiou este trabalho.

Às colegas de campo, Débora, Laura, Martina e especialmente a Simone; por sua confiança e alegria.

Aos colegas e afins da turma 2003:

Alessandro, Buyuh, Cristian, Cristian, Débora, Diego, Flávia, Gian, Gustavo, Laura, Mariana, Márcio, Marina, Marcelo, Michael, Miriam, Nádia, Nicolás, Nicole, Pablo, Rodrigo, Rosana, Soraya, Talita, Tom, Toninho, Verónica, Yamila; pelas horas de estudo e diversão compartilhadas.

Aos colegas do tópico de escrita, e do Núcleo de Antropologia e Cidadania, que me ajudaram a construir a dissertação.

A Soraya por suas leituras atentas e pela versão do resumo em inglês.

A Rodrigo pela atenção e afeto postos na correção do meu "português".

A Natalia pelo fundamental apoio logístico.

À CAPES que apoiou economicamente.

A Luciano Amorim, Alice Bittencourt e Maria del Pilar Solano.

À direção e técnicos da FPE, que permitiram o acesso à informação.

A todas las personas que me apoyaron desde Montevideo.

Agradeço especialmente às famílias participantes do Programa Lares Substitutos, que dividiram comigo sua experiência.

RESUMO

Este trabalho trata sobre continuidades e rupturas nas políticas de assistência à infância em relação às diferentes concepções de família, infância, direitos e bem-estar de crianças e adolescentes. Particularmente aborda o caso do *acolhimento familiar* em Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brasil) e visa analisar os diversos programas de colocação familiar implementados entre 1946 e 2003. Sua história se apresenta como um exemplo de continuidade no que refere à participação de membros da comunidade em programas públicos de assistência, que envolvem várias gerações, tanto entre as famílias de acolhida como entre as famílias de origem. Neste trabalho, a questão da extraordinária longevidade (de mais de cinco décadas) do sistema de acolhimento familiar é abordada a partir da análise etnográfica da experiência de famílias participantes do *Programa Lares Substitutos* -última das modalidades de colocação familiar implementada pela FEBEM-RS. Essa perspectiva revela a forma como os mecanismos oficiais de funcionamento do programa se reformularam a partir das práticas informais de circulação de crianças. Essas práticas, já existentes dentro da comunidade, colaboraram os objetivos originalmente planejados desde a administração, otimizando a utilização dos recursos disponibilizados pelos poderes públicos. A suspensão do Programa Lares Substitutos -que implica a ruptura da política oficial de acolhimento familiar, mas não da prática informal de circulação de crianças- é analisada no contexto das mudanças produzidas no marco do processo de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, entre 1994 e 2003

Palavras chaves: **infância, família, acolhimento familiar, políticas públicas.**

ABSTRACT

This dissertation deals with continuities and ruptures in the childhood assistance policies in relation to different conceptions of family, childhood, rights and welfare of children and teenagers. Particularly, it treats the case of *family fostering* in Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brazil) and aims to analyze the diverse programs of family placement implemented between 1946 and 2003. The material presents an example of continuity in reference to people's participation in the public assistance programs, that involve many generations, among the foster families as well as among the biological families. In this study, the question about the extraordinary longevity (of more than five decades) of this particular foster family system is addressed through the ethnographic analysis of the participant families' experiences of the *Programa Lares Substitutos* - the last of the modalities of family placement implemented by FEBEM-RS. This perspective reveals the way in which the official operational mechanisms of the program have been reformulated in function of the informal practices of children circulation. These practices, already existing among members of the community, converged with the goals originally planned by the administration, optimizing the use of resources made available by the government. The suspension of the *Programa Lares Substitutos* - that implies a rupture in the official policy of family fostering, but not in the informal practice of child circulation - is set in the context of changes produced during the implementation of the *Estatuto da Criança e do Adolescente*, between 1994 and 2003.

Key words: **childhood, family, fostering, public policies**

RESUMEN

Este trabajo trata sobre continuidades y rupturas entre las políticas de asistencia a la niñez, en relación a las diferentes concepciones de familia, infancia, derechos y bienestar de niños y adolescentes predominantes en diferentes momentos históricos. Particularmente aborda el caso de la "colocación familiar" en Porto Alegre (Rio Grande do Sul - Brasil) y pretende analizar los diversos programas implementados entre 1946 y 2003. Este proceso presenta un ejemplo de continuidad en lo que refiere a la participación de la comunidad en un programa público de asistencia, que involucra varias generaciones, tanto entre las familias de origen como entre las familias que reciben los niños usuarios del Programa. La extraordinaria duración (de más de cinco décadas) del sistema de colocación familiar es abordada a partir del análisis etnográfico de la experiencia de las familias participantes del *Programa Lares Substitutos* -última de las modalidades de colocación familiar implementados por la FEBEM-RS. Esta perspectiva reveló la forma como los mecanismos oficiales de funcionamiento del Programa se reformularon a partir de las prácticas informales de *circulación de niños*. Esas prácticas, ya existentes en la comunidad, adaptaron los objetivos originalmente planificados, optimizando la utilización de los recursos disponibilizados por los poderes públicos. La suspensión del *Programa Lares Substitutos* -que implica una ruptura de la tradición oficial de colocación familiar, pero no de la práctica informal de circulación de niños- es contextualizada a partir de los cambios producidos en el marco del proceso de implementación del *Estatuto da Criança e do Adolescente*, entre 1994 y 2003.

Palabras clave: **infancia, familia, colocación familiar, políticas públicas.**

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

CAPÍTULO 1. O PONTO DE PARTIDA	pág. 8
1.1 ACESSO AO CAMPO	pág. 10
1.2 OS PARTICIPANTES DO PROGRAMA LARES SUBSTITUTOS.....	pág. 12
1.3 A ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	pág. 14

CAPÍTULO 2.

A COLOCAÇÃO FAMILIAR: PROGRAMA OFICIAL OU PRÁTICA INFORMAL?	pág. 17
2.1 FAMÍLIA E PARENTESCO	
2.1.1 Parentesco, uma questão de significados.....	pág. 18
2.1.2 A circulação de crianças, objeto antropológico.....	pág. 20
2.1.3 Circulação de crianças no Brasil.....	pág. 23
2.2 INFÂNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	
2.2.1 um quadro comparativo.....	pág. 25
2.2.2 O acolhimento familiar dá início ao Programa Lares Substitutos.....	pág. 29
2.3 A EXTRAORDINÁRIA LONGEVIDADE DO PROGRAMA.....	pág. 31
2.3.1 Juracema, bisavó substituta.....	pág. 32
2.3.2 O acolhimento familiar: Programa oficial e prática informal.....	pág. 35

CAPÍTULO 3. DA TELEVISÃO À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA:

NA PROCURA DE RECONHECIMENTO	pág. 37
3.1 DEFINIÇÃO DOS PAPEIS.....	pág. 39
3.1.1 A equipe se posiciona no campo: Simone, " <i>um anjo que caiu do céu</i> "	pág. 40
3.1.2 Posições intra-equipe: " <i>aquela professora tão simpática... ela é bem exigente né?</i> "	pág. 42
3.2 O QUE ESTÁ SENDO RECLAMADO	pág. 43
3.2.1 Amanda: " <i>nem uma flor</i> ".....	pág. 44
3.2.2 Célia: " <i>Ninguém quer saber se estamos vivos ou mortos</i> "	pág. 47
3.2.3 Per capita e reconhecimento.....	pág. 49
3.3 O PROCESSO OFICIAL DE RECLAMAÇÕES	
3.3.1 Uma mudança na estratégia.....	pág. 51
3.3.2 A audiência pública.....	pág. 53
3.4 AS REIVINDICAÇÕES E A PESQUISA.....	pág. 56

CAPÍTULO 4. OS LARES SUBSTITUTOS: FORMAS DIFERENTES DE CONSTRUIR A FAMÍLIA

4.1 FAMÍLIAS, LARES SUBSTITUTOS E SUAS DEFINIÇÕES.....	pág. 60
4.2 INTENÇÕES E SIGNIFICADOS: OPERANDO COM O PARENTESCO.....	pág. 61
4.2.1 Olga e Nilda: Vizinhas, amigas e colegas.....	pág. 63
4.2.2 Um Programa, duas experiências.....	pág. 67
4.3 CONSTRUINDO FAMÍLIAS	
4.3.1 A permanência no lar como forma de integração.....	pág. 69
4.3.2 Formas de nomeação.....	pág. 72

4.4 A ESCOLHA DO VÍNCULO LEGAL.....	pág. 75
4.4.1 Ana Paula, a permanência através da tramitação da guarda.....	pág. 75
4.4.2 João e Fátima, o vínculo passados os anos.....	pág. 78
4.4.3 Vínculo jurídico e laços afetivos.....	pág. 80
4.5 MULTIPLICIDADE DE SITUAÇÕES COEXISTINDO, O LAR DE VALQUÍRIA.....	pág. 81
4.5.1 Uma manhã NA casa de Valquíria.....	pág. 82
4.5.2 Integração e diferenças.....	pág. 84

CAPÍTULO 5. ENTRE O PLANEJAMENTO E AS PRÁTICAS: MECANISMOS DE FUNCIONAMENTO DA EXPERIÊNCIA CONCRETA NO PROGRAMApág. 86

5.1 HISTÓRIAS FAMILIARES E FORMAS DE CADASTRAMENTO DOS LARES SUBSTITUTOS	
5.1.1 O Programa Lares Substitutos e as redes de informação.....	pág. 88
5.1.2 Célia e Rosângela, dois casos diferenciados.....	pág. 89
5.1.3 Motivações, justificativas e representações do acolhimento e da participação no Programa.....	pág. 94
5.2 OS USUÁRIOS DO PROGRAMA, INGRESSO, INTEGRAÇÃO E PERMANÊNCIA NOS LARES SUBSTITUTOS	
5.2.1 Colocação no Lar e ingresso ao Programa.....	pág. 96
5.2.2 A permanência dos usuários, uma possibilidade não prevista.....	pág. 97
5.2.3 Colocação regular e colocação transitória: uma distinção na prática.....	pág. 99
5.2.4 Permanência no "lar transitório" e adoção no "lar regular".....	pág.100
5.2.5 Lares regulares e adoção internacional, a exceção que confirma a regra.....	pág.102
5.3 RESPONSABILIDADES E VÍNCULOS JURÍDICOS ENTRE FEBEM, LARES SUBSTITUTOS E USUÁRIOS DO PROGRAMA	
5.3.1 Estatuto legal dos usuários do Programa: uma ampla gama de situações indefinidas.....	pág.104
5.3.2 As mães substitutas e a FEBEM: trabalhadoras ou voluntárias?.....	pág.107
5.4 PREVISÕES, INTENÇÕES E POSSIBILIDADES: FAZENDO O PROGRAMA FUNCIONAR.....	pág.109

CAPÍTULO 6. OS LARES SUBSTITUTOS E SUAS AVALIAÇÕESpág.111

6.1 DA FEBEM A FPE, AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA A PARTIR DO ECA.....	pág.111
6.2 O DISCURSO OFICIAL EM DIFERENTES VOZES.....	pág.119
6.2.1 Famílias verdadeiras e seus arremedos: a resolução do JIJ.....	pág.118
6.2.2 O acolhimento subsidiado e suas "motivações", as ONG e a "prioridade absoluta do interesse da criança".....	pág.121
6.2.3 Dos "Direitos" às situações concretas, trabalhando com os Lares Substitutos.....	pág.124
6.2.4 Os "Direitos" frente ao sistema judicial.....	pág.126
6.3 INTERESSE E MOTIVAÇÕES, ELEMENTOS REGULANDO O CAMPO.....	pág.128

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PROGRAMA LARES SUBSTITUTOS NO SEU CONTEXTO POLÍTICO.....pág.131

REFERÊNCIAS	pág.136
--------------------------	---------

ÍNDICE DE FIGURAS

TABELAS

Total de lares entrevistados, localização e número de participantes do Programa que se encontravam integrados em cada lar no momento do contato	pág. 11
Número de lares substitutos e de usuários do Programa por ano entre 1975 e 2003.....	pág. 31
Número de usuários do Programa por lar substituto e por faixa etária em dezembro de 2002	pág. 69
Número de usuários do Programa integrados nos lares substitutos em dezembro de 2003	pág. 70

DIAGRAMAS

Linha do tempo.....	pág. 30
Diagrama genealógico da família de Nilda	pág. 67
Diagrama genealógico da família de Valquíria	pág. 84
Diagrama genealógico da família de Sônia, Marta e Rosângela	pág. 94

ÍNDICE DE SIGLAS

ABEPAS	Associação Beneficente de Pais Substitutos
CEDICA	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCA	Conselho Municipal da Criança e o Adolescente
CT	Conselho Tutelar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FASC	Fundação Assistência Social e Comunitária
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor
FPE	Fundação de Proteção Especial
FUNABEM	Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor
JIJ	Juizado da Infância e Juventude
NACI	Núcleo de Antropologia e Cidadania
ONG	Organização Não Governamental
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
RS	Rio Grande do Sul
SCTAS	Secretaria de Trabalho Cidadania e Assistência Social
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESME	Serviço Social de Menores
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CAPÍTULO 1

O PONTO DE PARTIDA

Em março de 2003, um grupo de mulheres apresentando-se como "*Mães da Febem*", foram até a televisão, no jornal do meio dia, na tentativa de trazer a tona sua situação. Participavam do Programa Lares Substitutos, por meio do qual acolhiam em seus lares crianças e adolescentes afastados de suas famílias de origem por diferentes razões e para os quais a integração em um lar substituo representou uma alternativa à institucionalização. Segundo explicaram essas mulheres, até dezembro de 2002 os Lares Substitutos recebiam, por parte da Fundação de Proteção Especial (FPE), um montante de dinheiro e gêneros por cada uma das pessoas colocadas em seu lar. A responsabilidade sobre os jovens colocados dividia-se entre as pessoas a cargo de cada Lar Substituto e o Estado, que realizava um rígido acompanhamento de cada família através da equipe de técnicos e assistentes sociais da FEBEM ou FPE.

Em janeiro de 2003, tanto o repasse de dinheiro como o acompanhamento aos usuários do Programa simplesmente cessaram. Em nove lares, situados zonas afastadas das cidades de Porto Alegre, Viamão, Guaíba e Cachoeirinha, encontravam-se ainda vinte e oito usuários do Programa integrados nas famílias de acolhida há mais de dez anos. Eles representavam o "restante" dos programas baseados no modelo de colocação familiar, que funcionaram desde 1946 com variados nomes e em diferentes modalidades, e que procuraram potencializar os recursos de acolhimento familiar já existentes na comunidade. Aprofundando nas informações soubemos que este foi um dos primeiros sistemas de acolhimento familiar desenvolvido no Brasil servindo como exemplo para a formulação de outros programas do tipo. Mesmo assim, encontramos escassíssimas referências a ele tanto na literatura sobre o tema, quanto ao conversar com pessoas atualmente envolvidas nos serviços de assistência à infância e família.

Pouco mais de um ano após a aparição televisiva dessas mulheres, em abril de 2004, realizou-se no Rio de Janeiro o Colóquio Internacional sobre Acolhimento Familiar, um evento que visava a difundir o sistema de acolhimento familiar e compartilhar diversas experiências. Através das atas do colóquio observamos que a única referência ao Programa Lares Substitutos em Rio Grande do Sul, que já contava com quase cinquenta anos de história, foi a citação de uma publicação em inglês "*The World of Foster Care*", que em 1998 descrevia a experiência nos seguintes termos:

O Brasil não tem uma tradição cultural ou legal de acolhimento familiar, porém foi implantado um programa em Porto Alegre através da Fundação do Bem-Estar do Menor, que tentou por alguns anos atender crianças abandonadas através do acolhimento familiar. Infelizmente, o programa fracassou devido a vários fatores: falta de recursos financeiros, baixo *status* sócio-econômico das famílias candidatas, falta de treinamento para estas famílias candidatas e queixas trabalhistas contra o Estado (apud DANTAS, 2004; 32)

Desmentindo essas referências negativas, as *Mães da Febem*¹ que saíram na televisão apresentavam uma experiência muito rica na sua história, a qual pretendiam dar continuidade. O confronto das duas versões nos deixou um tanto perplexas: nove famílias reclamavam no jornal do meio-dia a continuidade do Programa -que lhes permitia oferecer uma família a crianças que em outras circunstâncias seriam institucionalizadas- e que foi suspenso repentinamente. Enquanto isso, para o resto das pessoas envolvidas na proteção dos direitos de crianças e adolescentes, o Programa Lares Substitutos era uma experiência fracassada e concluída há tempo.

Este trabalho foi construído a partir de uma dúvida surgida ao assistir aquela primeira entrevista na televisão, mas que foi crescendo a medida que nos aproximávamos a estas famílias: será que o Programa Lares Substitutos é realmente uma experiência fracassada? A extraordinária longevidade do Programa não contradiz essa hipótese? E se o Programa Lares Substitutos não foi o "fracasso" pautado em documentos oficiais, não devemos estranhar a facilidade com a qual agentes do Estado hoje deixam no esquecimento essa experiência pioneira no Brasil? Propomos trazer, nas páginas seguintes aportes da antropologia para tentar decifrar alguns desses enigmas.

¹ Ou mães substitutas, como referirei a elas no resto do trabalho.

1.1 O ACESSO AO CAMPO

Minha proposta nesta dissertação é a de trabalhar com as famílias participantes do Programa Lares Substitutos e sua experiência, à qual tive acesso através do contato direto, principalmente com as mulheres que ocuparam o lugar de “mães substitutas”. Em um primeiro momento procuramos as nove famílias ainda participantes do Programa e posteriormente outras que tivessem participado, embora tivessem saído do Programa antes da data de sua suspensão. De um lar fomos levadas a outros, primeiro Viamão, depois Cachoeirinha e por último Porto Alegre. Durante o tempo de funcionamento pleno do Programa, existiram também Lares Substitutos no interior do Estado do Rio Grande do Sul. Nenhum desses Lares, localizados em cidades como Passo Fundo, Lajeado e Pelotas, foi contatado. O trabalho de campo restringiu-se à cidade de Porto Alegre e região metropolitana.

Na etapa de trabalho de campo que abarcou um ano entre julho de 2003 até julho de 2004, foram contatadas onze famílias, todas elas participantes do Programa em diferentes momentos. O conjunto de Lares Substitutos contatados não correspondeu à totalidade das famílias nem a um recorte predeterminado na pesquisa. Mais do que uma escolha metodológica, este caminho obedeceu à forma em que tomamos conhecimento da situação, não mediante contatos com a administração, mas em razão das próprias ações das mães. Os onze lares são o resultado de um mapeamento de rede que teve como ponto inicial o grupo das nove mães substitutas reclamantes. Do total de onze, sete faziam parte desse grupo, e as outras quatro correspondem a ex-mães substitutas pertencentes a essas redes, indicadas por outras mães substitutas. Além do relato das mães substitutas, a maior fonte de informação sobre o Programa foram os documentos de arquivo existentes na Fundação de Proteção Especial (FPE). O arquivo do Programa consiste em uma gaveta de um armário de metal cinza, onde se encontram os prontuários dos Lares Substitutos e as fichas individuais dos jovens colocados neles -unicamente daqueles que continuavam em atividade até 2002. Também achamos registros da atividade do Programa, das reuniões mensais das mães substitutas na sede da FEBEM, documentação referida a processos judiciais por pedido de guarda de crianças, reclamações de direitos empregatícios por parte das mães, documentos tentando descrever a história e situação do Programa assim como tentativas de regulamentação e ampliação do Programa em diferentes momentos de 1980 a 2002.

A análise desses documentos permite ter acesso a pontos de vista e opiniões e até problemas que o Programa apresentava em diferentes momentos. Permite, por exemplo,

o acesso direto a decisões judiciais e, portanto, às opiniões e valores de pessoas vinculados ao Programa com as quais não temos contato direto. Com base nessas informações podemos observar os diferentes momentos da colocação de crianças e identificar mais precisamente o ano de começo e as diferentes etapas do Programa Lares Substitutos. Apesar de ser muito rica, a informação obtida através desses documentos é bastante fragmentada. A organização do arquivo não é metódica, não existe uma seqüência cronológica nem um critério de classificação. Além das pastas devidamente identificadas para cada Lar Substituto e cada usuário do Programa, o resto se assemelha a um depósito de papéis velhos e não a um arquivo propriamente dito.

TOTAL DE LARES ENTREVISTADOS, LOCALIZAÇÃO E NÚMERO DE PARTICIPANTES DO PROGRAMA QUE SE ENCONTRAVAM INTEGRADOS EM CADA LAR NO MOMENTO DO CONTATO (o ordenamento corresponde à seqüência em que foram contatados)

Nome da mãe substituta	Bairro	Cidade	crianças e jovens² colocados nos Lares Substitutos
Valquíria	Monte Alegre	Viamão	4 jovens
Juracema	Monte Alegre	Viamão	1 criança
Rosângela		Viamão	4 adultos <i>PPDs</i> ³
Célia		Cachoerinha	2 jovens 1 criança
Marli	Vila Cruzeiro	Porto Alegre	1 jovem
Olga	Campo da Tuca	Porto Alegre	4 jovens
Fátima	Sarandí	Porto Alegre	1 adulto
Nilda	Campo da Tuca	Porto Alegre	Desligada 1996
Clarissa	Vila Jardim	Porto Alegre	Desligada 1996
Amanda (falecida em 2002), entrevistamos sua filha Rita	Tristeza	Porto Alegre	Lar fechado em 1996 por decisão da mãe substituta. Os usuários foram redistribuídos em outros lares.
Maria Rosa	Vila Jardim	Porto Alegre	Desligada em 1994 (aposentada)
Teresa e Manoel	Hípica	Porto Alegre	Não conseguimos estabelecer contato por mudança no endereço.
Zulmira		Guaíba	Moravam no seu lar 4 adultos <i>PPDs</i> , que foram entregues a uma instituição. Não conseguimos estabelecer contato por problemas de saúde da mãe substituta.

² Mediante a expressão "usuários do Programa" pretendo unificar crianças, adolescentes e jovens portadores de deficiência que foram colocados nos Lares Substitutos por intermediação do Estado.

³ A abreviatura PPD significa *pessoa portadora de deficiência*. Nos últimos anos esta expressão tem caído em desuso, sendo substituída por PNE, *portador de necessidades especiais*. Apesar disso, no meu trabalho mantenho o uso da primeira expressão, que é a que aparece com maior freqüência nos registros de arquivo da FPE e utilizada também pelas mães substitutas. Para marcar essa especificidade da expressão, ela aparece sempre em itálica.

1.2 OS PARTICIPANTES DO PROGRAMA LARES SUBSTITUTOS

Em traços gerais, as famílias com as quais trabalhei podem ser consideradas como famílias de baixa renda. Provavelmente também o fossem a grande maioria das famílias que participaram do Programa, porém não contamos com dados para ir além da suposição. Todas elas habitam em regiões afastadas do centro de Porto Alegre, mesmo em vilas consideradas como “perigosas”, como o Campo da Tuca ou Vila Cruzeiro; ou então, na região metropolitana, Viamão, Cachoeirinha e Guaíba. São famílias que moram em casa amplas, com muitos cômodos que geralmente foram sendo construídas e melhoradas aos poucos, o que é facilmente observável nas estruturas de muitas delas. Provavelmente isso tenha relação direta com o fato de ter participado de atividades de acolhimento de crianças, que requer uma alta disponibilidade de espaço para dormitórios, banheiros, etc. Mesmo nos casos em que o Programa já tinha sido abandonado, estas estruturas se conservam, sendo reutilizadas para outras funções. Essas casas estão localizadas perto de parentes como pais, irmãos e fundamentalmente filhos. Também encontramos uma proximidade bastante significativa entre os lares substitutos.

Os homens integrantes dessas famílias têm empregos com remunerações modestas. As mulheres das gerações mais velhas, além de se dedicarem ao cuidado de crianças, realizam algumas outras atividades para ampliar os recursos familiares, como por exemplo, costuras, faxinas, cuidado e manutenção de casas enquanto os proprietários estavam fora, entre outras. Para as novas gerações, as ocupações têm mudado um pouco e as mulheres mais jovens da família trabalham, por exemplo, como auxiliares de enfermagem, como faxineiras, dentro de empresas de limpeza ou de serviços gerais, como telefonistas.

Tal como aparece nas suas narrativas, as mulheres destas famílias tiveram papéis familiares centrais e, portanto, tiveram essa importância também no meu trabalho. Ainda que denominado Lares Substitutos o Programa estava fortemente centrado na figura da mulher enquanto “mãe substituta”. Com exceção de um Lar Substituto que foi inscrito com o nome do casal responsável por ele, o resto dos lares era denominado com nome de cada mãe substituta. Esse nome figurava em todos os documentos oficiais como a fichas, relatórios sobre o Programa, orçamentos, etc. Eram as mulheres as que assumiam a responsabilidade frente a FEBEM ou FPE⁴ pelo Lar Substituto e as crianças colocadas

⁴ Até 2000 o Programa Lares Substitutos dependia da FEBEM. A partir desse ano, com o processo de descentralização, a FEBEM foi substituída por uma série de instituições e o Programa passou a depender da Fundação de Proteção Especial (FPE). No trabalho refiro a cada uma dessas instituições pela sigla, e para situações que envolvem as duas instituições utilizo o termo FEBEM/FPE.

nele, assistiam a reuniões mensais e entravam em contato com os assistentes sociais. Tanto no dia das mães como no dia das crianças a FEBEM organizava festas das quais participavam os usuários do Programa e as famílias acolhedoras. Em varias oportunidades foram entregues diplomas e placas que homenageavam as mães substitutas pelos anos de atividade no Programa. Até hoje, muitas delas se autodenominam "Mães da Febem", mesmo depois da mudança institucional de 2000, demonstrando a forte identificação que construíram entre sua atividade enquanto mães substitutas, seu vínculo com o Programa e a instituição. Frente a suspensão dos pagamentos, fora um grupo delas que levou adiante todo o processo de reclamações, corriqueiramente denominado como "O caso das Mães Substitutas". Na vizinhança onde estavam localizados, os Lares Substitutos eram reconhecidos, ali também a atividade identificava-se fundamentalmente com as mulheres a cargo da família.

Atualmente as mães substitutas se encontram entre os quarenta e setenta e cinco anos. Em alguns casos sua participação em programas de acolhimento dura décadas e envolve mais de uma geração. Assim, poderíamos falar também em avós substitutas. Mesmo tendo superado, em muitos casos, a idade habitualmente aceita para a maternidade, todas essas mulheres continuam envolvidas no cuidado de crianças. O cuidado de crianças pode ser uma atividade forma remunerada ou não e envolve tanto netos e outras crianças da família, quanto crianças da vizinhança.

É importante destacar que hoje, as famílias que participaram do Programa Lares Substitutos apresentam as composições mais diversas. Em alguns casos, as diferenças estabelecidas entre pessoas integradas na família por laços biológicos ou por intermediação do Programa são tão tênues que, sem uma declaração explícita, as diferentes situações não seriam reparadas por um observador externo. Das famílias com que trabalhamos, a grande maioria mantém um contato estreito com parte das crianças que foram colocadas nos lares, que já são jovens e adultos, muitos deles com filhos. Dois casos são a exceção, um deles corresponde a uma família em que as únicas três crianças acolhidas foram para França em adoção internacional. O outro é o caso de uma mãe substituta que decidiu fechar o lar após a morte do seu marido. Nos outros nove lares, mesmo naqueles que foram fechado pelo desligamento de seus usuários antes de janeiro de 2003, verificamos que as crianças colocadas pelo Programa, mesmo sendo hoje adultos, encontram-se integrados de diferentes formas nas dinâmicas familiares e participando no cotidiano dessas famílias.

1.3 A ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

As páginas que seguem põem sob escrutínio histórias, trajetórias e sentimentos das pessoas envolvidas na experiência de acolhimento familiar do Programa Lares Substitutos. As narrativas coletadas contêm informações pessoais, familiares e legais de pessoas que, com muita disponibilidade e afeto, consentiram compartilhar parte de suas vidas e histórias. Essa informação é o fruto da relação pessoal e de confiança estabelecida entre pesquisadores e informantes, que neste trabalho adquire o status de dados etnográficos. Também serão apresentados e utilizados para análise dados extraídos de arquivos da FPE, que referem-se a procedimentos administrativos e judiciais dos usuários do Programa. Obtivemos acesso a essas fontes com autorização institucional, porém os dados não são públicos, e portanto, essas pessoas devem ter suas identidades protegidas. Os nomes verdadeiros das pessoas que aparecem neste trabalho foram modificados com exceção da equipe de trabalho, incluindo a bolsista de iniciação científica, Simone Rolim de Moura e minha orientadora.

Através do conhecimento que nos transmitiram as famílias participantes da sua experiência na prática de acolhimento familiar, da conversa com diferentes agentes relacionados ao Programa Lares Substitutos e das informações obtidas no arquivo da FPE, tivemos a oportunidade de nos aproximar de uma história diferente no que refere a implementação de um programa oficial dirigido à comunidade. Os programas de acolhimento familiar implementados em Porto Alegre entre 1946 e 2003 devem ser compreendidos dentro de uma série de programas públicos de intervenção familiar. Como na maioria dos programas dirigido à infância, no Brasil, as crianças são afastadas da sua família de origem e re-localizadas. Mas diferentemente de outros sistemas, o acolhimento familiar não coloca essas crianças em instituições e sim com famílias já constituídas dentro da comunidade. Essa colocação não implica necessariamente a destituição à família de origem do pátrio poder, e em muitos casos, as crianças mantêm contato com membros da família de origem. As famílias de acolhida (que em alguns casos, possuem a guarda legal das crianças) compartilham com o Estado a responsabilidade jurídica pelas crianças colocadas nos seus lares. O Estado disponibiliza recursos econômicos para a manutenção dessas crianças e fornece acompanhamento técnico e profissional. Assim, tanto crianças quanto famílias de origem e famílias acolhedoras permanecem vinculadas ao âmbito oficial.

Na experiência de acolhimento familiar que analiso, a vinculação entre Estado, famílias acolhedoras e crianças acolhidas assumiu características particulares, que

permitiram sua continuidade durante mais de cinquenta anos. Pretendo me aproximar dessa experiência e de suas especificidade, abordando-a desde diferentes ângulos em cada capítulo da dissertação. Para isso, no próximo capítulo contextualizo o estudo dos sistemas de acolhimento familiar enquanto objeto antropológico. A *circulação de crianças* é um objeto clássico dos estudos de parentesco, que dão marco a este trabalho. A partir do referencial teórico situo o acolhimento familiar dentro dos diferentes sistemas de circulação de crianças, intermediadas ou não pelos poderes públicos. Dado que meu objetivo é compreender a história da colocação familiar a partir do vínculo entre poderes públicos e seus participantes, coloco o acolhimento familiar numa perspectiva histórica das políticas oficiais dirigidas à infância. A partir disso, localizo o surgimento da colocação familiar em Porto Alegre, contextualizando, nessa história, o início do Programa Lares Substitutos. Apresento a trajetória de uma das mães substitutas participantes desse programa, com a qual pretendo exemplificar a forma com que famílias de origem e famílias acolhedoras passaram pelos diferentes momentos da prática oficial de acolhimento familiar, mantendo uma continuidade nessa participação.

Após o percurso histórico e depois de ter visto a continuidade dos participantes nessa experiência, no capítulo três, analiso o momento em que tivemos contato com o Programa Lares Substitutos, através do conflito apresentado pela sua suspensão repentina por parte das novas autoridades da Fundação de Proteção Especial. Trago o relato desse momento e do tipo de relação estabelecida entre participantes do Programa e poderes públicos. O questionamento do lugar do pesquisador na sua relação como os sujeitos entrevistados ganha relevo na análise das ações de reclamo realizadas por um grupo de mães substitutas numa situação de omissão de responsabilidades por parte do governo. As reflexões metodológicas que essa situação propôs, e que discuto nesse capítulo, abarcam não somente a situação concreta, mas são extensivas aos capítulos quatro e cinco, onde abordo de forma etnográfica a experiência das famílias participantes do Programa Lares Substitutos.

No capítulo quatro enfoco as concepções de família tal como esta é vivida por membros das famílias participantes do Programa. Discuto as formas de integração familiar e os elementos a partir dos quais se constrói a pertença e a participação nas redes de parentesco. Trago um caso onde diferentes formas de integração familiar e situações jurídicas coexistem dentro do mesmo lar. Através desse caso tento discutir as concepções de igualdade familiar e as relações entre integração na família e momento do ciclo familiar. Com essa discussão apresento as diferentes formas de participação no Programa

e as expectativas em relação a essa participação. No capítulo cinco detenho-me nas formas de funcionamento, particularmente na relação entre políticas públicas e práticas informais e problematizo as formas em que planejamento e prática se conjugam na experiência concreta. Neste capítulo também analiso a relação triangular entre mães, crianças e administradores do Programa.

Finalmente, no capítulo seis, trago a visão de algumas pessoas vinculadas ao Programa Lares Substitutos desde outras funções, profissionais, juizes e militantes. A partir disso analiso as causas da suspensão do Programa, mantendo em mente as perguntas já enunciadas. Medindo elementos positivos e negativos, qual foi o saldo do Programa para as pessoas que dele participaram? Como explicar sua longevidade? Como entender o esquecimento que pesa sobre essa experiência?

CAPÍTULO 2

A COLOCAÇÃO FAMILIAR: PROGRAMA OFICIAL OU PRÁTICA INFORMAL?

Entre 1972 e 2002 funcionou um Programa de acolhimento familiar formulado pela FEBEM / Rio Grande do Sul, denominado Programa Lares Substitutos⁵. Na sua data de começo, entorno de 35 famílias foram cadastradas para trabalhar como Lares Substitutos, acolhendo, assim, crianças colocadas pelo Estado. A maioria dessas famílias já estava vinculada de diferentes formas à prática de acolhimento de crianças. Algumas delas participavam de programas de colocação familiar anteriormente implementados pelos poderes públicos. Em Porto Alegre e outras cidades do Rio Grande do Sul, o sistema de acolhimento familiar vinha sendo utilizado desde 1946 como uma alternativa à internação das crianças afastadas de suas famílias nos diferentes serviços de assistência à infância.

Durante mais de cinquenta anos, primeiramente através do Juizado de Menores e depois mediante o Programa Lares Substitutos um grande número de crianças foi colocado por intermediação do Estado. Essas crianças eram integradas em famílias já constituídas na comunidade e cadastradas para tal fim, na espera de retorno à família de origem ou de adoção. Por diferentes razões, algumas das crianças colocadas não tiveram nenhuma dessas duas possibilidades e permaneceram com as famílias que as acolhia. A maioria delas encontrava-se fora do perfil de crianças preferido pelos pais adotantes e, assim, essas crianças, adolescentes e jovens foram integrados às famílias de acolhida, ficando vinculados ao sistema público de assistência até completarem 18 anos de idade.

Proponho, nesse capítulo, contextualizar o Programa Lares Substitutos, entendendo a experiência das famílias participantes como o ponto de convergência de duas tradições para a gestão de crianças: por um lado, a circulação de crianças enquanto dinâmica social, típica de bom número de famílias brasileiras (MOTTA-MAUÉS, 2004). Por outro, a política de intervenção estatal no tutelamento das crianças, especificamente em famílias pobres. Para colocar em perspectiva a primeira tradição recorro à literatura antropológica sobre parentesco e família, trazendo a tona dados de outras culturas, para depois apontar para a presença corriqueira e persistente de crianças circulando entre diferentes famílias na história brasileira. Para falar da tradição estatal, inicio com uma discussão ampla sobre políticas públicas para a infância na história europeia, voltando depois para entender a história especificamente brasileira dessas políticas públicas e

como, no Rio Grande do Sul, desembocam, em meados no Século XX, no Programa de acolhimento familiar sob investigação.

Para demonstrar como as mães substitutas operam na interface dessas duas tradições, termino o capítulo descrevendo o caso de Juracema, a mais antiga (e mais velha) das mães que entrevistamos. Sua experiência de vida mostra como a intervenção estatal vem se intercalando -ora se impondo, ora se submetendo- às atividades informais de cuidadora de crianças. Com esses dados, é minha intenção sugerir que a própria longevidade do Programa se deve em grande medida à maneira criativa em que tanto as mães substitutas como os administradores do Programa conseguiram misturar as duas tradições.

2.1 PARENTESCO E FAMÍLIA

2.1.1 Parentesco, uma questão de significados

A transição de crianças de um lar a outro deve ser entendida em cada contexto sócio-cultural, que se encontra em direta relação com os significados que cada grupo outorga às categorias de parentesco e às dinâmicas particulares para a socialização das crianças. Para entender a forma em que as famílias com que trabalharemos dão sentido à experiência de acolher e integrar no seu lar crianças provenientes de outras famílias não podemos simplesmente remeter a sua relação com as políticas do Estado. Muitas vezes, essas crianças chegam aos Lares Substitutos em situações críticas de saúde. As famílias acolhedoras não têm nenhuma certeza sobre a permanência ou não delas após sua recuperação. Durante sua permanência, as famílias recebem em troca dinheiro e ajudas em gêneros que em muitas ocasiões não chegam a cobrir os gastos proporcionados. É necessário, então, entender a participação destas famílias no Programa Lares Substitutos como uma experiência integrada a concepções mais amplas de família, parentesco, maternidade e vida cotidiana. É relevante também dar atenção às formas em que laços biológicos e afetivos, assim como circunstâncias de integração na família, criação e convívio são elaborados. Para isso tomo como ponto de partida o enfoque da antropologia simbólica que propõe entender a forma em que as pessoas dão sentido a sua experiência cotidiana e ao mundo que as rodeia.

Na teoria antropológica, a dicotomia entre parentesco social e fisiológico só foi questionada recentemente, a partir da desconstrução do domínio de parentesco por parte

⁵ Ao utilizar a expressão Programa em maiúsculas estou referindo sempre ao Programa Lares Substitutos. A abreviação visa facilitar a leitura

da escola simbólica. Até então estabelecia-se o parentesco físico, constituído através da descendência biológica, como o elemento determinante do parentesco social. A descendência biológica era o elemento sobre o qual o parentesco cultural devia constituir-se. Assim, a antropologia clássica estabelecia uma diferenciação entre o sistema de parentesco ocidental, enquanto sistema descritivo que refletiria os fatos "reais" e outros sistemas, entendidos como classificatórios, que apelariam a categorias de agrupamento de pessoas inscritas no sistema de símbolos de cada cultura (YANAGISAKO e DELANEY, 1995).

Nas décadas de 1960 e 1970, a antropologia norte-americana deu uma virada fundamental no seu enfoque teórico, incorporando a concepção de cultura como rede de significados. Foi abandonada a concepção de antropologia como o estudo da evolução humana atrelada à arqueologia, lingüística e antropologia biológica. Porém, a nova escola não pretende se unir à antropologia social, tal como era concebida na escola britânica. Atores fundamentais desta mudança foram Geertz e Schneider, que trabalharam juntos em Chicago durante essa década. Ao estudar a história da antropologia norte-americana, e mesmo realizando críticas ao conceito de cultura imposto por essa escola o antropólogo Adam Kuper (2002) mostra a importância da desconstrução do domínio de parentesco para a constituição dessa nova antropologia simbólica.

O parentesco era, talvez, o único campo em que as antropologias social e cultural poderiam afirmar ter registrado avanços concretos. Se os antropólogos desenvolveram uma teoria sociológica que pudessem reivindicar como sua, essa era a teoria do parentesco. Schneider pôs-se a miná-la. Ele pretendia provar que a teoria do parentesco estava fundamentada numa ilusão etnocêntrica, que seus conceitos básicos -as genealogias, a descendência e a própria família- eram criações culturalmente específicas dos europeus e dos norte-americanos. Quando os antropólogos escreviam sobre parentesco, eles estavam simplesmente projetando suas próprias obsessões culturais em outras pessoas. (KUPER, 2002; 171)

A partir dos trabalhos de Schneider (1984), o domínio do parentesco no seu conjunto é abordado como uma forma de ordenar e classificar o mundo em categorias construídas culturalmente no seio de uma rede de significados. O autor propõe que a forma ocidental de representar o parentesco, baseada fundamentalmente na constituição de laços de descendência biológica, não é um reflexo de fatos científicos calcados na natureza, mas uma das tantas formas de simbolizar as categorias com as quais cada sociedade ordena seu mundo. A análise de parentesco como sistema de significados

afasta-se da análise formal, sistemas de nomeação e descendência. Coloca a ênfase nos aspectos emocionais, dinâmicos e criativos da dimensão do parentesco, que tinham sido até então deixados de lado e dá ênfase às práticas e discursos locais, mostrando como eles se interpenetram e modificam uns aos outros (CARSTEN, 2000). Entendendo o parentesco como um sistema simbólico⁶, vemos como estruturas semelhantes podem corresponder a dinâmicas e significados diferentes para as pessoas que as vivenciam. É por isso que, com um enfoque simbólico procura-se analisar as formas em que os laços de parentesco são construídos e utilizados pelas pessoas que os vivem, para além do nível descritivo (HÉRITIER, 1975).

Ao focar as particularidades, é preciso também não dissolvê-las em traços isolados, o que pode nos levar a universalizar a circulação de crianças enquanto um “fenômeno cultural” separado do seu contexto social e político. Neste trabalho, tento analisar a experiência das famílias participantes do Programa à luz de um contexto amplo, que inclui movimentos políticos e correntes de opinião. Porém, isso não significa entender essa experiência como dependente desse contexto. Assim, daremos especial atenção às particularidades de cada caso, respeitando a capacidade criativa das pessoas com que trabalharemos. Para isso, partiremos, assim como recomendado por Schneider, de uma noção de parentesco como uma questão empírica e não como fato universal.

2.1.2 A circulação de crianças, objeto antropológico

Em todas as sociedades existem diferentes tipos de agrupamentos humanos para a realização das funções domésticas mediante as quais se organiza a produção e reprodução social (FORTES, 1958). Nas sociedades ocidentais essas funções estão associadas à idéia de família entendida como um núcleo de pessoas composto por laços de descendência biológica, geralmente mãe, pai e filhos. A antropologia, através de estudos comparativos, procura contextualizar esta idéia de família tal como a conhecemos hoje, levantando suas suspeitas sobre o fato que este deva ser a melhor ou a mais evoluída entre as diferentes formas em que as sociedades organizam este tipo de atividades. Levi-Strauss, ao sobrevoar diversas épocas e vários lugares, aponta para um certo predomínio do modelo de família monogâmica conjugal, mas nega que este seja de algum modo um tipo de estrutura inevitável ou mais apropriada para a sociedade

⁶ Ao referir a sistemas simbólicos me mantenho dentro do sentido outorgado a expressão pela escola simbólica norte-americana. A partir de outra perspectiva teórica, o estruturalismo francês também abordou os sistemas de parentesco enquanto sistemas simbólicos. Para este tipo de análise ver LEVI-STRAUSS “*As estruturas elementares do parentesco*” Petrópolis: Vozes, 1982.

moderna. O autor mostra que a frequência de um tipo particular de organização não implica necessariamente sua ocorrência universal.

Sempre que ela [a família conjugal monogâmica] parece ter sido superada por tipos diferentes de organização, isto se dá em sociedades muito especializadas e sofisticadas e não, como anteriormente se esperava, nos tipos mais rudes e simples. Outrossim, os poucos exemplos de família não-conjugal (mesmo nas formas poligâmicas) estabelecem de modo irretorquível que a elevada frequência do grupamento social do tipo conjugal não decorre de uma necessidade universal. (LEVI-STRAUSS, 1972; 313)

Em muitas sociedades, as responsabilidades em relação à manutenção e socialização das crianças são distribuídas entre diferentes pessoas, e não são diretamente associadas aos pais e outros parentes biológicos. A partir de diferentes pesquisas etnográficas, os antropólogos encontraram um fenômeno que tem sido denominado "circulação de crianças". Este fenômeno consiste na mobilidade de crianças de uma unidade doméstica a outra, dentro da comunidade. O principal aporte destes estudos foi o de mostrar que, longe de ser uma aberração ou de provocar lesões no desenvolvimento psicológico dessas crianças, o fenômeno aparecia como uma prática "normal", integrada em diferentes concepções de infância e comunidade, nas diferentes culturas (LALLEMAND, 1993).

Ao remontar a história da circulação de crianças enquanto objeto antropológico encontramos que os primeiros trabalhos foram realizados em sociedades da Oceania, África e entre os Esquimós (Idem). Estes primeiros estudos se referiam a sociedades com pouca diferenciação social, aquelas que a antropologia chama de "sociedades simples" em oposição às sociedades complexas em que existe uma forte estratificação social. Nem nas primeiras, nem nas últimas podemos falar de uma homogeneidade cultural. Portanto, ao falar de circulação de crianças como um fenômeno integrado a um sistema de parentesco, devemos levar em conta as diferenças presentes dentro de uma sociedade, principalmente quando trabalhamos no contexto de sociedades altamente estratificadas e integradas dentro de um estado-nação. Estudos etnográficos atuais trabalham as dinâmicas de circulação de crianças em relação as políticas estatais destinadas a família e crianças. A relação entre Estado e os sistemas de parentesco presentes em cada sociedade é variada e suas implicações também. Judith Modell (1998) mostra no seu trabalho sobre a sociedade Havaiana, como dois sistemas de colocação familiar, um baseado no sistema tradicional de parentesco da cultura havaiana, e outro nas concepções de parentesco e infância ocidental se contrapõem, entrando em conflito com

importantes conotações políticas de identidade étnica. Neste caso diferenças culturais e desigualdade social se encontram sobrepostas.

Por outro lado, Anne Cadoret, ao trabalhar na cidade de Morvan, França, nos mostra como a partir de um programa estatal de colocação de crianças se produz o que ela denomina de uma *cultura do acolhimento* (CADORET, 1995). A integração do programa dentro da comunidade acarreta importantes modificações, tanto dentro dos conceitos de família e parentesco, como na estrutura demográfica e econômica dentro da comunidade.

A *colocação oficial de crianças* é uma forma de intervenção do Estado na família, que pode coexistir com outros modelos de intervenção, entre os quais adoção e institucionalização em abrigos. Em termos gerais, tanto na literatura antropológica como na literatura relacionada a políticas públicas de assistência, denominam-se como *acolhimento familiar* os sistemas de colocação de crianças em famílias já constituídas na comunidade, com as quais essas crianças não mantêm vínculos biológicos de parentesco. Nos sistemas de acolhimento a família que recebe a criança não teria como função “substituir” a família de origem, mas sim garantir as condições necessárias para o “desenvolvimento integral” da criança (CABRAL, 2004). Existem inúmeras modalidades de programas que incorporam a *colocação familiar* com variações e características próprias. Dependendo dos diferentes modelos, a integração no lar pode ser permanente ou temporária. Existem também muitas terminologias utilizadas para denominar esses programas e as famílias envolvidas, por exemplo, famílias acolhedoras, famílias substitutas, lares substitutos, famílias de apoio, etc. Em inglês, todas essas denominações são reunidas no termo *foster family*. No meu trabalho utilizo os termos *colocação familiar* ou *acolhimento familiar* para referir de forma geral aos programas de assistência à infância na modalidade de colocação de crianças, mediante repasse de dinheiro, em famílias já constituídas e cadastradas para tais fins pelos poderes públicos.

As famílias de acolhida não possuem a autoridade do poder familiar e a responsabilidade última pela criança mantém-se com o Estado. Nesse sentido, a colocação familiar difere da adoção já que, nesta última, todas as responsabilidades referentes à criança ficam com os pais adotivos. A partir da constituição de 1988, no Brasil não se estabelecem distinções jurídicas entre o vínculo por filiação ou por adoção (DANTÁS, 2004). Em linhas gerais, podemos estabelecer uma diferenciação entre adoção e acolhimento familiar no que se refere ao papel do Estado e sua presença no âmbito familiar. Idealmente, a adoção implica uma intervenção passageira do poder público.

Através da destituição do pátrio poder pelo juizado, a criança é separada da família biológica e colocada em outra que se considera apta a assumir as responsabilidades do pátrio poder. Realizada essa passagem, o poder público se retira, retornando a criança ao domínio familiar e privado⁷.

No acolhimento familiar, os âmbitos de intervenção e responsabilidade das famílias e do Estado não estão tão nitidamente delimitados. A presença do Estado na família se mantém em dois aspectos: o acompanhamento e controle das famílias acolhedoras em relação ao trato que dão às crianças, e fundamentalmente na mediação econômica que caracteriza a maioria dos modelos de acolhimento familiar. À diferença do processo de adoção, no sistema de colocação familiar o vínculo do Estado com os jovens permanece até eles alcançarem a maioridade. Nos sistemas de acolhimento, a intervenção pública é continuada e dirigida tanto às famílias de origem, que por diversas condições (entre as quais se destaca a pobreza) correm risco de perder seus filhos, quanto às famílias acolhedoras. Não por acaso, as famílias acolhedoras do Programa Lares Substitutos são também na sua grande maioria famílias de baixa renda. Assim o Estado, através do Programa Lares Substitutos, intervém em dois sentidos: primeiramente sobre o destino das crianças colocadas, que são afastadas da família de origem e colocadas no Lar Substituto mediante decisões judiciais e administrativas, com o objetivo explícito de prover um ambiente considerado propício para a socialização dessas crianças. E em segundo plano, o Estado também intervém sobre as famílias participantes do Programa, para as quais os recursos gerados a partir do acolhimento, dinheiro e gêneros representam um elemento significativo na manutenção ao grupo doméstico como um todo.

2.1.3 Circulação de crianças no Brasil

No Brasil, a noção de laços de sangue como elemento constituinte dos laços de parentesco é particularmente forte (ABREU FILHO, 1982). Podemos dizer que entre camadas populares, a idéia do sangue como o principal elemento do parentesco incorpora elementos que não se restringem unicamente a ela. Assim "o sangue" não se apresenta como excludente de vínculos baseados em outros elementos culturalmente legitimados, como o convívio, a solidariedade, ou a criação.

⁷ O caráter passageiro da intervenção estatal só faz sentido ao pensar o processo de adoção em abstrato. Ao olhar nos casos concretos, podemos ver como na maioria dos casos o processo de destituição de pátrio poder, que abre a possibilidade de adoção, não garante necessariamente sua realização. Assim, grande quantidade

No Brasil, não é realístico tratar a família conjugal como um objeto analítico isolado. Embora estatísticas demográficas baseadas em unidades residenciais estáticas possam oferecer um outro quadro, estudos antropológicos sobre famílias de baixa renda demonstraram repetidas vezes a natureza aberta de unidade conjugal. Muitas vezes aparente no próprio aspecto da residência, este caráter aberto torna-se perfeitamente evidente quando algumas famílias são acompanhadas nas rotinas diárias. (FONSECA, 1995; 31)

Os trabalhos de Gilberto Freyre, introduziram nas ciências sociais brasileiras a idéia de um modelo familiar que foi evoluindo desde a família patriarcal da casa grande e senzala até a família nuclear moderna. Mesmo reconhecendo a importância do trabalho de Freyre que revolucionou as concepções que a sociedade brasileira tinha de si mesma para esta época, autores contemporâneos têm apontado suas críticas a um modelo que se apresenta em muitas ocasiões como um processo evolutivo (CORRÊA, 1982). Estas críticas apontam para a diversidade de modelos coexistentes dentro da complexa realidade brasileira, desde da sociedade colonial até a contemporânea.

Nas duas últimas décadas, muitos trabalhos de antropologia no Brasil têm-se dedicado a estudar diversas concepções e práticas familiares, particularmente (mas não somente) entre camadas populares, onde enfatiza-se a existência de modelos familiares alternativos aos tradicionalmente aceitos. Estes trabalhos mostram como as visões unidirecionadas podem provocar a condenação a outros tipos de estrutura familiar que não correspondem ao modelo idealizado de família nuclear. Etnografias sobre famílias em camadas populares nas cidade de Porto Alegre (FONSECA, 1995/2000 - KNAUTH, 1996,) São Paulo (SARTRI, 2003) e Recife (SCOTT, 1990) descrevem grupos familiares que não se limitam à família nuclear, mas incluem uniões em que cada integrante do casal se encontra inserido numa rede de relações, de parentesco e amizade, muito mais ampla, em muitos casos de maior significação do que o vínculo conjugal (KNAUTH, 1996).

Como antecedente fundamental para este trabalho, encontramos a pesquisa em relação a circulação de crianças, realizado por Claudia Fonseca na vila do Cachorro Sentado em Porto Alegre. Através da pesquisa etnográfica, a autora identificou um alto número de pessoas envolvidas na circulação de crianças dentro de redes familiares ou de vizinhança.

O estudo de uma vila de invasão, composta de mendigos e trabalhadores braçais, desempregados na maioria, revelou que mais da metade das mães (com 20 anos ou mais) tinha em algum momento *dado* um de seus filhos para criação. Outro estudo, desta vez sobre uma área residencial de classe trabalhadora mais sólida (daí a mistura inevitável de biscateiros

das crianças judicialmente desvinculadas de suas famílias ficam em abrigos, mantendo-se sua responsabilidade na órbita do Estado (Azambuja, 2004).

com artesãos, motoristas de táxi e um ou outro funcionário público ou operário), revelou que mais da metade das mulheres adultas, em um momento ou outro, *recebeu* uma criança de outro para criar. (...) inclinei-me a pensar que tal fenômeno estava limitado às condições históricas do Sul do Brasil. Entretanto, pouco a pouco, de Recife a Belém, de Salvador a Porto Alegre, surgem dados mostrando que um número surpreendente de famílias urbanas de baixa renda abriga algum tipo de filho de criação (...) (FONSECA, 1995; 14)

A circulação de crianças consiste na prática de criar os filhos dentro da rede de parentesco e amizade, e não necessariamente dentro do lar conjugal, e corresponde à concepção de família ampliada a qual referi acima. Esta prática pode ser causada pela necessidade de separação da mãe de seus filhos, por razões econômicas, para constituir um novo lar com outro parceiro; ou simplesmente como uma estratégia de reforçamento de redes. Por esta razão não é conveniente interpretar esta dinâmica exclusivamente como uma estratégia de sobrevivência, mas sim como uma prática social com uma lógica e um significado próprios para que está inserido nela. A circulação de crianças corresponde uma lógica familiar contrastante com o modelo de família dominante a família conjugal. Enquanto prática social, a circulação de crianças está integrada num sistema de valores onde a relação mãe-filho é um elemento a mais dentro do conjunto de relações. Essa relação está incorporada nas redes de consangüinidade e afinidade em que os pais estão inseridos e na qual as crianças seriam consideradas não só como indivíduos singulares, mas como parte do grupo.

Olhando além dos limites do Programa com que trabalharemos, poderíamos pensar que essas dinâmicas populares, tanto de família extensa como de circulação de crianças, enquadram e possibilitam a participação de certas famílias no Programa Lares Substitutos. Por tanto a experiência dos Lares Substitutos será contextualizada a partir de dois elementos, a *circulação de crianças* enquanto prática informal, e a o sistema de *colocação familiar*, enquanto política estatal. Pretendo demonstrar que a continuidade de mais de cinquenta anos da prática oficial de acolhimento familiar em Porto Alegre se deve à conjunção dessas duas formas de gerir os recursos humanos dentro de uma sociedade, um programa estatal e uma tradição popular.

2.2 INFÂNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.1 Um quadro comparativo

Instâncias como o Juizado de Família ou o Juizado da Infância e Juventude e instituições como a FEBEM estão incorporadas em nosso ordenamento do mundo que

inclui a infância como uma etapa diferenciada e com necessidades especiais de atenção e proteção. Dessa idéia de infância decorre a idéia de controle e vigilância daqueles setores da sociedade suspeitos de não prover estes cuidados a seus filhos. Assim, essas instâncias não são associadas ao conjunto da sociedade mas aos setores pobres da população. Elas podem ser vistas também como uma série de mecanismos que tendem a enquadrar dentro de um certo modelo de família (o modelo conjugal moderno) formas diversas de entender papéis de gênero, laços de parentesco, e dinâmicas de organização doméstica. Esta operação é vista como natural, na medida em que esse modelo de família tende a ser aceito como o mais apropriado para o desenvolvimento psicológico e social da criança (FONSECA, 1995). Ao trabalhar com programas de assistência familiar, devemos nos questionar sobre a suposta "naturalidade" desse modelo. Será que sempre as pessoas se organizaram desta forma? Será que sempre existiram políticas tendentes a enquadrar nesse modelo as pessoas que desviaram dele?

Anteriormente referi à discussão da antropologia em relação a desconstrução de um modelo de família parentesco baseado em fatos biológicos. Através da história das mentalidades pretendo agora trazer à discussão o papel do Estado na construção desse modelo dominante de família e descendência biológica. Phillippe Ariès (1981) pesquisou o surgimento dos sentimentos associados à infância e família, tal como os conhecemos atualmente. Através da história de longa duração, o autor demonstra como durante os últimos séculos na França, esses sentimentos foram se modificando, surgindo a idéia da infância como uma etapa diferenciada no ciclo de vida. Entendida como um momento de desenvolvimento da personalidade do indivíduo, esta noção de infância está associada uma a concepção particular de família -a família conjugal moderna- como o lugar apropriado para prover os cuidados necessários.

Através dos trabalhos de Donzelot, vemos como o processo que Ariès descreve tão exhaustivamente não depende de uma simples "evolução" da sensibilidade, mas de um complexo processo no qual diferentes estratégias convergem para o disciplinamento da população, principalmente (mas não só) das camadas populares. A partir do século XVIII, Estado, Igreja e associações filantrópicas começam a intervir no cotidiano da população (tanto de trabalhadores como da burguesia) levando a cabo, mediante diferentes estratégias, um processo de disciplinamento e de recolhimento das pessoas no seio da família. Estabelecendo-se, assim, uma fronteira entre vida privada centrada na família, e a vida pública. Esse disciplinamento se põe em prática através do que Donzelot chama de estratégias de policiamento das famílias,

não no sentido restritivamente repressivo que lhe atribuímos atualmente, mas segundo uma acepção mais ampla engloba todos os métodos de desenvolvimento da qualidade da população e da potência da nação. A ciência da polícia (...) visa fazer com que tudo o que compõe o Estado sirva á consolidação e ao aumento de seu poder. (DONZELOT, 1980; 12)

As estratégias utilizadas neste processo são diferentes para a burguesia e para as classes populares. Para as primeiras se pretende uma *economia do corpo* apontando a um tipo de educação voltada ao desenvolvimento sadio da criança. Se produz uma reelaboração das práticas de criação e educação dos filhos, delimitando-se a fronteira entre serviçais e familiares. A “mãe” se estabelece como figura central da família. O autor aponta para uma aliança estratégica entre o corpo médico e a mulher burguesa enquanto mãe. O saber médico tende a reforçar o papel delas como a figura responsável pela criação e cuidado dos filhos.

As estratégias desenhadas para as famílias pobres são bem diferentes. Para os trabalhadores se trata de uma *economia social* que busca, em primeiro lugar a manutenção e a reprodução dos recursos humanos para servir ao Estado. Esse processo apresentou-se como uma ferramenta fundamental de controle sobre o destino das crianças em que o Estado avalia as condições da família para cuidar dos seus filhos. O disciplinamento no que refere as famílias pobres centrou-se em três eixos fundamentais: a legalização do matrimônio, a mulher como âncora do lar, tirando homens e crianças da rua, e a reordenação do padrão habitacional, estabelecendo o modelo de “uma casa por família”.

Aparentemente trata-se igualmente da preocupação de garantir a conservação das crianças e de estender os mesmos preceitos higiênicos, porém, com a *economia social*, a natureza das operações em jogo é totalmente diferente daquelas conduzidas sob a égide da medicina doméstica e produz efeitos praticamente opostos. Não se trata mais de arrancar as crianças de coerções inábeis, mas sim de entravar liberdades assumidas, (...) de controlar uniões livres (...), de impedir linhas de fuga (...). Em tudo isso não se trata mais de assegurar proteções discretas, mas sim, de estabelecer vigilâncias diretas. (Ibid; 27)

Ao olhar para as políticas de assistência no Brasil, devemos contextualizar o Programa Lares Substitutos dentro de um processo de controle da população e de afirmação do Estado enquanto poder centralizado com características bem diferentes. Trabalhos realizados em relação à realidade brasileira mostram uma preocupação constante pelo destino das crianças de famílias pobres. As políticas estatais e programas de assistência do Brasil diferem bastante daquelas implementadas na Europa, principalmente no que se refere a sua eficácia sedutora e em seus intentos de higienização e disciplinamento (RIZZINI, 1993).

Alvim e Vallardes (1988) na sua resenha sobre a literatura em relação a infância e sociedade no Brasil situam o começo da preocupação em torno da infância pobre no final do século XIX. Esta se manifesta, primeiramente, em torno à preocupação mais geral pela delinquência e a insegurança pública, caracterizada como “questão social”. Isto se produz a partir do desenvolvimento industrial e o crescimento de dois centros urbanos: Rio de Janeiro e São Paulo. Com o crescimento urbano acelerado começaram a surgir uma série de problemas como insalubridade, alta taxa de mortalidade infantil e pauperização da população, em concordância com um aumento da violência.

Com esta preocupação pela “questão social”, encontramos em 1906, a primeira proposta para a criação de um Juízo de Menores. Podemos enxergar nisso uma noção da infância como um setor diferenciado com necessidades específicas e que deve ser protegido. A partir de 1920, a infância torna-se matéria jurídica. Em 1923 aprova-se o primeiro Código de Menores. A partir deste momento a palavra menor é transferida ao vocabulário corrente, e fica neste uso até hoje, mesmo depois da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que a elimina do vocabulário jurídico.

A partir de 1940, desenvolve-se uma nova preocupação relacionada ao destino de crianças e famílias pobres, não através do julgamento e sim através da intervenção na família. O setor empresarial começa a participar através da criação de instituições de formação como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Em 27 de dezembro 1949 é aprovada a lei No. 560, Lei de Colocação Familiar. Alguns programas de acolhimento familiar são desenvolvidos em diferentes regiões do país, tomando como modelo as experiências de países como Estados Unidos, Inglaterra e França (DANTAS, 2004).

No Brasil, a Colocação Familiar surge após a Grande Guerra, e com as primeiras idéias do Serviço Social no Brasil. Em 1939, o Serviço de Colocação Familiar foi iniciado na Bahia. No ano de 1947 instalou-se o primeiro Centro de Colocação Familiar na cidade de Santo Amaro. Estas colocação eram feitas no meio urbano, bairros e meio rural (Arquivo da FPE, “Estudo e proposta de soluções quanto a situação previdenciária das mães substitutas, Portaria no. 196/81 - Novembro de 1981)

Neste momento se localiza o início da prática estatal de colocação de crianças também no Rio Grande do Sul. Seus primeiros registros de existência datam em 1946 com a “colocação familiar” pelo Serviço Social de Menores (SESME), através do repasse de recursos, neste momento as crianças eram colocadas nos lares diretamente desde o juizado. Posteriormente, em 1972, virá se conformar o Programa Lares Substitutos. O surgimento do sistema estava acompanhando o movimento das idéias sobre infância e

pobreza e o das instituições destinadas à assistência, nas quais se estabelece uma diferenciação entre as instituições destinadas a “menores infratores” e “menores abandonados”.

Até a década de 1970, o “problema da infância” ficaria no âmbito judicial e as decisões fundamentalmente a cargo dos juizes e advogados. A partir desta década, os cientistas sociais começam a trabalhar na área e fornecer subsídios para a compreensão de diferentes problemas relacionado ao tema. Em 1969 é criada a Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e em cada Estado a Fundação Estadual para o Bem-Estar do menor (FEBEM).

Dentro de uma perspectiva modernizadora, expressa também em outros setores da política social (habitação e previdência social), é criada a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor). (...) A FUNABEM, teria como objetivo imediato “sanear” a atuação até então desenvolvida pelo governo. (...) A contraproposta da FUNABEM se basearia numa nova concepção de reeducação do menor, não pautada exclusivamente na internação, mas no apoio à família e à comunidade. (ALVIM e VALLARDES, 1988)

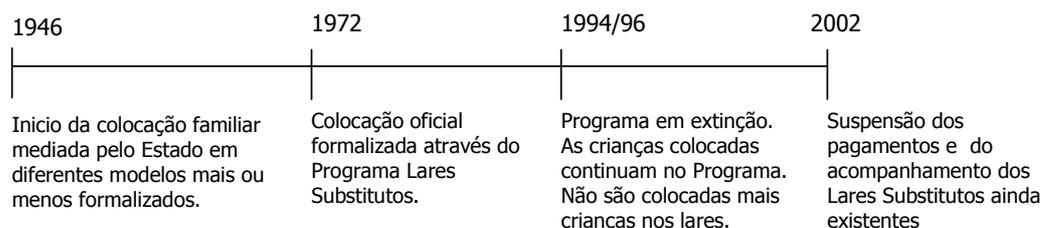
Na tentativa de sanear e formalizar as práticas anteriores do governo é que surge a implementação do Programa Lares Substitutos a partir das modalidades de colocação familiar anteriormente realizadas pelo Juizado de Menores e o SESME.

2.2.2 O acolhimento familiar dá início ao Programa Lares Substitutos

Em 1946 encontramos os primeiros registros de acolhimento familiar de crianças desde os serviços públicos com a intermediação do juizado. Sob diferentes nomes e dependendo de diferentes instituições, a prática oficial de colocação de crianças tem aproximadamente uns cinquenta anos de existência na cidade. Olhando para essa história encontramos uma continuidade importante, em relação, tanto às famílias acolhedoras, quanto às famílias de usuários. As mães substitutas ao referir as suas histórias pessoais de acolhimento familiar em parceria com os poderes públicos não realizam maiores distinções entre os diferentes modelos pelos quais atravessaram referindo a todos eles de forma genérica como “o Programa”.

O Programa Lares Substitutos abarcou só um período dentro de uma extensa história. Ao tentar recompor essa história através dos documentos do arquivo, verificamos que o Programa começou recém em 1972, coincidindo com o período em que se fundara a FEBEM no ano 1969 e que ocasionou todo um processo de regularização dos programas de assistência social até então desenvolvidos. As modificações realizadas em 1972

promoveram uma ampliação do número de famílias envolvidas no acolhimento e uma regulamentação e seguimento mais estrito da atividade. Em 1994 os Lares Substitutos passaram a ser denominados Programa Lares Comunitários e posteriormente Abrigos Comunitários, em função das interpretações do ECA. Porém, a mudança de denominação em 1994 não envolveu maiores transformações no funcionamento do Programa. Ela é resultado de toda uma mudança nas concepções de criança e adolescente, e na forma de entender os programas de intervenção destinados à família. Podemos delimitar três períodos na história do sistema oficial de colocação de crianças em Porto Alegre.



A primeira fase se situa entre 1946 e 1972, da qual não possuímos maiores informações além das aportadas por Juracema e Maria Rosa, duas mães substitutas que começaram acolhendo crianças nessa época e continuaram até a atualidade a primeira, e década de noventa, a segunda. Além de seus relatos, encontramos referências a esse período em documentos de arquivo que descrevem o começo da colocação familiar nos seguintes termos,

Em Porto Alegre a Colocação Familiar data de 1946. Essa modalidade de assistência aos menores foi iniciada pelo Serviço Social de Menores (SESME) (...) A colocação em lar substituto não visava a adoção e, para tal, não era selecionado o lar, mas uma colocação transitória, e se definitiva, poderia haver, conforme o caso, delegação do Pátrio Poder ou Tutela (Arquivo da FPE, "Estudo e proposta de soluções quanto a situação previdenciária das mães substitutas, Portaria no. 196/81 - Novembro de 1981).

A segunda fase se situa entre 1972 e 1994 e corresponde especificamente ao tempo de funcionamento do Programa Lares Substitutos. A partir deste momento, se estabelecem tanto os mecanismos de cadastramento dos Lares Substitutos, quanto os de colocação de crianças e de mediação entre o Estado e as famílias, traspasso de dinheiro e acompanhamento sistemático. Os documentos do arquivo incluem um número de 35 lares e 180 usuários nesse momento, número que parece se estabilizar até 1994. Os 35 lares se conformam através da incorporação de novas famílias ao grupo base constituído pelo re-cadastramento dos lares que já participavam de programas de colocação familiar.

Podemos observar que esta formalização, longe de ser uma passagem concreta, é um objetivo sempre procurado em sucessivas avaliações e reformulações do Programa. Encontramos tentativas de regularizar o vínculo da FEBEM com as mães substitutas a partir de 1981. Essas tentativas fazem referências a processos frente à justiça encaminhados pelas mães substitutas em demanda de direitos trabalhistas. Parece que a indefinição deste vínculo foi um problema durante todo este período do Programa. Em 1987, cria-se a Associação Beneficente de Pais Substitutos (ABEPAS). A Associação é uma tentativa de regular o vínculo mães substitutas - FEBEM e jovens colocados - Lares Substitutos; assim como estimular o ingresso de recursos no Programa via doações.

Entre 1994 e 1996, podemos situar uma nova etapa do Programa. Em 1994 se produz a primeira mudança de denominação e em 1996, além de ser renomeado, o Programa é declarado "em extinção". Estas mudanças fazem parte do processo de implementação no Rio Grande do Sul do Estatuto da Criança e o Adolescente aprovado em 1990. Essa "extinção" significa que futuramente não serão colocadas novas crianças nos Lares Substitutos, esperando o desligamento progressivo dos usuários na medida em que eles completassem 18 anos para o fechamento dos Lares. A partir desse momento, o número de Lares e usuários do Programa começa a diminuir.

NÚMERO DE LARES SUBSTITUTOS E DE USUÁRIOS DO PROGRAMA POR ANO ENTRE 1975 E 2003⁸

	1975	1994	1996	1998	1999	2000	2001	2002	2003
No. Lares	35	35	21	16	14	14	12	9	9
No. Usuarios	168	169	52	40	36	37	36	32	27

2.3 A EXTRAORDINÁRIA LONGEVIDADE DO PROGRAMA

Desde o momento em que estabelecemos como início do Programa, o ano de 1972 até sua data de suspensão, o número de famílias participantes do Programa tinha se reduzido significativamente. A partir de 1996, momento em que foi declarado "*em extinção*" praticamente não foram colocadas mais crianças, apesar dos pedidos das mães substitutas. Os Lares foram sendo fechados na medida em que os jovens neles colocados completavam a maioridade. É por isso que, em janeiro de 2003, uma alta porcentagem de Lares Substitutos, que ainda estavam cadastrados no Programa, acolhiam *portadores de deficiências*. Para os esses jovens não existir uma idade limite para a participação no Programa, e portanto nem eles, nem as mulheres que cuidavam deles eram desligados.

⁸ Dados de arquivo FPE

A partir dos registros das reuniões das mães substitutas, que aconteciam na sede da FEBEM, como dos depoimentos de assistentes sociais do Programa, vemos a resistência das famílias acolhedoras ao fechamento do Programa. Algumas mães substitutas nos disseram que teriam gostado de continuar na atividade, se seus lares não tivessem sido fechados. Explica Nilda, mãe substituta desde 1992 a 1996 que ingressara ao Programa por intermediação de Maria Rosa sua vizinha e cunhada:

Eu queria continuar sim, como queria. Eu sempre imaginei toda minha vida assim, cheia de crianças. Imaginava eu, velhinha rodeada de crianças, e eu cuidando delas. Mas não deu... As últimas três que eu tinha foram adotadas e aí a Febem não estava dando mais crianças.

Ao olhar de perto o cotidiano destas famílias, verificamos que as mães substitutas, mesmo aquelas cujos Lares fecharam há tempo, ainda hoje estão "rodeadas de crianças". Em quase todas os casos com que trabalhamos, constatamos que a participação no Programa coexiste com variadas formas de cuidado -netos, sobrinhos e outras crianças do bairro- intermediadas ou não por dinheiro e que derivam em formas diversas de integração ao núcleo doméstico e às redes de parentesco.

Diariamente Valquíria cuida de dois netos, um deles dorme na sua casa de segunda à sexta, esporadicamente outros netos passam algumas temporadas com ela. Maria Rosa também cuida de duas netas, filhas de um dos seus quatro filhos, um filho de criação. Nilda, no campo da Tuca cuida de crianças "*particular*", forma em que ela denomina o cuidado remunerado de crianças sem a intervenção do Estado, também cuida de sua neta Tânia. Juracema cuida das filhas pequenas da vizinha enquanto esta, mais jovem, traz de volta do colégio seu filho em idade escolar e o Michael, colocado na casa de Juracema e uma das poucas crianças ainda usuárias do Programa.

2.3.1 Juracema, bisavó substituta

Atualmente Juracema é a mãe substituta mais velha e com maior experiência no Programa. Ela é também quem acolhe a criança mais nova, Michael, cuja mãe e avó também se criaram no seu Lar Substituto e foram usuárias do Programa. Na data de suspensão dos pagamentos Zulmira e ela dividiam o lugar "*das mais velhas da turma.*" Juracema se orgulha: "*Eu e dona Zulmira somos as que vamos ficando de mais tempo...*" Pequena, cheia de rugas e de cabelos brancos conta sua história falando baixinho, sempre sorrindo e ganha a simpatia de todos que a conhecem. Aos 73 anos, Juracema participou de todas as instâncias do processo de reclamações organizadas pelas mães substitutas. Foi a segunda mãe substituta que contatamos. Vizinha e amiga de Valquíria,

morava numa pequena casa de madeira num terreno municipal ao lado de um riacho, que servia de esgoto. Posteriormente, frente as dificuldades econômicas e pelo fato de ser diagnosticada de leucemia, trocou de casa com seu sobrinho, passando a viver numa casa no mesmo bairro no quintal da sua irmã.

Essa “bisavó substituta” nos diz que trabalhou desde criança no serviço doméstico. Com catorze anos fugiu da casa onde estava empregada e casou. Seu marido, músico e vigilante noturno, tinha já dois filhos. Ela nunca teve filhos devido a um acidente na sua primeira gravidez. Contudo explica que durante toda sua vida cuidou de crianças, “*como se [filhos] legítimos fossem.*” Não é necessário perguntar as causas dela ter se dedicado ao cuidado de crianças. O fato de não poder ter filhos aparece no seu discurso como uma das principais motivações para a integração da primeira criança no lar. “*A primeira que eu peguei foi a Chiquinha, a avó de Michael com uma enfermeira da Santa Casa, ela morava aqui, um pouco mais em cima*”, explica Juracema ao ser perguntada sobre seu ingresso no Programa. Através da ficha do Lar Substituto no arquivo da FPE, ficamos sabendo que foi encaminhada ao juizado por essa enfermeira que tinha conhecimento do Programa de acolhimento. Não sabemos exatamente em que termos estabeleceu-se sua relação com o juizado e os programas de assistência, mas Juracema nos diz ter recebido ajuda em gêneros que colaboravam na manutenção da sua filha. No prontuário aparecem registradas além da Chiquinha, outras três crianças colocadas no lar entre 1957 e 1961. Não achamos no arquivo informações em relação ao tempo de permanência ou destino posterior dessas crianças.

Em 1972, com a formalização do Programa Lares Substitutos, Juracema cadastra-se oficialmente na FEBEM pedindo a “reabertura” do seu Lar. Ele é reaberto em 1980 com a colocação de duas meninas. Através de sua ficha na FPE, ficamos sabendo que, para se adequar às exigências do Programa, Juracema teve que regularizar sua situação familiar. Assim, Juracema e seu marido casam legalmente e um filho de criação de sete anos é adotado.

De diferentes formas, Juracema explica e demonstra sua atividade enquanto mãe substituta. Nos mostra as fotos das reuniões na Febem, apontando e nomeando cada uma das mães substitutas, principalmente as que já conhecemos ou que, segundo ela, deveríamos conhecer. A gaveta cheia de fotos e a rigorosa conta do número de crianças que passaram pelo seu lar parecem uma forma de certificar sua experiência. Caso isso não fosse mérito suficiente, da mesma gaveta tira uma placa de metal brilhante, embrulhada em várias camadas de papel de seda. Juracema ganhou essa placa da

FEBEM, ao cumprir vinte cinco anos de atividade como mãe substituta da FEBEM. A mãe substituta orgulha-se de sua atividade, explicando: "*o que eu mais gosto é cuidar de bichinhos*".

O último desses "bichinhos", do qual ainda cuida é o Michael. O menino, gordinho, um tanto agitado e extremadamente simpático, nos mostra as fotos da família, onde se encontram retratados todos os filhos de criação da Juracema, incluindo sua avó e mãe biológicas. Explica: "*minha avó já cuidou de 42 crianças, eu sou o número 43!*" Rapidamente, passa a nos explicar que na verdade Juracema não é sua avó, mas sua bisavó. Porém, ele gosta de chama-la de avó. Explica que sua mãe mora um pouco mais abaixo na mesma rua com sua irmã menor, Johana. Ela também participou do Programa, assim como sua avó. Michael é neto biológico de Chiquinha (filha de criação de Juracema), que é mãe biológica de Cristina quem foi cadastrada no lar substituto, e que engravidou aos 17 anos, quando ainda estava ligada ao Programa. Assim Michael passou a ser a mais nova (e última) das crianças cadastradas.

Além de Michael, Cristina teve outros três filhos. A mais jovem permanece com ela. Explica Juracema que um deles não sabem onde está, e o outro está com o pai com quem a mãe não tem contato. A mãe substituta não aprova esta situação, nos diz que ela tem "*alguns problemas*", forma que é habitualmente usada pelas mães substitutas para referir a deficiências mentais ou problemas psiquiátricos leves. Em contraposição a ela apresenta o caso de Rosemare, prima biológica de Cristina, também criada no lar substituto, que estudou, trabalha e agora tem sua própria família. Valquíria, ao falar da situação, também nos deu a entender os *problemas* de Cristina, salientando que a melhor alternativa para Michael era permanecer com a avó (Juracema), onde poderia manter contato com a mãe, mas receber cuidados e um atendimento adequado para seus problemas de rins. Todos os relatos, descrições e juízos sobre o lar de Juracema com que nos encontramos, referiram muito mais ao tipo de cuidado que os jovens receberam no lar, o tipo de gestão que Juracema fazia dele, as formas em que conseguiu pôr limites aos problemas provocados por Cristina, do que a aquilo que mais chamou nossa atenção, o fato de encontrar três gerações de descendência biológica dentro do lar substituto.

2.3.2 O acolhimento familiar: Programa oficial e prática informal

O começo de Juracema na atividade de “acolhimento de crianças”, com a integração de Chiquinha, não corresponde a motivações institucionais, mas ao interesse pessoal de Juracema em relação a ter filhos, criar e cuidar de crianças. Frente ao impedimento biológicos de ter filhos, essa motivação é refletida na participação do Programa Lares Substitutos. Através do contato pessoal com um vizinha que conhecia o Programa, Juracema, ao mesmo tempo que concretiza sua vontade de ter uma filha, ingressa no âmbito oficial de atendimento de crianças. Pelos dados do arquivo, as fotos familiares e a continuidade de sua filha e neto no Lar Substituto, podemos deduzir que das quatro crianças em 1957, Chiquinha foi quem teve maior permanência na família.

A partir da reformulação de 1972 o lar é “recadastrado” e situações de acolhimento são regularizadas. Um filho de criação referido no registro como “*colocação particular*”, integrado por sete anos, na família é adotado formalmente pelo casal. Para isso, eles devem também ter a situação do casal regularizada, casando-se legalmente. O ingresso no Programa não só significa a colocação de novas crianças, mas modifica toda uma série de relações entre os integrantes da família. Em certa medida, os objetivos e as formas de funcionamento do Programa também são modificados pela maneira em que práticas oficiais e não oficiais coexistem.

Além de acolher muitas crianças derivadas diretamente do Programa, Juracema conseguiu manter dentro da órbita oficial três gerações a partir da primeira criança que acolheu. Compartilhar a responsabilidade de sua criação com o Estado, permitiu-lhe manter uma ajuda econômica mais do que necessária para a manutenção do núcleo familiar e contar com diferentes públicos aos que provavelmente não teria acesso em outras condições. O cadastramento de cada geração dentro do Programa fez com que o lar se mantivesse em atividade mesmo depois de ser declarado em extinção. Enquanto isso, muitas outras crianças, provenientes do sistema de atendimento foram colocadas no lar.

Com o exemplo de dona Juracema, tento apresentar o que chamo de “continuidade na tradição de colocação e acolhimento de crianças”. Tal como propus no começo deste capítulo, entendo que essa continuidade é possibilitada pela coexistência de duas tradições: a prática oficial de colocação familiar em Porto Alegre e as práticas informais de circulação de crianças. Até agora examinamos o Programa Lares Substitutos enfocando o seu planejamento e reformulações, enquadrando-o na história de práticas oficiais de colocação de crianças em Porto Alegre e no Brasil. A partir disso, formulei

minha hipótese de que foi a conjunção dessas duas vertentes o que permitiu a continuidade por mais de cinquenta anos de parceria entre famílias acolhedoras e Estado na prática de colocação de crianças. Porém, a experiência do Programa Lares Substitutos não é constituída apenas por tradições, e sim por pessoas que a partir de suas ações e sua própria capacidade de gerir os recursos do Programa tornaram dele uma experiência concreta e continuada. No intuito de contextualizar esses atores e entender o lugar a partir do qual realizam essas ações é que remontei na história do Programa.

Acredito que o caso de Juracema seja um bom exemplo no que tange à continuidade e à coexistência dessas práticas. Nela o programa estatal se mistura com outras práticas, apresentando uma forma particular de apropriação dos recursos oferecidos pelos poderes públicos. A partir de cada uma das histórias das famílias com as que trabalhamos poderíamos encontrar novas formas de apropriação desses recursos. Nos próximos capítulos tento aprofundar-me na experiência das famílias participantes e no funcionamento do Programa, assim como na participação e na visão dos atores oficiais em relação ao Programa. Atravessando a análise, está presente a preocupação por entender as formas em que estas duas tradições, a do Programa oficial e a das famílias envolvidas se misturam, convivem ou brigam na experiência dos participantes do Programa Lares Substitutos.

CAPÍTULO 3

DA TELEVISÃO À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA: NA PROCURA DE RECONHECIMENTO

A característica sobressalente do trabalho de campo antropológico como uma forma de conduta é que não permite uma separação significativa entre as esferas ocupacionais e extra-ocupacionais da própria vida. Pelo contrário, força sua fusão. (...) Tudo o que alguém diz, tudo o que alguém faz, mesmo o mero emprazamento físico, tem de formar a substância da própria existência pessoal, mas deve ao mesmo tempo ser aproveitado no sentido analítico (GEERTZ, 1996; 61)

Para entender o lugar do qual este trabalho é construído, se faz necessário deter o olhar na forma em que chegamos à experiência do Programa e o tipo de vínculo estabelecido com seus participantes. Neste capítulo discuto alguns aspectos metodológicos da pesquisa a partir do processo de reclamações frente ao Estado do grupo de mães substitutas que até dezembro de 2004 participavam do Programa como responsáveis pelos nove Lares Substitutos e 28 jovens colocados neles. Esse processo de reclamações começou em janeiro de 2003, quando as famílias deixaram de receber o dinheiro e as ajudas em gênero que até então a FPE repassava aos lares por cada jovem acolhido. Acredito que, para além das complicações econômicas que a situação gerou, a procura de um reconhecimento para a experiência do Programa e para a atividade de “mãe da Febem” constitui uma dimensão fundamental dos reclames. Assim, proponho que essa mobilização não é motivada unicamente pelas dificuldades que provocou a suspensão dos pagamentos, mas também por uma situação que era considerada injusta. As razões que levaram as mães substitutas a iniciar e continuar um processo de reclamações longo, complexo e relativamente custoso não podem ser simplificadas ou reduzidas simplesmente ao pedido de continuidade do dinheiro do *per capita*⁹ mensal. Proponho entendê-las como um processo complexo em que intervêm elementos materiais e simbólicos que não considero contrapostos, mas como dimensões complementares dessa experiência (SAHLINS, 2003) e que reuno na expressão de *reconhecimento*.

Em março de 2003, momento em que entramos em contato com as mães substitutas e suas famílias, o Programa Lares Substitutos se apresentava como uma experiência esquecida e junto com ela, seus participantes. As duas matérias televisivas

⁹ *per capita* é a forma técnica para referir ao montante de dinheiro repassado por criança aos Lares Substitutos. Tanto mães substitutas como funcionários do Programa utilizavam corriqueiramente esse termo, sem que fosse necessário mediar mais explicações sobre seu significado.

que as mães substitutas conseguiram nos meses de fevereiro e março de 2003 representavam uma forma de resistir a essa situação. Através delas, procuravam espaços onde divulgar sua situação e portanto, espaços onde sua existência fosse reconhecida. Essas matérias, assim como outras estratégias de mobilização utilizadas pelas mães substitutas, demandavam, não somente, uma resposta à suspensão dos recursos, mas também o resgate de uma extensa experiência de acolhimento familiar que desde alguns anos atrás vinha sendo deixada em segundo plano. Em certa medida lograram seu objetivo, apresentando (ante Simone, quem assistia uma dessas matérias no jornal do meio-dia e por extensão à equipe de pesquisa) uma história que poderia ser transformada em objeto de análise antropológico.

Ao entrar em contato com as mães substitutas, abriu-se ante nós a possibilidade de trabalhar com a rica experiência da colocação oficial de crianças em Porto Alegre; uma história praticamente desconhecida. Porém, a própria situação, que nós também considerávamos injusta, e a forma particular de acesso ao campo pareciam nos levar a um engajamento cada vez maior com a "causa das mães substitutas". A necessidade de um objeto academicamente válido, razão última que nos levou às famílias participantes do Programa, parecia entrar em confronto com a denuncia da situação. O envolvimento pessoal e político poderia nos levar muito perto da antropologia aplicada¹⁰ que não fazia parte de nossos objetivos.

Nesta tensão apresentou-se a questão da definição de um problema de pesquisa. A primeira reação foi a de separar dois níveis diferenciados de trabalho, por um lado o que seria a pesquisa de campo com objetivos puramente acadêmicos e por outro, o que seria nosso envolvimento enquanto militantes. Só depois de um certo tempo, que permitiu o afastamento da experiência, fomos compreender que essa separação que entendíamos estratégica não era tão nítida quanto pensávamos. As diferentes instâncias e eventos de reclamação constituíram momentos de observação particularmente ricos. O envolvimento "na causa" favoreceu nossa inserção em campo. De forma tácita, foi travada uma espécie de aliança estratégica entre pesquisadoras que participavam dos interesses dos seus informantes e pesquisados engajados na consecução da pesquisa. Nosso trabalho não poderia ser destacado do resto das ações em procura de alguma

¹⁰ Para uma revisão crítica das correntes de antropologia aplicada durante a década dos 70, ver *A aventura antropológica*, Cardoso, 1986. A autora comenta a virada das ciências sociais para enfoques mais qualitativos, a redefinição do cientista social enquanto agente político negando a neutralidade científica e a intensificação no uso dos métodos de participação e no "engajamento" político do pesquisador. Comentando essa mudança, critica o fato de que essa *intensificação na participação foi justificada por razões políticas e não pensada como instrumento do conhecimento* (ib idem, 99).

forma de reconhecimento. A elaboração de textos acadêmicos, mesmo com suas regras e lógicas próprias, têm também conseqüências políticas.

O "reconhecimento" apresenta-se então como uma categoria *etic*¹¹, que ao englobar uma série de ações e reclames, também lhes impõe sentido e significado externos, neste caso outorgando um sentido de resistência frente ao processo de desvalorização da experiência do Programa. No entanto, ao mesmo tempo que se apresenta como categoria de análise, confunde-se nos efeitos e conseqüências da própria análise, transformando-se em uma ferramenta de análise multidimensional que permite também problematizar o próprio lugar da experiência antropológica. A antropologia é entendida por todos nós como a ciência que procura conhecer e entender, portanto, reconhecer o outro. Neste caso nos propomos a conhecer e reconhecer um outro bastante próximo, integrante da mesma sociedade do pesquisador.

3.1 DEFINIÇÃO DOS PAPEIS

A etnografia se caracteriza como um método em que a principal ferramenta de pesquisa é o pesquisador na sua relação pessoal e subjetiva com as pessoas no campo (VELASCO e DIAZ, 1997). Assim, proponho entender a etnografia, não enquanto situações de contato com grupos ou lugares específicos previamente catalogados enquanto "objetos antropológicos", mas como um tipo particular de posicionamento intelectual e moral que em situação de campo permite *produzir entendimento através da riqueza, da textura e do detalhe*. (ORTNER, 1994; 174). Os dados não existem na realidade para serem recolhidos pelo pesquisador, mas são construídos na interação com o informante e estão fortemente determinados pelo tipo de relação que essas personagens "do campo" estabelecem. Assim, no trabalho antropológico resulta fundamental a explicitação do tipo de relação mantida em campo. Seus resultados estão fortemente determinados pela situação de pesquisa e o vínculo pessoal estabelecido nela.

Tradicionalmente o trabalho do antropólogo é visto como uma aventura solitária. Essa solidão se conforma de formas múltiplas, através da geografia, da natureza e das pessoas que rodeiam ao pesquisador, seres desconhecidos e com costumes estranhos os quais o cientista se esforça para compreender. Solidão e afastamento são dois mitos

¹¹ O termo *etic* denomina as categorias construídas pelo pesquisador em contraposição as categorias *emic*, que refletem representações "nativas". "*As proposições etic dependem de distinções fenomênicas consideradas adequadas pela comunidade dos observadores científicos*" (HARRIS, 1979; 497) [tradução minha]. Ao referir ao "reconhecimento" como categoria *etic* não pretendo revestir o conceito de autoridade por se tratar de uma categoria científica, logo, objetiva. Entendo ambas as categorias enquanto construções

fundantes do trabalho etnográfico e da imagem da antropologia enquanto disciplina para o público geral. Embora as necessidades do mundo acadêmico, assim como as imposições do exterior tenham modificado a forma de trabalho, a idéia do antropólogo sozinho com seu diário como único colega e amigo persiste fortemente no imaginário da disciplina. Malinowski (1978) representou magnificamente esse sentimento na introdução de "Os Argonautas do Pacífico Ocidental". A constância com que nós antropólogos trazemos essa referência para problematizar diferentes formas de acesso ao campo é prova da permanência desse imaginário. Elaboraões posteriores agregaram duas dificuldades ao afastamento geográfico e as diferenças culturais. A primeira se estabelece nas dificuldades compreensão do trabalho antropológico por parte dos "nativos", tanto nas motivações para estudá-los como nas alegrias e angustias próprias da experiência (DA MATTA, 1978). A segunda, resulta da impossibilidade de narrar o vivido aos "outros" do lado de cá, interessados no conhecimento acadêmico produzido a partir desse contato não no vínculo pessoal e intransferível que o pesquisador gerara com "seus nativos" (BARLEY, 1992).

A situação de pesquisa que nosso trabalho propõe não corresponde a nenhum dos dois mitos aos que referimos. Nem no que refere ao afastamento geográfico, antes garantia de exotismo, nem na solidão do pesquisador e individualização dos dados apreendidos. A presença de vários pesquisadores dentro da equipe amplia o tipo de informação obtida, sempre que esta seja devidamente contextualizada. Neste caso, além do envolvimento pessoal próprio da situação de pesquisa existiu entre pesquisadoras e informante um envolvimento político. A relação não esteve referida somente a situações "puras" em que o pesquisador vai atrás do informantes no seu cotidiano, mas envolvida em situações de ações políticas em que os papéis nem sempre estiveram claramente definidos.

[CB1] Comentário:
Desenvolver a partir daqui
"autoridade etnográfica" Geertz,
Vidas e Obras e alguém mais.

3.1.1 A equipe se posiciona no campo: Simone, "Um anjo que caiu do céu"

Ao entrar em contato com as primeiras mães substitutas não sabíamos muito bem o que estava nos esperando, nem mesmo o que estávamos procurando. Enquanto equipe de pesquisa, não constituíamos um grupo homogêneo, nem na sua forma de integração, nem nas inquietudes e interesses. Procedências, idades, trajetórias acadêmicas e hierarquias eram bem diferentes. Simone, de vinte e dois anos, brasileira, bolsista de

subjetivas e utilizo os termos *etic* e *emic* para melhor compreender o processo de diálogo estabelecido entre pesquisadores e informantes.

iniciação científica. Eu, com vinte cinco anos, tendo chegado do Uruguai ao Brasil há poucos meses para começar meu mestrado, mal falando português, e na procura de um campo onde realizar os primeiros trabalhos exigidos pelo curso -campo que posteriormente se tornaria minha pesquisa para o mestrado. Por último, nossa orientadora, com mais de cinquenta anos, nascida nos Estados Unidos, morando a mais de trinta anos em Porto Alegre mas ainda com um forte sotaque e, principalmente, com uma extensa trajetória na pesquisa em relação a família e políticas públicas dirigidas a infância.

Mesmo com todas estas diferenças, entrando em contato com as mães substitutas, um forte sentimento de indignação surgiu nas três. De dezembro para janeiro, quarenta e uma pessoas, entre usuários do Programa e seus responsáveis nos lares tinham simplesmente deixado de existir no âmbito institucional. O repasso de recursos e o acompanhamento dos usuários foram cessados, a responsabilidade do Estado para com eles, esquecida. O Programa Lares Substitutos se apresentava como uma ilha dentro dos programas de assistência implementados pela FPE. Mal aparecia nas estatísticas e nos relatórios oficiais da FPE ou do Juizado da Infância e Juventude. As informações que tínhamos anunciavam que não existia uma normativa legal na qual o Programa poderia ser enquadrado devido às "irregularidades" acumuladas em anos de existência, de emendas em emendas. Em janeiro de 2003, quando o novo governo de Estado decidiu suspender os recursos, veio à luz o dilema do Programa que se apresentava como uma situação impossível, porém, real. Assim, fomos atrás das pessoas diretamente envolvidas no assunto, as mães substitutas e as famílias participantes do Programa Lares Substitutos.

Em qualquer situação de pesquisa de campo, o vínculo entre informantes e pesquisadores deve ser entendido como uma relação em que posições e interesses são negociados (mesmo quando não possa ser reduzido exclusivamente a isso). Relações de poder e interesses diferenciados devem ser considerados tanto no vínculo pesquisador-pesquisado, como dentro da própria equipe de trabalho. Nesse caso, a situação de pesquisa viu-se condicionada pelo lugar particular em que nos colocamos ao participar no processo de reclamações e pelo lugar em que as mães substitutas nos colocaram. O fato de ter chegado até elas através da entrevista de televisão, e nossa proposta inicial de reconstruir a história do Programa, num momento em que parecia que tinham sido esquecidas fez com que fossem vistas por elas como "lutando do seu lado", em relação aos poderes públicos com quem se encontravam em confronto, o que propiciou um tipo

de contato particular com as famílias. Desde o primeiro momento fomos bem recebidas, já que não estávamos ali em função das necessidades da FPE, ou através de seus contatos, mas como consequência de seus esforços de mobilização.

O fato de ter achado o Programa quase por acaso depois de ter procurado tanto por ele foi utilizado por nós como ferramenta para facilitar o ingresso, mas também pelas próprias mães substitutas para sinalizar o momento de nosso encontro. Não quero com isto apresentar uma visão inocente da situação. Os discursos que referem a nossa chegada devem ser entendidos no seu contexto, dirigidos a nós, pesquisadoras da UFRGS interessadas em obter informação das mães substitutas. Nesta situação, nossa presença representava um recurso a ser potencializado e uma forma de obter respaldo foi reforçar a fala sobre o momento especial de nossa chegada. Afirmando esta idéia, Célia, ao apresentar minha colega Simone para outras mães substitutas, ou a diferentes pessoas envolvidas no processo de reclamações, explicava todo o processo que nos levou até elas, dizendo que quem tinha assistido a matéria no jornal do meio dia foi ela. *"A Simone pra nós, foi um anjo que caiu do céu"*.

3.1.2 Posições intra-equipe: *"aquela professora tão simpática...., ela é bem exigente né?"*

As saídas iniciais, que poderíamos chamar de mapeamento de campo foram realizadas em conjunto, pelas três integrantes da equipe. Posteriormente, a presença da orientadora, se fez mais esporádica nas visitas realizadas às famílias, focalizando-se nos momentos de coordenação para os reclames das mães frente a FPE e nos encontros institucionais, para os quais a presença de uma pesquisadora reconhecida e uma posição institucional eram fundamentais. Os contatos estabelecidos com as autoridades da FASC, FPE e JIJ, foram enquadrados no contexto mais amplo dos realizados pela equipe do projeto "Narrativas Hegemônicas no campo da Infância", desenvolvido pelo Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACI) da UFRGS. O projeto visa o mapeamento e análise de diferentes modelos de atendimento a crianças e suas famílias por parte dos Poderes Públicos. Nesse marco, as entrevistas não referiram especificamente ao Programa Lares Substitutos, mas ao total de programas públicos referidos a crianças e adolescentes.

Mesmo tendo uma grande interação entre membros da equipe, a diferença hierárquica esteve sempre presente na relação com os informantes. Essa diferença foi também uma ferramenta utilizada por nós para um melhor acesso ao campo. Muitas vezes serviu como desculpa para marcar uma segunda entrevista: *"A senhora tem que*

conhecer nossa professora, ela vai adorar ouvir suas histórias!". Acredito que Simone e eu, duas jovens estudantes (se não tão jovens, aparecendo como tal) conversando de experiências familiares com pessoas da idade de nossas mães ou avós, e dando contas de nosso trabalho a uma professora da mesma idade delas, dirigindo-se a nós com ar de exigência e que às vezes reclamava do nosso trabalho em público, fossemos em certa medida pessoas simpáticas a nossas informantes. Um pouco "filhas" um pouco "companheiras de luta".

O trabalho em equipe não excluiu a ocorrência de encontros individuais, de muita importância, já que estes brindaram à pesquisadora da oportunidade de um contato mais íntimo. Os diferentes "jeitos" de cada integrante da equipe colaram de diferentes formas com as personalidades de nossas informantes. Assim Célia, a mais severa de todas as mães, sentiu-se à vontade para contar a Simone, a mais calada e tranqüila de nós, no trajeto do ônibus de Cachoeirinha a Porto Alegre, os problemas que estava enfrentando com uma de suas *filhas do coração*¹², Carla, que estava-se descobrindo homossexual.

Mesmo não correspondendo com a imagem habitual do antropólogo em campo, o trabalho em equipe, longe de ser um inconveniente nos apareceu nesta pesquisa como um potencial diversificador das situações de campo. Além das implicações na relação com os informantes, esta forma de trabalho apresenta outra vantagem. A reflexão em relação ao campo excede em certa medida os limites da presença do pesquisador ao incluir a experiência de outras pessoas realizando também uma reflexão crítica sobre o tema, trabalhando através de uma perspectiva comum.

3.2 O QUE ESTÁ SENDO RECLAMADO

Ao analisar o longo processo de reclamações oficiais e extra-oficiais realizado pelas famílias substitutas ainda participantes do Programa, desde seu começo com a aparição na TV, até o intrincado procedimento jurídico, podemos observar como aspectos simbólicos e aspectos práticos são indissociáveis. É necessário então deixar de lado visões utilitaristas, que colocam as necessidades materiais como a motivação última da conduta humana e que se acentuam ao trabalhar com setores pobres da população (SAHLINS, 2003).

À medida que fomos contatando as famílias participantes do Programa, notamos que a primeira coisa em ser salientada era a falta de reconhecimento institucional aos anos dedicados à atividade de mãe substituta. Como forma de resgatar esses anos,

¹² Forma em que Célia denomina os três jovens do programa colocados em sua casa há nove anos.

muitas mães substitutas nos mostraram fotos, diplomas ou placas de outras épocas, em que a FEBEM valorizava a atividade, organizando encontros e entregando esse tipo de condecorações. Se nossa primeira reação foi a de associar a essa recepção aos acontecimentos de janeiro de 2003, posteriormente notamos que estava presente também entre as famílias que já não participavam do Programa no momento da sua suspensão.

Algumas das mães substitutas que sofreram a suspensão dos pagamentos organizaram-se para trazer a tona a situação e obter uma solução, mas nem todas as mães substitutas procuraram soluções coletivas. Em alguns casos em que ainda existia responsabilidade do Estado com os jovens usuários do Programa algumas famílias decidiram não realizar estas ações. Por outro lado, em certos casos em que as famílias já tinham saído do Programa, não existia nada concreto a ser reclamado frente FEBEM ou FPE, porém o sentimento de falta desse reconhecimento ainda estava presente.

Apresentarei dois casos em que esta falta de reconhecimento está frisada. O primeiro é o do lar substituto de dona Amanda, que fechou em 1996, por decisão da mãe substituta. Dona Amanda morreu há dois anos, mas conseguimos entrevistar uma de suas filhas que nos relatou a história da sua mãe e o porque do fechamento do lar. O segundo caso é o de Célia, participante do Programa até sua suspensão. Célia além de nos apresentar sua situação, nos falou sobre outros lares substitutos que ela considera em situações ainda mais críticas. São duas posições diferentes nas quais o problema do reconhecimento e do respaldo necessários para desenvolver a atividade de mãe substituta estão presentes.

3.2.1 Amanda: "*nem uma flor*"

No fundo o Programa é uma coisa boa, se faz muito por muitas crianças que foram usuários do Programa. A mãe trabalhou vinte anos no Programa, e quando ela morreu não mandaram nem uma flor da Febem. (Sandra, filha de Amanda mãe substituta entre 1972 e 1992)

Pensamos em visitar Amanda a partir de um comentário de Nilda, quem nos disse ter falado no telefone com ela pouco tempo atrás. Porém, tinha perdido o número, guardado no celular da filha que foi roubado. Recorrendo à lista de lares de 1996 que achamos nos arquivos, nos encaminhamos rumo ao lar substituto de Amanda, no bairro Tristeza. É uma das poucas casas com um aspecto mais modesto em uma quadra que está cheia de prédios mais modernos. No número 1264 se abre um corredor pelo qual se chega a várias casas, batemos palmas na casa da frente. Tudo fechado, ninguém

aparece, vamos do lado e batemos palmas novamente no pátio. A casa parece agora muito maior do que vista pela frente. Alguns minutos depois, aparece uma senhora velhinha a quem perguntamos por dona Amanda. *"A Amanda que trabalhava para a Febem? Ela morreu há três anos foi fazer uma cirurgia de estômago e não saiu. Ela era uma vizinha muito boa, não porque agora esteja morta..."* nos comenta a senhora e agrega que ainda chega correspondência da FEBEM para ela. Explicamos que somos estudantes da UFRGS que pesquisamos sobre o Programa de Lares Substitutos. *"Ainda tem alguns dos seus filhos morando lá. A casa é a terceira, era toda branca..."* Agradecemos e vamos procurar os filhos de Amanda, mesmo sem saber o que dizer para eles.

Chegando à casa, vemos na porta uma mulher magra, branca e de cabelo preto, de uns trinta e poucos, quase quarenta anos. Veste calças, camiseta branca e havaianas marrons. É Sandra, a filha de dona Amanda, quem nos recebe no portão de casa, recém pintada em cores vivas: as paredes são rosas e as aberturas marrons. Na janela se vê a parte de atrás de um forno de microondas. Pela porta, se vê a sala: sofá laranja, paredes amarelas e um vaso com flores de plástico no canto entre os dois sofás. A construção parece maior do que o terreno que a casa ocupa. Em algum momento da conversa Sandra indica a parte de trás da casa, que está sem pintura e desarrumada explicando *"todo aquilo ali era o berçário da mãe."*

Sandra não participou diretamente como responsável de um lar. Porém, sendo filha biológica de uma mãe substituta, passou sua infância e adolescência envolvida na experiência do Lar. Ela nos disse ter assistido em alguma ocasião às reuniões mensais organizadas na FEBEM. Lembra que sua mãe teve uma participação ativa no Programa Lares Substitutos, envolvendo-se em atividades para obtenção de recursos e doações para o Programa e através da Associação Beneficente de Pais Substitutos, da qual integrou a comissão diretiva. Além dos usuários do Programa, Amanda cuidou de outras crianças.

Tinha crianças que passavam o dia, tinha outras que vinham toda a semana e voltavam para casa no final de semana, tinha outras que ficavam morando até que os pais estivessem em condições de pegar elas novamente. (...) Eu tenho uma irmã de criação. É uma prima que a mãe adotou. Na verdade era uma prima que ficou grávida e a mãe ofereceu que ficasse em casa e ajudava a criar. Ela veio, ganhou o filho e foi embora. A mãe adotou a criança, ela tem o mesmo sobrenome que eu, o sobrenome do pai.

O encontro com Sandra transcorreu todo na porta da casa, sem que fossemos convidadas a entrar. No início da conversa tivemos a impressão de que não poderíamos

obter nada muito proveitoso. Nada parecia estar dando certo. Ao apresentar e explicar os objetivos de nossa pesquisa, a filha de Amanda não pareceu muito interessada, como se não tivesse muito a dizer. A história do Lar Substituto parecia ter se finalizado com a “*devolução*” das crianças por parte da mãe substituta após a morte do seu marido. Com a morte de Amanda, Sandra e seus irmãos pareciam ter dado o ponto final ao jogar fora toda a documentação. Nenhum vínculo parecia perdurar, nem com outras colegas, nem com a instituição, nem com os usuários.

A mãe devolveu todas as crianças quando o meu pai morreu. Entrou em depressão e não quis mais cuidar, ficou muito doente e até tentou suicídio. Uma das coisas que os filhos mais insistimos foi que devolvesse as crianças.

Quando chegamos na sua casa, dois anos depois da morte de sua mãe, e nove depois do Programa ter sido abandonado, a descrença de Sandra em relação à experiência parecia total. Essa descrença abarcava tanto o Programa e as instituições responsáveis, quanto as pessoas que passaram pelo Lar Substituto, durante os mais de vinte anos em que Amanda foi responsável por ele. Dizia não manter contato com nenhuma das crianças do Programa. Explicou também, que enquanto a mãe vivia, muito de vez em quando alguma aparecia para fazer visita. “*É que são crianças muito revoltadas, com muitos problemas*”, explica Sandra. No decorrer do diálogo, lembrou de algumas das mães substitutas que trabalharam na mesma época que sua mãe, mas trocou todos seus nomes. Quando perguntamos por outras mães que ela conhecesse, nos recomendou não falar com elas, mas procurar a Carmen, que sendo assistente social poderia Sandra insistia na distância com o Programa, frisando a falta de qualquer documento escrito que testemunhe a participação da sua mãe no Programa.

A justificativa dessa descrença era concentrada numa acusação: O desconhecimento institucional. Sandra sublinha o fato de que, quando sua mãe morreu não veio nenhum recado, nenhum tipo de reconhecimento por parte da FEBEM para ela. Explicava que a única em acudir ao enterro foi Carmen, assistente social, mas sua presença não foi um gesto institucional, e sim pessoal, que Sandra valoriza nesses termos.

No entanto, ao contrário do que nos pareceu ao começo, este iria ser um encontro muito significativo. Em algum ponto da conversa alguma coisa mudou a perspectiva da Sandra. Começou a lembrar de sua infância, e como ela esteve marcada pelo fato de participar do Lar Substituto. Lembrou também de sua participação em algumas reuniões

na FEBEM. Mencionou outros lares que conhece no bairro, similares ao de sua mãe. Até repentinamente lembrou de uma caixa de fotos.

e vocês no meio de isso tudo?

Acabávamos ajudando, eu lembro com seis, sete anos, fazendo mamadeiras (muda o tom e diz) pega meu telefone, eu tenho uma caixa com fotos, que eu posso mostrar pra vocês. Tem fotos da mãe e das crianças, não sei se tem das outras mães, mas alguma coisa deve ter, até alguma certidão das crianças. Vocês me ligam um dia, e vem depois do almoço com tempo, aí eu procuro a caixa e mostro para vocês, até se querem levar alguma para escanear não tem problema.

A mudança na atitude de Sandra nos deixou perplexas. De um momento para outro, aquela pessoa que não parecia ter nada a dizer colocou-se como parte da história que estávamos querendo conhecer. Acredito que essa mudança não se pelo teor de nossas perguntas, nem por qualquer coisa que ela pudesse ter lembrado, mas pelo fato de que, pela primeira vez, alguém estava perguntando sobre essa história.

3.2.2 Célia: “Ninguém quer saber se estamos vivos ou mortos”

Célia, atualmente com um grupo de três irmãos colocados no seu lar em Cachoeirinha é uma das mães substitutas que se encontrava em melhores condições econômicas no momento do fechamento do Programa. Ela é viúva e recebe uma pensão pelo seu marido, caminhoneiro. Mudou-se faz pouco tempo para uma casa que mandou arrumar, com um quarto para cada um dos jovens: Débora e Carla, já adolescentes, e Henrique o menor, ainda criança. Na nova casa tem projetado até um lugar para o cachorro que a mãe substituta comprou para Henrique por indicação de sua psicóloga. Na primeira visita, Célia nos mostra cada um dos quartos, a cozinha nova, com microondas, geladeira com freezer e um fogão de seis queimadores. Na cozinha tudo está no seu lugar. Azulejos e eletrodomésticos são tão brancos que chega a parecer uma enfermaria e não uma casa de família. Esta imagem contrastava com as outras casas que já tínhamos visitado e as que visitaríamos, em geral com pinturas não muito novas e bastante mais coloridas, fotos, quadros, flores de plástico, imagens de santos, espalhados nas paredes e enfeites por tudo. O estilo limpo e organizado da casa de Célia combina perfeitamente com o de sua dona, de cabelo cinza e curto, sem nenhuma jóia ou qualquer objeto chamativo na vestimenta, falando clara e organizadamente. Célia, como já disse, é a mais sobria das mães substitutas que conhecemos.

Ao relatarmos como sua família está enfrentando a suspensão dos pagamentos, nos explica que sua situação não é “*tão ruim*”, se comparando como outras mães como

Zulmira ou Rosângela. Mesmo assim, nos conta que está passando por algumas dificuldades. Para o natal de 2002, tomou a decisão de trocar a máquina de lavar roupas. A anterior *"ainda funcionava, mas já estava ficando velhinha"*. Além de comprar uma nova máquina a prazos, teve os gastos dos presentes de natal para a filha, netos, e *"filhos do coração"* e as férias. Bastante angustiada, Célia explica que teria tomado outras precauções se ativessem avisado da suspensão dos pagamentos. A irresponsabilidade do governo ao tomar a medida de suspensão do dinheiro é salientada por Célia, assim como várias das mães substitutas que continuavam no Programa em dezembro de 2002. A falta de recursos para dar aos usuários do Programa o que as mães entendem como *"condições mínimas para seus filhos"*, aparece clara em contraposição ao relato dos cuidados oferecidos antes dos pagamentos serem suspensos. Ao inesperado da medida se soma a falta de respaldo e o desinteresse demonstrado por parte da FPE.

Agora não recebem nada... Eu acho que está faltando uma responsabilidade maior. Como é que eles podem simplesmente esquecer? São gente, cadê os direitos que o ECA garante? Cadê os direitos deles? Isso aí eu perguntei no Fórum... Eu fui brigar até na Promotoria para conseguir medicação. As minhas crianças precisam de uma medicação muito cara, eu não teria como mante-los. Não adiantou nada, caminhei horrores, nada. Ninguém está dando um comprimido aqui para eles, eu estou mantendo. (Transcrição de entrevista com Célia, 14 de julho de 2003, Simone e Pilar)

Assim como Célia, todas as mães substitutas entrevistadas referiram com maior ou menor intensidade ao seguimento realizado pelos assistentes sociais, em relação ao cuidado dos jovens acolhidos. Este incluía o controle do tratamento igualitário dos jovens do Programa e outros integrantes da família, assim como o seguimento do rendimento escolar e terapia médica ou psicológica quando ser necessário.

Nós sempre tivemos uma reunião mensal, na última quarta-feira do mês com o objetivo de trocar experiências, levar os problemas, pedir ajuda aos técnicos, ou apenas se encontrar. Quando a FEBEM tinha alguma coisa para nos dizer, ou nos tínhamos alguma coisa para dizer para eles [faziam-se reuniões]. Era assim que funcionava e era muito bom. Eu lamentei de mais ter perdido isso, porque existem atitudes, coisas, que tu não pode tomar sozinha, tem que pedir uma orientação para saber exatamente o que fazer, porque a mãe substituta, o nome já diz, é substituta. Eu tenho limites, eu agiria de uma maneira se o filho fosse meu, e como não é meu não posso. Então, a gente tinha reunião com esse objetivo, aí perguntava, trocava experiência com uma mãe e com a outra, e assim a gente ia solucionando os problemas, o que é para resolver no dia a dia se resolve, e agora de janeiro para cá, nós mães, estamos totalmente desprotegidas, nos estamos sem respaldo, nem emocional, nem financeiro, nem nada. Eu não estou conseguindo entender, se liga, conversa, mas as pessoas

se empurram uns para os outros com a barriga, não me dão uma definição, eu não sei como vai ficar esse projeto, e assim como eu não sei as crianças sabem menos, e isso gera uma série de problemas, porque existe toda uma série de receios. (Transcrição de entrevista com Célia, 14 de julho de 2003, Simone e Pilar)

Melhor do que qualquer descrição, Célia resume a situação que está atravessando em uma frase só: *"antes eles vinham nos visitar tudo dia, agora não se interessam em saber nem se estamos vivos ou mortos."*

3.2.3 Per capita e reconhecimento

Olhando os reclamos das mães nos seus depoimentos na Assembléia Legislativa, na televisão ou ao falar conosco poderíamos pensar que estão fundamentalmente direcionados à continuidade dos pagamentos. Para a maioria destas famílias o dinheiro ingressado ao lar pelo *per capita* de cada usuário do Programa consistia em um recurso significativo. Contudo ao escutar com atenção o que as mães tinham a nos dizer, o relato das necessidades que suas famílias estavam passando (incluindo jovens colocados e parentes biológicos) parecia entrar em um segundo plano, com um caráter ilustrativo. A falta de reconhecimento às trajetórias dessas mães dentro do Programa, mesmo sendo um elemento muito considerado, aparece em um segundo momento. Igualmente a todas as pessoas envolvidas em políticas para a infância, e particularmente a partir do ECA as mães substitutas começam qualquer discurso que envolva crianças, jovens do Programa sempre referindo a sua situação, já que eles contam com "prioridade absoluta". A partir daí, e tentando evitar qualquer suspeita de interesses pessoais, as mães substitutas falam sobre a desconsideração do governo para com suas trajetórias. Para isto são trazidos recorrentemente dois exemplos, considerados como exemplares da violência a qual foram expostas. Chama a atenção a pontualidade com que todas as mães referiram a estes dois casos, embora a lista nem sempre acabasse neles.

O primeiro destes casos é o de Zulmira, mãe substituta com mais de quarenta anos de atividade, que aos oitenta anos continuava cuidando de quatro pessoas, já adultas e *portadoras de deficiências físicas e intelectuais*. Antes de janeiro de 2003, Zulmira já estava enfrentando dificuldades para o cuidado destas pessoas, os recursos providos pelo Programa eram bastante reduzidos, e a idade e o câncer estavam pesando. A partir de janeiro, esta situação se fez ainda mais complexa levando a filha de Zulmira colocou três dessas pessoas em uma instituição. A perda de seus "*filhos*" após quarenta anos de convívio é apresentada por outras mães substitutas como exemplo por excelência da extrema violência a que foram submetidos tanto os jovens institucionalizados depois

de anos de convívio família, quanto a mãe substituta que teve que sofrer os vendo ir embora.

A segunda situação é a de dona Rosângela. Filha de criação de dona Sônia, mãe substituta do Programa, ela herdou a responsabilidade do lar após o falecimento da sua mãe. Existe consenso entre as mães substitutas, de que a família de Rosângela foi a que atravessou e ainda atravessa por maiores dificuldades após a suspensão dos pagamentos.

Aquela mãe me preocupa mais, inclusive aquela mãe não é uma pessoa muito saudável. Ela já é menor da FEBEM considerada PPD, e as crianças delas são indefesas, não e que nem os meus, os meus se viram, os meus sabem brigar... Aqueles lá não. Preocupavam-me de mais as crianças da Rosângela e eu pedi para dona Valquíria, põe essas pessoas [nós] em contato com Rosângela. (Transcrição de entrevista com Célia, 14 de julho de 2003, Simone e Pilar)

Essas dificuldades são explicadas não somente pelo fato de ser a mais pobre de todas as famílias acolhedoras, mas também pela imagem de deficiência projetada em Rosângela. Se essa imagem de Rosângela corresponde à realidade ou provem do estigma dela ter sido criada num lar especializado em crianças portadoras de deficiência não sabemos. O fato é que o resto das mães substitutas aportam esse dado como significativo ao explicar a situação do Lar de Rosângela. Em março de 2003, faleceu uma das cinco jovens portadoras de deficiência colocadas no Lar Substituto de Rosângela. Carecendo de recursos econômicos para sustentar o enterro a mãe substituta acudiu a FPE. Nenhum vínculo legal unia a Rosângela com a menina, cuja responsabilidade estava na órbita do Estado. Porém, a FPE desentendeu-se e a família de Rosângela não conseguiu dar um velório para a menina, que conforme contam foi enterrada através do sistema municipal.

A indignação que esse evento concreto produz nas mães substitutas, facilmente transmitida a qualquer um que escute de suas vozes a história é também refletida em outras formas. Sem apelar a elementos afetivos tão chocantes como essa história, quase todas as mães substitutas referem às vantagens que o Programa proporciona e não estão sendo aproveitadas pelo governo. Muitas e muitas vezes escutamos as mães substitutas dizendo que achavam o Programa "*uma coisa importante*", que permite tirar as crianças dos abrigos ou das ruas, onde representam um perigo para elas e uma insegurança para os outros. Entendem o Lar Substituto como um lugar que possibilita dar uma família a muitas crianças que precisam dela e falam sobre experiências em que bebês ou crianças pequenas foram resgatados de situações de saúde críticas das quais dificilmente sobreviveriam.

Histórias como as de Sandra, Célia, Zulmira ou Rosângela, não falam sobre dinheiro, mas sobre a forma em que o Estado comportou-se com suas famílias. A suspensão dos pagamentos é o disparador desta série de reclames. Não é simplesmente isso o que gera a indignação das mães substitutas e as faz apelar aos meios de comunicação. As mães nos falam de um abandono progressivo dos Lares Substitutos. Nos últimos dez anos, o Programa foi sendo relegado a um segundo plano dentro das políticas de assistência. Este abandono se reflete na diminuição do valor do *per capita*, que durante vários anos se manteve no valor de R\$ 73, a retirada de recursos técnicos e por último a suspensão dos pagamentos. Olga explica que os gêneros do “rancho” recebido mensalmente foram reduzidos particularmente em relação à medicação, roupas e artigos escolares. Nos últimos anos, as atividades do Programa vinham se desenvolvendo sem reconhecimento institucional, sem marco legal para ser exercidas, com escassos recursos nem apoio técnico. A suspensão repentina e injustificada do repasse de *per capitas* representa a gota d’água, a consideração que os poderes públicos encarregados da proteção de crianças e adolescentes dão aos próprios usuários dos serviços de assistência que implementam e às famílias que se responsabilizam por eles.

3.3 O PROCESSO OFICIAL DE RECLAMAÇÕES

3.3.1 Uma mudança na estratégia

No mês de agosto de 2003, as mães substitutas mudaram a estratégia com que vinham levando a cabo suas reclamações. Até esse momento, as principais ações tinham consistido em se organizar para a procura de espaços em televisão e rádio que lhes permitissem fazer pública sua situação. Em certa medida, tiveram êxito: conseguiram chegar em duas ocasiões à televisão local. Com a intermediação do canal de televisão, conseguiram o compromisso público do secretário do trabalho de que o repasse de recursos aos Lares Substitutos continuaria logo depois que as famílias regularizassem a guarda das crianças colocadas. Este foi um logro relativo, já que após as declarações na televisão nunca mais tiveram possibilidades de se contatar com o secretário nem com alguém que pudesse dar resposta à situação.

Foi através dessa aparição na TV que chegamos até as mães substitutas. Através da RBS obtivemos o telefone de Valquíria, primeira mãe substituta em ser contatada que logo se converteria em uma informante chave. Ela era quem nesse momento estava coordenando as atividades realizadas pelas mães, e apresentou-se a nós como “*a presidenta das mães*”. O papel de Valquíria na organização dos reclamos era central. Ela

conta com toda uma trajetória de liderança no bairro e a maior concentração de Lares ainda participantes do Programa localizam-se nas proximidades de sua casa. Mora em Monte Alegre, no município de Viamão, numa região algo afastada do centro. A algumas quadras da sua casa mora dona Juracema e um pouco mais longe dona Rosângela.

Na primeira entrevista que realizamos com ela, Valquíria nos contou os passos a seguir para trazer à baila a situação pela qual os Lares Substitutos estavam passando e deixar em descoberto a irresponsabilidade do governo. Explicou-nos que, no seu entender, todas as medidas que estavam tomando nesse momento eram causadas pela falta de resposta das autoridades da FPE e da Secretaria de Trabalho Cidadania e Assistência Social. Valquíria salientou a insistência com que tentaram achar uma resposta para a situação nas duas instituições, as quais foram sempre adiadas. Frente a falta de respostas, sua decisão parecia muito firme. Ela e todas as mães substitutas reunidas continuariam procurando a imprensa, recorreriam "a Zambiasi"¹³, e se fosse necessário chegariam à São Paulo, no programa da Márcia ou no Ratinho.

Essa estratégia mudou a partir do contato com Roberto, um advogado militante dos Direitos Humanos e que trabalhava no gabinete do vereador do PT. Acionado pela equipe de pesquisadoras, ele colocou na sua agenda política a situação do Programa Lares Substitutos. Mobilizações no âmbito oficial, recursos no judiciário e eventos políticos para a discussão das responsabilidades do governo em relação às mães substitutas e os jovens do Programa iniciaram em agosto de 2003. A partir de então foram apresentados recursos frente às Promotorias Públicas de Porto Alegre, Viamão e Cachoeirinha, Promotoria de Cidadania e Direitos Humanos, Promotoria da Criança e o Adolescente, e no Juizado da Infância e Juventude. Essas ações tinham como objetivo obrigar a FPE a continuar efetuando os pagamentos, através de ordens judiciais. Além desses recursos, duas audiências públicas foram realizadas na Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. Esse tipo de audiência não tem a função de tomar decisões para resolver o problema, mas se constitui numa instância política em que os legisladores do Estado têm oportunidade de cobrar responsabilidade do poder executivo.

Facilitando os contatos com diferentes agentes políticos interessados no tema e acompanhando as diversas instâncias de reclamações, acreditávamos estar colaborando com a mobilização das mães substitutas. No entanto, pode-se perguntar se pondo a

¹³ Radialisata que apresenta um dos programas de maior audiência no Rio Grande do Sul, "Comando Maior". Destacou-se por receber a população durante o programa, obtendo solução para seus problemas imediatos através de itens como cestas básicas e cadeiras de rodas ou encaminhado demandas aos órgãos públicos. Foi deputado estadual durante quatro legislaturas e em 2002 tornou-se o senador mais votado da história do Estado.

disposição recursos dos quais nós dispúnhamos, estávamos em certa medida caindo numa atitude etnocêntrica. Acreditávamos que aquilo que nem a RBS, nem o Ratinho puderam solucionar, iria se resolver apelando aos mecanismos oficiais, aos que estas famílias não tinham acesso, e para os quais, nós antropólogas estávamos oferecendo a ponte. Rapidamente nos daríamos conta que aquele caminho de procedimentos objetivos que acreditávamos realizar, não era tão objetivo, e estava cheio de falhas.

3.3.2 A audiência pública

A realização da audiência pública demandou importantes esforços e implicou alguns riscos. Realizou-se uma primeira reunião com a assessora da Comissão de Direitos Humanos, com o objetivo de planejar a estratégia a utilizar. Foi acordado que as mães substitutas pediriam a continuidade do Programa, e o pago do valor dos *per capita* atrasados desde o momento em que foram suspensos até a retomada dos recursos, para todos usuários que ficaram nos lares. Ao não existir nenhum vínculo jurídico entre as famílias substitutas e os jovens colocados pelo Programa, devia se considerar a possibilidade (mesmo pouco provável) de que a FPE decidisse não retomar o Programa e retirar os jovens de seus lares, redistribuindo-os em abrigos. A FPE alegava a ausência de marco legal para o funcionamento do Programa. Se pedira então, aos deputados a criação de uma lei que respaldasse a atividade das mães substitutas, ou então, que essas famílias fossem colocadas no Programa Família Cidadã como uma medida alternativa.

A audiência ficou acertada para a outra semana, quarta-feira de manhã, no segundo turno. Além dos deputados, o secretário do trabalho e autoridades da FPE, seriam convocados promotores e outras autoridades. A presença das mães substitutas não era uma questão facilmente resolvida. Todas elas têm sob sua responsabilidade atividades domésticas, preparação de alimentos, cuidado das crianças e traslado delas a escolas e creches. Encontrar pessoas em condições de substituí-las nessas atividades não era simples. Além disso, muitas delas precisavam atravessar grandes distâncias e costear as passagens para se trasladar ao centro de Porto Alegre.

Cinco mães substitutas assistiram à primeira audiência. Valquíria e Juracema vieram com a coordenadora de nossa equipe, que foi pegá-las em Viamão. A bolsista de graduação Simone foi buscar Célia, sua vizinha em Cachoerinha e vieram juntas de ônibus. Marli, Olga e eu, as três que moramos em Porto Alegre chegamos sozinhas. Elas duas de ônibus e eu caminhando. No local da audiência, Roberto estava nos esperando. O ingresso onde ficam os elevadores e a sala estava cheio de pessoas assistindo a audiência

que se passava antes da nossa. A assessora, que tinha planejado a audiência conosco, ia e vinha coordenando a audiência que estava acontecendo no primeiro horário. Enquanto nossa coordenadora se mantinha afastada para não ser diretamente associada ao processo que as mães estavam realizando, Simone e eu, protegidas pelo anonimato, conversávamos com as mães e com Roberto, que olhava para os lados tentando enxergar alguma das autoridades do JIJ e da FPE convocadas. Nenhuma delas apareceu.

A audiência antes da nossa atrasou e, depois de esperar durante uma hora e quarenta e cinco minutos, a audiência “das Mães Substitutas” foi suspensa, sendo marcada para a outra quarta, no primeiro horário. Mesmo assim, as mães insistiram em falar “no mínimo cinco minutos” para expor sua situação. Enquanto os deputados pertencentes à comissão se retiravam, Célia começou sua fala lendo o artigo Quatro do ECA:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à convivência familiar e comunitária.

A continuação, explicou que elas estavam lutando para continuar oferecendo a “seus filhos” esses direitos que o ECA garante, e perguntou-se sobre o que estava fazendo o Estado por eles. Depois continuou Valquíria, com sua habitual forma de falar de quem “chama as coisas pelo seu nome”, tal como ela caracteriza seu jeito de se expressar, direto, sem rodeios nem considerações diplomáticas. Descreveu brevemente a situação de sua família, também pedindo pelas responsabilidades do Estado frente a eles. Explicou que os jovens não tinham fichas de ônibus para se locomover até o colégio, razão pela qual caminhavam às vezes mas de hora para estudar, e que nos dias de chuva quando calças e sapatos molhavam tinham que secá-los no aquecedor, para ter o que vestir no outro dia.

Valquíria acabou de falar com a sala quase vazia. Depois dos esforços organizativos, todo o que se ganhou foi que o presidente da comissão numa conversa telefônica com o secretário de trabalho, acertasse a presença de autoridades da FPE para a próxima semana.

Na quarta-feira seguinte reiniciamos o processo. Talvez por não encontrar ninguém para ajudá-la em casa, talvez antecipando outro fracasso, Valquíria não assistiu na segunda audiência. Já que ela e Célia eram as mães escolhidas para falar em nome de todas, Olga, teve que substituí-la. Dessa vez fizeram-se presentes a diretora técnica e um assessor jurídico da FPE, o vice-presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e

do Adolescente e cinco deputados dos dez integrantes da comissão. Estava presente também Roberto, quem falaria em favor das mães substitutas.

A sala de audiências fica no terceiro andar do prédio da Assembléia Legislativa, na Praça da Matriz, no centro de Porto Alegre. Nela encontramos três mesas dispostas em forma de U olhando para uma platéia composta por umas dez filas de cadeiras. As portas da sala são de vidro e permitem enxergar do lado de fora, já na saída do elevador o que está acontecendo dentro. No meio da mesa de frente a platéia, senta-se o presidente da comissão, e do lado outros deputados. Na direita sentaram-se Olga, Célia e Roberto. Na esquerda sentaram-se o pessoal da FPE e o vice-presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDICA). Enquanto a audiência transcorria, alguns deputados, não mais de três ou quatro, foram se integrando sentando-se nos laterais da mesa.

A audiência é um evento oficial e tem, em princípio, todas as rotinas desse tipo de eventos. Porém, na prática, esses procedimentos de rotina não parecem absolutamente ajustados ou considerados. Pessoas entram ou saem da sala ou da mesa de audiência enquanto está transcorrendo. Cada um dos participantes da audiência é apresentado formalmente, mas alguns ainda estão se acomodando no seu lugar quando isso ocorre. A audiência em sua totalidade é gravada para sua posterior transcrição. A cabina de gravação está situada entre a mesa e a platéia. Alguns meios de comunicação, particularmente imprensa escrita entram na sala, tomam conhecimento do que está acontecendo e saem. A "TV Assembléia" é a que cobre o evento mais extensamente. Nossa audiência começou com a apresentação de cada um dos participantes e um breve resumo da situação, por parte do presidente da comissão. Posteriormente falaram as duas mães e responderam diretora técnica e assistente jurídico da FPE. Intervenho o vice-presidente da CEDICA. À continuação, Roberto, quem propus levar o debate ao âmbito dos direitos humanos.

A seguir, [Roberto] disse que houve violação de tratados internacionais e do Estatuto ao não repassarem esta verba; que todos os governos tentaram manter este programa; que são oito famílias e trinta crianças; que o problema é do Governo tentar uma medida emergencial. (Ata no. 22/2003, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul)

Para nossa surpresa, muito mais do que pensar a situação dos 27 jovens colocados nesse momento, ou dos cinco que já não participavam do Lar Substituto, discutir a viabilidade do Programa nessas condições ou as alternativas possíveis, o debate transformou-se rapidamente em uma troca de acusações entre frentes políticos, para

estabelecer o culpado pela situação. Os representantes da FPE tiraram responsabilidades, dizendo que as "irregularidades" do Programa correspondiam à administração anterior, do PT. Alegaram não ter previsão orçamentaria para o repasse de dinheiro aos lares. Como a nova política do governo seria a transparência em relação aos gastos do Estado, a continuidade do Programa resultava impossível.

[o assistente jurídico da FPE] disse que a Fundação está juridicamente impedida de realizar os pagamentos pois a Coordenadoria e Auditoria Geral do Estado - CAGE declarou que não há lei ou decreto que regulamente este repasse, e, segundo ele, os repasses ao programa estão suspensos desde outubro de 2002. No uso da palavra,[a diretora técnica da FPE], citando o ECA, disse que o Programa surgiu em 1972, mas que a abrigagem está a caminho da municipalização, através da Assistência Social, e que cada caso será discutido no seu município. (Idem)

A mudança do partido no governo do Estado destacou-se então como plano de fundo para se converter no eixo da discussão. Esta situação se acentuou quando entrou na sala Raul Pont, ex-prefeito e importante figura do PT em Porto Alegre. Apoiando a proposta de incluir os Lares Substitutos no Programa Família Cidadã, chamou a atenção sobre a disponibilidade de recursos que o governo ainda teria disponíveis para utilizar, contrapondo a situação à gestão anterior, a cargo do PT¹⁴.

Ao finalizar a audiência, ninguém por parte da FPE ou da STCAS aproximou-se das mães substitutas, nem tentou algum tipo de diálogo, mas retiraram-se logo. Alguns deputados que se acercaram a conversar com as mães substitutas presentes, prometeram acompanhar de perto o processo, apresentando projetos de lei que permitam regularizar o Programa, ou pesquisar as possibilidades de serem incluídas no Programa Família Cidadã. Nada concreto se obteve da audiência, mas uma sensação de que, apesar do tantas vezes mencionado interesse prioritário da criança e o adolescente, nenhum dos presentes estava verdadeiramente preocupado pela situação dos usuários do Programa.

3.4 AS REIVINDICAÇÕES E A PESQUISA

Referimos a duas estratégias diferentes utilizadas durante o processo de reclamações. As diferenças entre as estratégias propostas pelo grupo de mães substitutas organizado e as que nós, enquanto equipe de pesquisa, imaginamos correspondem a

¹⁴ Programa do governo do Estado, destinado a famílias com crianças e adolescentes até 16 anos e/ou idosos em situação de "vulnerabilidade social", que inclui famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo. Este programa foi iniciado durante o período do governo do PT, e foi utilizado como exemplo do tipo de governo "voltado ao social" que o Partido dos Trabalhadores estaria realizando. A ênfase realizada tanto por Roberto como por Raul Pont na disponibilidade de recursos desse programa e a possibilidade de inscrever

diferentes visões dos poderes públicos. Essas diferenças podem ser contextualizadas e compreendidas através das diferentes trajetórias e origens sociais de cada uma das pessoas envolvidas. Pelos relatos das mães substitutas podemos entender que a forma de obter recursos e solucionar problemas baseava-se bastante em contatos pessoais com assistentes sociais e outras pessoas inseridas na administração. Maria Rosa explica que, *"na época de Brizola foi quando o Programa funcionou melhor. A mulher dele vinha-nos visitar, cumprimentava a todos, olhava dentro das panelas..."*. Também as equipes técnicas trabalhando diretamente com as famílias são utilizadas para diferenciar as formas em que o Programa funcionou. As referências se fazem diretamente com os nomes destas pessoas. Teresinha explica que gostava muito da assistente social Carmen, *"a gente brigava um monte, mas sempre acabava se entendendo. Com ela podia dizer o que eu pensava. Sempre que a gente precisou dela, esteve aí"*¹⁵. Com a suspensão dos pagamentos, o grupo de mães substitutas valeu-se dos meios de comunicação para pressionar aos responsáveis do Programa a que procurassem uma solução para sua situação. Se a matéria no jornal do meio dia não deu resultados, os próximos passos seriam recorrer ao Ratinho ou ao programa da Márcia: *"Eu vou até São Paulo se for preciso!"* explicava veementemente Valquíria.

Em nosso descrédito por formas menos "cidadãs" e mais "populares" de protesto¹⁶, ao participar de atividades como a redação de uma carta para o Ratinho, entendíamos esses encontros mais como oportunidades para melhorar nossa inserção em campo do que efetivamente como ações dirigidas à solução do problema. Nós, pesquisadoras de classe média, acostumadas a entender os poderes públicos e seus mecanismos de justiça como sistemas coerentes e seguros, ao contrário da estratégia desenhada pelas mães, pensamos em apelar a instâncias oficiais. Ao participar do longo processo realizado pelas mães substitutas, dentro do qual se encontra audiência pública descrita, tivemos oportunidade de ver como estes mecanismos oficiais e as formas de ação utilizadas para pô-los em prática não são tão eficazes como imaginávamos. Eles também funcionaram mediante vontade política e contatos pessoais tanto quanto aqueles utilizados primeiramente pelas mães. Além do encaminhamento de reclamações jurídicas,

estas famílias nele, não é uma mera alternativa a situação, mas uma alternativa de determinadas conotações políticas.

¹⁵ As formas de administração dos serviços de atendimento a infância e suas mudanças a partir da aprovação do ECA serão trabalhados no capítulo cinco, ao analisar as avaliações do Programa.

¹⁶ Sobre formas "cidadãs" e "populares", de participação e como estas duas categorias referem a distinções realizadas por camadas médias envolvidas no ideário humanista, dentro das quais também as integrantes da equipe de pesquisa se enquadram enquanto antropólogas "engajadas", ver Dias Duarte et al., "Vicissitudes e limites da conversão à cidadania nas classe populares brasileiras", RBCS no. 22, ano 8, junho de 1993, 5-18.

a maioria das ações não esteve orientada a fazer valer as leis, mas a dar visibilidade à situação, em instâncias oficiais e não oficiais. Uma ligação telefônica acabou resolvendo a presença das autoridades do governo do Estado na audiência pública. Varias ligações a RBS foram as que conseguiram a matéria no jornal do meio dia e outras tantas foram desperdiçadas tentando achar alguém na FPE, que se responsabilizasse pelas declarações do secretário de trabalho. Depois de inúmeros telefonemas realizados pelas mães substitutas tentando achar uma resposta, bastou só uma ligação pessoal do presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos ao secretário do trabalho, para comprometer a presença de alguém que respondesse pelo governo na audiência pública. Da mesma forma bastaram poucos contatos para que a coordenadora da equipe, professora universitária, colocasse em contato com as mães substitutas um advogado para o qual a situação representara não um caso a mais, mas um ponto importante de uma agenda política, e que portanto estaria disposto a continuar um processo legal longo, complexo e com poucas possibilidades de obter algum lucro razoável.

A partir da análise do processo de reclamações conduzido por este grupo de mães substitutas, tentei apresentar e discutir alguns aspectos metodológicos em relação ao tipo de trabalho de campo em que se baseia esta pesquisa. Problemas metodológicos, conseqüências éticas e conhecimento não são questões dissociadas nem nas ciências em geral nem nas ciências sociais; muito menos na antropologia, disciplina particularmente sensível a estes assuntos já que a base de sua prática são contatos pessoais pesquisador-informante. Vimos como o ingresso ao campo e todo o desenrolar da pesquisa esteve marcado pela ambigüidade nos papéis, tanto de pesquisadores como de pesquisados. Essas ambigüidades foram apresentadas não como obstáculos a serem superados, mas como elementos intrínsecos da situação de pesquisa a serem problematizados (GEERTZ, 1996). Não só as proposições do trabalho, mas a forma em que se enfoca e o método a partir do qual se realiza tem implicações nos resultados da pesquisa. Também em nosso trabalho a forma de abordar o campo não só apresentou questionamentos éticos mas implicações como no resultado final da pesquisa e suas conclusões.

O conhecimento do Programa Lares Substitutos se realizou diretamente através das famílias participantes. As primeiras informações que tivemos dele foram as das mães substitutas inconformadas com a situação. Ao analisar o que elas tinham a nos dizer insistimos no reconhecimento como uma das principais reivindicações. É provável que esta ênfase seja o reflexo da nossa perplexidade frente a situação e da nossa fortuna ao achar o Programa. Mesmo assim, acredito e tentei mostrar que na revolta destas famílias

a existência dessa demanda de visibilidade e reconhecimento é muito mais forte do que qualquer tentativa de reduzi-la a continuidade dos *per capita*.

As mobilizações realizadas contribuíram em certa medida para dar relevo a situação, que foi incluída no Relatório Azul¹⁷ da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. A apresentação e elaboração de textos acadêmicos sobre o tema, contribuíram para situar a experiência dentro da recente discussão que a partir de 2003 coloca a possibilidade do sistema de acolhimento como uma “nova” alternativa a institucionalização da infância no Brasil. Porém, mesmo em conhecimento do Programa Lares Substitutos, os novos projetos de acolhimento familiar não visam a envolver nem o tipo de família com a qual trabalhamos, apontando a famílias de melhor condição econômica.

Apesar da maioria dos objetivos concretos –continuidade dos recursos, regularização da situação jurídica dos usuários, entre outros- não terem sido logrados, não é possível dizer que nada se obteve ao longo dessa luta pelas mães substitutas. Os processos judiciais continuam em andamento. A realização desta pesquisa significou uma mudança de perspectiva em relação as formas em que os próprios participantes do Programa enxergavam essa experiência. Em alguns casos essa mudança implicou até uma espécie de “restituição de memória” dessa experiência, como tentei mostrar no caso de Sandra. Enquanto registro etnográfico, este trabalho se soma aos esforços por dar visibilidade a experiência dessas pessoas, não desde o âmbito político, mas através da construção de um problema antropológico, e de um objeto de pesquisa válido.

¹⁷ Informe anual sobre a situação dos direitos de adolescentes e crianças no RS.

CAPÍTULO 4

OS LARES SUBSTITUTOS: FORMAS DIFERENTES DE CONSTRUIR A FAMÍLIA

4.1 FAMÍLIAS, LARES SUBSTITUTOS E SUAS DEFINIÇÕES

Neste capítulo pretendo discutir as formas de integração familiar e a construção de laços de parentesco entre famílias acolhedoras e jovens colocados nos Lares Substitutos. Até agora utilizei de forma pouco precisa as expressões *lares substitutos* e *famílias acolhedoras*. Essa indefinição corresponde ao tipo específico de orientação teórica que guia meu trabalho e que entende a análise de parentesco como uma construção local com significados próprios. Esses significados não podem ser estudados à luz de concepções globais e instituídas, mas devem ser analisados no contexto particular onde são construídos, negociados e explicitados.

Antes de tomar o conteúdo do "parentesco" por dado, (este deve-se construir), desde o princípio, a partir das implicações e da experiência viva do parentesco em contextos locais. (CARSTEN, 2000; 1) [tradução minha].

Nas sociedades ocidentais, a família é entendida como o grupo constituído através de laços de parentesco. De forma ampla, esse construto social é concebido como todas aquelas pessoas unidas por laços consangüíneos e de casamento compreendendo avós, tios e primos e suas fronteiras são estabelecidas arbitrariamente em função do convívio social. Num sentido mais restrito, família também significaria o núcleo mais próximo e residente num mesmo lar, estrutura habitualmente associada ao grupo constituído pelo casal e os filhos. Essa última acepção refere a *unidade* ou *grupo doméstico*, uma das formas em que as sociedades organizam as atividades domésticas e as relações de produção, reprodução e consumo (RAPP, 1992). Os Lares Substitutos poderiam ser caracterizados como unidades domésticas onde são socializadas crianças que não possuem vínculos biológicos com o resto dos integrantes do núcleo e que são integradas a ele mediante a ação do Estado.

Ao analisar as formas de colocação oficial de crianças vimos que a proposta dos diferentes políticas públicas foi sempre a de dar às crianças afastadas de suas famílias biológicas, "uma nova família" definida por contraposição à institucionalização. O modelo de acolhimento representa então uma forma de integrar essas crianças num tipo particular de grupo doméstico, que se contrapõe ao estabelecido em abrigos e instituições de grande escala. Depreende-se disso que o que é procurado pelo Programa Lares

Substitutos não é simplesmente um lugar onde essas crianças sejam cuidadas, mas uma forma específica de socializar essas crianças, que envolve elementos afetivos e morais.

Ao olhar a participação das famílias no Programa vemos que caracterizar os Lares Substitutos enquanto *grupo doméstico* não é suficiente para abordar a riqueza de significados outorgada aos termos *família* e *Lar Substituto*. Ao utilizar essas expressões, mães substitutas e jovens acolhidos não referem necessariamente as concepções dos agentes oficiais (que planejam e implementam o Programa), mas a concepções próprias em diálogo com as concepções oficiais. Eles são pessoas que, através de ações, escolhas e decisões, dão significado às diversas situações de acolhimento vividas e à participação num programa oficial que viabiliza esse acolhimento.

Meu objetivo neste capítulo é abordar esses significados diversos a partir da observação da forma em que essas pessoas se vinculam ao Programa e comunicam sua experiência. Esses vínculos são muito diversos e cada caso poderia ser analisado em particular. Frente a impossibilidade de trazer todos eles, utilizo o exemplo de três Lares Substitutos que refletem a diversidade de situações e expectativas conforme situação econômica, cor da pele, idade e momento do ciclo de vida entre outros. Antes de chegar propriamente nas diferentes formas de integração familiar dentro dos lares substitutos, detenho-me nas formas em que a participação no Programa é significada por parte das mães substitutas. Para compreender como a idéia de família se constrói nos Lares Substitutos, é fundamental entender as expectativas em relação ao acolhimento familiar e ao Programa, assim como às diferentes formas de apropriação dos recursos por ele providos.

4.2 INTENÇÕES E SIGNIFICADOS: OPERANDO COM O PARENTESCO

Através do caso de Nilda e Olga, vemos que não somente as formas de participação e apropriação do Programa são diferentes, mas que estas têm direta relação com a integração das crianças do Programa ao Lar. Meu objetivo não é o de identificar quais as formas de participação que levariam a uma “verdadeira” integração familiar e quais não. Pelo contrário, tomo essa integração como axiomática (tal como se manifesta na fala das minhas informantes) e procuro entender quais os elementos a partir dos quais é construída e explicada essa integração. É preciso levar em conta que, em todos os casos, a colocação de crianças através do Programa se deu dentro do que já é entendido como uma família constituída por laços biológicos –o “Lar Substituto”.

Analisar as formas de integração familiar nos Lares Substitutos exige a consideração simultânea de dois referenciais da teoria antropológica. Por um lado, impõe a consideração das pessoas participantes no Programa como sujeitos portadores de vontade e possibilidades de ação. Trata-se de *agentes sociais* que dentro dos limites da sua posição constroem, através de ações cotidianas, a realidade e a história da participação no Programa. O acolhimento familiar, seja ou não nos marcos do Programa, requer a participação e o envolvimento várias dimensões da pessoa. Envolve elementos afetivos, racionais, econômicos, entre outros sem que nenhum deles seja determinante de qualquer situação, mas todos valorados e postos em jogo nas situações concretas.

o agente social é, antes de mais nada, um ser de carne, de nervos e de sentidos (no duplo sentido de sensual e de significante), um "ser que sofre" (...) e que participa do universo que o faz e que, em contrapartida, ele contribui para fazer, com todas as fibras de seu corpo e de seu coração (WACQUANT, 2002; 11)

A participação no Programa Lares Substitutos por parte de seus usuários, seja do lugar de acolhedores ou de acolhidos, responde a dinâmicas criativas e flexíveis que em muitas ocasiões utilizam o parentesco como uma linguagem para canalizar essas emoções. Ao trabalhar com as noções de família construídas e acionadas pelos participantes do Programa, devemos levar em conta que elas refletem o processo de constituição de vínculos afetivos construídos durante anos de convívio. Os elementos que representam o parentesco não são estabelecidos isoladamente, são construídos, negociados e impostos num contexto social em que os sujeitos têm diferentes possibilidades de ação (SALAZAR, 1999).

No dia a dia e nas suas ações cotidianas, se concebem as diferentes formas de integração familiar dos integrantes dos Lares Substitutos. Para entender as ações dos participantes do Programa enquanto formas de operar no mundo, é necessário recorrer às teorias simbólicas que possibilitam entender os laços de parentesco como construções locais. Tal como propõe Salazar, o parentesco não representa somente categorias socialmente construídas para ordenar o mundo, mas também linguagens e formas de operar na realidade social.

(o) parentesco é visto como um recurso a ser usado em variados e diferentes contextos sociais. (...) Em todos esses universos sociais, podemos identificar as operações do que habitualmente entendemos como linhas de parentesco, em muitos desses universos essas linhas permanecem implícitas, invisíveis e algumas vezes abrogadas ou dissolvidas em competição com outros idiomas sociais. (SALAZAR, 1999; 155/6) [tradução minha].

4.2.1 Olga e Nilda: vizinhas, amigas e colegas

O Campo da Tuca é uma vila de Porto Alegre situada perto das avenidas Bento Gonçalves e Salvador França. É uma zona baixa, de ruas sem asfalto, sem placas de identificação ou números. É considerada uma zona perigosa da cidade, tanto por quem vive fora da vila quanto por seus próprios moradores. Ali encontramos os Lares Substitutos de Olga e Nilda. As duas morando a menos de uma quadra de distância uma da outra. As primeiras vezes que fomos visitá-las, o Campo da Tuca pareceu-nos longe de um lugar perigoso, bastante seguro. Na porta das casas, algumas de tijolos e outras de madeira e lata, sempre encontramos com pessoas dispostas a dar uma indicação sobre as ruas, crianças brincando com água ou jovens escutando música, jogando cartas e cuidando de crianças pequenas. Nossa impressão gerada no horário da manhã ou cedo na tarde, modificou-se ao ouvir a preocupação das mães substitutas pelos membros da família que chegam tarde a casa. Explicam que os tiroteios começam logo na tardinha. Nilda nos conta como um senhor teve que invadir a casa de sua vizinha para se proteger das balas quando voltava do serviço. Olga fala preocupada de um de seus filhos que começou a sair a noite. No seu comentário acredito entender uma dupla preocupação, pela possibilidade de ele sofrer alguma agressão e de se envolver em problemas.

A primeira destas mães substitutas que conhecemos foi Olga, que faz parte do grupo que ainda participava no Programa no momento da suspensão dos pagamentos. Ela participou de toda a etapa de reclamações com as outras mães substitutas. Entramos em contato com Olga através do telefone que Célia nos proporcionou. Foi ela quem nos apresentou Nilda, sua vizinha, colega de atividade e quem lhe fez entrar em contato com o Programa Lares Substitutos. Antes de participar do Programa, Olga tinha uma creche comunitária. A creche recebia crianças durante o dia, enquanto suas mães estavam trabalhando. A FEBEM transferia um montante de dinheiro por criança e as mães aportavam alimentos e artigos de higiene. Olga explica que a creche lhe dava muito trabalho. As mães não cumpriam com o aporte e muitas vezes não traziam *“nem fraldas para trocar as crianças”*. Assim quando seu único filho casou decidiu fechar e dividir a casa em dois para ele morar. Ingressou então ao Programa Lares Comunitários que conhecia através de sua vizinha e que achava seria menos complexo. *“Ai a Nilda me disse para eu pegar alguns [crianças] para ficar em casa, que dava menos trabalho, porque não era necessário lidar com as mães [biológicas]”*.

No total passaram por seu lar substituto oito crianças. Uma delas foi em adoção internacional para Itália. Olga conserva uma foto dela enviada pelos pais adotivos ao

juizado e que provavelmente chegou a ela através de algum assistente social. Na foto podemos ver uma menina de uns cinco anos, negra, pousando de pijamas vermelho estampado ao lado de uma planta. Outras duas crianças, dois irmãos que hoje têm 15 e 18 anos e moram com a mãe biológica, ficaram durante cinco anos no lar. Olga ainda mantém contato com eles. Numa das visitas, nos contou que tinha recebido uma ligação da menina, convidando-a para ir a sua casa no dia de seu aniversário de quinze anos. Explicou-lhe que não faria festa, porque a mãe não tem condições, mas que gostaria que fosse visitá-la. Olga supõe que eles devem estar passando por necessidades e que não deve ter sido muito fácil sua adaptação, já que no lar substituto "*nunca lhes faltou nada*", mas reconhece o forte vínculo que eles criaram com a mãe biológica. Atualmente moram com ela quatro jovens. Mariana de 15, que não mantém nenhum tipo de contato com a família de origem, e um grupo de três irmãos: Cristian de 15, Guilherme de 17 e Neusa de 19 anos. A mãe biológica, que tem outra filha de cinco anos morando com ela vem às vezes visitá-los e passa o final de semana ali.

Passando na manhã na casa de Olga, é muito provável encontrar a Mariana fazendo a faxina da casa, Neusa sentada, com o gato no colo, ao sol ou na frente do televisor dependendo do clima, e os meninos se arrumando para almoçar e ir ao colégio. Todos eles estudam em diferentes colégios e horários. Guilherme, além de estudar no "*Julhinho*"¹⁸ trabalha na reciclagem de lixo seco. Neusa, *portadora de deficiências*, frequenta uma escola especializada. Mesmo estando ocupada na preparação do almoço ou com alguma outra atividade, Olga sempre está disposta a bater um papo, é uma pessoa expansiva e muito sorridente. Apesar de ter alguns problemas de saúde como pressão alta e glaucoma (os quais adora contar com detalhes) e de não ser muito ágil, se encontra envolvida em variadas atividades vicinais. Sem importar o horário ou as intenções com que passáramos na sua casa sempre nos recebeu, mesmo gripada. No começo, nos recebia na sala e ficava sempre preocupada pela possibilidade de que estivéssemos gravando a conversa. Com o transcorrer do tempo, a formalidade de nossos encontros diminuiu até nos receber no seu dormitório, um dia de muito calor, em que tinha problemas de pressão.

Nilda explica que começou com o Lar Substituto *há uns vinte cinco anos*, provavelmente na data de início do Programa. Nesse momento não conhecia nenhuma outra pessoa que trabalhasse nele. A abertura do seu lar substituto foi uma saída que os profissionais do posto de saúde acharam para dar uma continuidade e um marco

¹⁸ Colégio público muito conceituado, localizado no centro da cidade.

institucional ao cuidado que Nilda vinha dando a quatro filhos de uma vizinha. Explica que a mãe biológica tinha "*problemas mentais*" e "*o pai alcoólatra não ligava muito neles*"; assim, as crianças ficavam o dia inteiro com ela, voltando às vezes para dormir na casa da mãe. Nilda entrou em contato com o Programa através da Dra. Fátima, que trabalhava no posto de saúde e atendia as crianças. Estas, que praticamente moravam com ela, foram oficialmente colocadas na sua casa. Depois dessas quatro crianças, nasceram outros dois irmãos que também passaram a integrar o Lar Substituto de Nilda. "*Ela tinha um parceiro e como tinha problemas mentais ficava grávida. Eu ia pegar os nenens direto no hospital Assim, ela ia fazendo e eu criando*". A mãe biológica, que morava do lado visitava as crianças e ia amamentar os recém nascidos.

Ninguém mais na família de Nilda trabalhou como mãe substituta. Nilda explica que sua mãe tinha muita idade e a irmã muitos filhos, "*só deixavam ter dois filhos para ter um lar, ela tem quatro.*" Ela teve só dois, depois da segunda filha ligou as trompas. "*A doutora Fátima aceitou, porque eu tinha o lar e estava cuidando dos filhos de outra.*" explica Nilda enquanto mostra fotos da família de férias na praia. Assinala adultos e crianças dizendo quem é cada um: a vizinha que às vezes ia de férias junto, quatro de seus filhos biológicos colocados no Lar de Nilda, Daniel e Paulo, também usuários do Programa, a própria Nilda e seus dois filhos biológicos.

Quando Paulo chegou no Lar Substituto, tinha alguns problemas para se comunicar. Provavelmente portador de alguma deficiência leve, teve que fazer um longo tratamento, que Nilda acompanhou. Em alguns momentos, o tratamento exigia ir todos os dias ao hospital, explica a mãe substituta, orgulhando-se das melhoras que ele conseguiu. Paulo foi acolhido sendo muito pequeno e permaneceu vários anos no Lar sem ter contato com sua família de origem. Um dia ele decidiu procurar sua mãe biológica e pediu ajuda a Nilda e seu marido. Consultadas as assistentes sociais, descobriram que a mãe morava em Pelotas e foram até lá, de carro, Paulo e os pais substitutos. Acharam-na e duas irmãs de Paulo. Nilda nos conta que a situação de pobreza da família era bastante extrema. A mãe tinha sido alcoólatra, razão pela que agora devia andar em cadeira de rodas, estava muito doente e as filhas não conseguiam dar conta dela e de seus filhos ao mesmo tempo. Paulo encontrou também vários irmãos, morando em outros lugares, com os quais ainda mantém contato. Entre eles, conseguiram dar uma ajuda para a mãe, que um tempo depois faleceu. Nilda diz que foi um momento bastante difícil para Paulo, principalmente pelas condições em que encontrou a mãe, mas que depois ele superou tudo. Hoje está casado e tem emprego como segurança num prédio em construção onde

mora, também no campo da Tuca, e mantém contatos cotidianos com a família substituta.

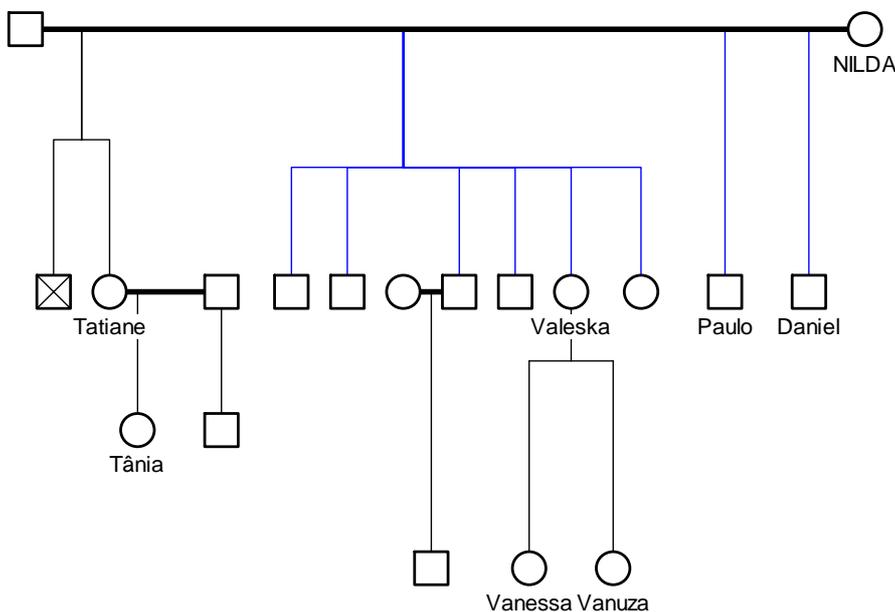
Os seis irmãos, os primeiros a entrar, assim como Paulo e Daniel, com os que mantém contato cotidiano, são chamados por ela de “filhos emprestados”. Eles não são as únicas crianças do Programa que passaram pelo lar, mas sim os que permaneceram por mais tempo. Muitas outras crianças também foram colocadas no lar transitoriamente, algumas retornaram com as famílias de origem, outras foram adotadas. A mãe substituta diz não lembrar mais do número de crianças que cuidou. Às colocadas pela FEBEM se somam as “particulares”, forma em que ela chama as crianças que colocadas no seu lar diretamente pela família de origem. Desde o tempo em que participava do Programa até hoje, ela cuida de crianças como uma atividade de ingresso de recursos.

Atualmente Nilda mora em casa com seu marido, confeitoiro aposentado, com quem casou há mais de trinta anos, sua filha Tatiana, o marido desta e sua neta Tânia, de quem cuida enquanto sua filha trabalha. Tatiana mora com ela há pouco tempo, antes morava em outra casa, “*um pouco mais encima na vila*”. Sua jornada de serviço como manipuladora numa farmácia é extensa. Tatiana chega tarde em casa e Tânia muitas vezes ficava a dormir na casa da avó. Assim, a filha decidiu se mudar para a casa dela, já que Tânia passava a maioria do tempo lá. Marcos, filho de uma vizinha, também fica a cargo de Nilda durante o dia, e a mãe o pega à noite. Algumas noites, Nilda cuida de outros netos, como no sábado anterior a uma visita que lhe realizáramos, quando tinha ficado com um “neto emprestado”, já que seus pais tinham ido ao baile. Eles queriam pagá-la, mas ela não aceitou. No outro dia, quando vieram pegar seu filho “*me deixaram um dinheiro, disseram: isso aí é para a senhora comprar um refri ou um chocolate*”. Até pouco tempo atrás cuidava de um outro *neto emprestado*, um bebê, mas como a mulher do seu filho (também “emprestado”) perdeu o emprego, “*levou ele para casa*”. Ela não parece muito convencida com a solução, mas reconhece a vontade da mãe, sua nora, de passar tempo com seu filho.

Nilda fica particularmente triste quando fala das outras duas netas emprestadas, Vanuza e Vanessa, de 10 e 11 anos, filhas da Valeska, a mais velha das “filhas emprestadas”. Há alguns meses as meninas foram morar com a mãe, que conseguiu se estabelecer em uma casinha. Antes trabalhava no serviço doméstico e não tinha um lugar fixo onde morar. Vanuza e Vanessa ficavam com Nilda, mas agora já estão grandes e podem ajudar a cuidar do seu irmão mais novo, enquanto sua mãe trabalha. “*Elas estão felizes de ir para lá*”, mas a casa é longe e não podem voltar de visita muito

freqüentemente. Rosa, uma outra menina que morava com ela, também foi embora há um ano, mas Nilda diz ainda sentir sua falta na casa.

Diagrama genealógico da família de Nilda



NOTA: as linhas azuis indicam as crianças colocadas pelo Programa

4.2.2 Um Programa, duas experiências

A história destas duas vizinhas mostra duas formas diferentes de se apropriar dos recursos veiculados pelo Estado, no caso, através do Programa Lares Substitutos. Elas são ilustrativas de toda uma gama de situações em que as famílias participantes do Programa se situam. Durante vários anos as vizinhas participaram do Programa. Em 1996, com o desligamento do último usuário, o lar de dona Nilda foi fechado. Podemos dizer que não foram diferenças significativas as que levaram a que um dos lares continuasse aberto e o outro fosse fechado. Esse fato deveu-se ao momento de ingresso de cada mãe substituta ao Programa e às idades das crianças colocadas em cada lar. O lar de Olga continuou até 2004, já que as crianças acolhidas eram mais novas, e portanto o desligamento estava previsto mais futuramente. Em 2003, se encontravam com ela quatro jovens ainda ligados ao Programa.

Mesmo assim, podemos estabelecer algumas diferenças na forma em que se produzem e são entendidos o acolhimento das crianças e o envolvimento com instâncias oficiais nos dois Lares Substitutos. Olhando a história de Nilda pareceria que a

participação no Programa Lares Substitutos não é nem o começo nem o final de uma extensa trajetória no cuidado de crianças, mas foi uma etapa importante. Isso fica claro quando vemos que todas as pessoas atualmente integradas na rotina familiar, e que não possuem laços biológicos com ela, foram colocadas Programa, o que faz pensar que de alguma forma, o Programa incidu na integração familiar. Ao falar do Programa, Nilda o avalia como uma boa experiência. Porém realiza críticas sérias às formas de funcionamento e a alguns dos técnicos que nele trabalharam. Diz que teria gostado de continuar, mesmo quando considera que nos últimos tempos o dinheiro do *per capita* era muito pouco.

No caso de Olga, encontramos uma situação que poderia se considerar o espelho. Antes e depois da sua participação no Programa Lares Substitutos esteve envolvida em diferentes programas e serviços públicos. Começou no cuidado de crianças de forma remunerada através de uma creche comunitária, mas decidiu fechá-la porque "*era trabalho demais*". Assim, procurou uma outra instância de vinculação com o Estado, que foi o Lar Substituto. Nas últimas visitas que realizamos, Olga nos contou muito entusiasmada suas atividades. Estava envolvida na campanha de vacinação contra a gripe, que iria se realizar na creche do bairro, onde ela colabora. Além disso, estava participando da primeira rodada do orçamento participativo¹⁹ e fazendo campanha em favor de um conselheiro tutelar da oposição, já que se encontrava muito descontente com o conselho atual que não soube informá-la sobre os procedimentos apropriados para realizar seus reclamos frente à suspensão de pagamentos da FPE.

As formas em que Nilda e Olga se relacionam com as instâncias oficiais são diferentes. Enquanto Olga faz reclamações judiciais e continua se envolvendo com programas estatais, Nilda ao perder o apoio do Estado com que antes contava para realizar sua atividade continua no âmbito privado. A participação de Olga no Programa Lares Substitutos poderia ser entendida como uma atividade a mais dentro de variadas formas de participação em programas estatais.

¹⁹ O Orçamento Participativo consiste em um processo de decisão pela população sobre as prioridades de obras da prefeitura do município. Envolve duas rodadas de assembleias regionais intercaladas por uma rodada de assembleias em âmbito local. O critério de participação é o da moradia, e o de decisão é o da maioria. As assembleias são realizadas em cinco áreas – saúde e assistência social, transporte e circulação, organização e desenvolvimento da cidade, cultura e lazer e desenvolvimento econômico. (http://www.democraciaparticipativa.org/Arquivos/op_poa.htm)

4.3 CONSTRUINDO FAMÍLIAS

4.3.1 A permanência no lar como forma de integração

Na maioria dos Lares Substitutos aos quais tivemos acesso às crianças colocadas pelo do Programa estas foram bem integradas na família de acolhida. Porém, é necessário levar em consideração que estes lares não representam nem o total das famílias que participaram do Programa, nem uma amostra estatisticamente representativa²⁰. Esses casos correspondem aos Lares que até dezembro de 2002 continuavam em funcionamento. As crianças e jovens colocados neles têm no mínimo nove anos de permanência no lar, desde 1994, ano em que finalizou a colocação de crianças nos lares até 2003 quando cessaram os pagamentos. O tempo de permanência no Lar Substituto não pode ser associado diretamente a integração familiar, como se o tempo de convívio levasse necessariamente à integração. No entanto, é necessário situar as famílias com as quais trabalhamos como as que, em certa medida, “deram certo”. O próprio fato das mães substitutas terem empreendido um processo de reclames pela continuidade do Programa, mesmo quando pode ser lido como uma forma de manter disponíveis os recursos que proporcionava, certamente deve ser entendido também como uma forma de envolvimento com os jovens colocados nos lares.

NÚMERO DE USUÁRIOS DO PROGRAMA POR LAR SUBSTITUTO E POR FAIXA ETÁRIA EM DEZEMBRO DE 2002 ²¹

	Crianças (0-12 anos)	Jovens (12-18 anos)	Adultos (acima de 18 anos)	Total
Rosângela			5	5
Juracema	1			1
Maria Valquíria		3		
Célia	1	2		3
Olga		3	1	4
Marli		1		1
Fátima			1	1
Zulmira **			4	4
Beatriz **			6	5
Total	2	9	17	28

** mães substitutas não contatados

Como frisado na introdução, em dezembro de 2002, existiam nove Lares Substitutos inscritos no Programa, deles contatamos sete. Nessas sete famílias

²⁰ No capítulo dois foi problematizada de forma mais extensa a forma de recorte do universo e a metodologia da pesquisa.

²¹ Dados de arquivo, FPE.

concentravam-se 18 dos 28 jovens do Programa. Dos outros dez, seis estavam no Lar Substituto de Lajeado e outros quatro encontravam-se no lar de Zulmira, quem não foi entrevistada por causa de problemas de saúde, e que foram os únicos quatro usuários que após o fechamento do lar foram inseridos num abrigo. Em dezembro de 2003, um ano após a suspensão do Programa, todas as crianças e jovens colocados nos sete lares contactados encontravam-se em contato cotidiano com as famílias de acolhidas. Com exceção de Fernando, que foi morar na casa da frente do lar de Valquíria, onde trabalha fazendo tarefas de manutenção, os outros 16 continuavam morando com as famílias de acolhida. Em muitos casos, não só esses jovens que ainda participaram do Programa, mas também alguns dos irmãos mais velhos que já tinham sido desligados, continuam morando com suas famílias de acolhida. Tal como vimos para o caso de Nilda, e também no de Maria Rosa e no de Valquíria, com o passar do tempo, as novas gerações, tanto jovens colocados pelo Programa como filhos biológicos, estabelecem suas próprias famílias na mesma vizinhança permanecendo em contato.

NÚMERO DE USUÁRIOS DO PROGRAMA INTEGRADOS NOS LARES SUBSTITUTOS EM DEZEMBRO DE 2003²²

	menores de 18 anos e adultos <i>portadores de deficiências</i>	jovens que fizeram 18 anos após 12/02 e continuam integrados nos lares	usuários do Programa desvinculados dos lares
Rosângela	4		1 (jovem falecida em 5/2003)
Juracema	1		
Valquíria	2*	1	
Célia	3		
Olga	4		
Marli	1		
Fátima	1		
Zulmira **			4 (abrigados pela FPE em 3/2003)
Beatriz **	?	?	

* um deles mora na frente do lar, mas continua fortemente vinculado à família de acolhida

** mães substitutas não contactadas

A presença cotidiana e participação ativa nas redes de solidariedade, e acima de tudo, o convívio na mesma casa são apresentados como uma prova do envolvimento familiar entre jovens colocados através do Programa e famílias de acolhida. A permanência de laços intergeracionais é também utilizada pelas mães substitutas para diferenciar a experiência nos Lares Substitutos e a dos abrigos²³. O fato das famílias de

²² Dados de campo.

²³ A idéia de que nos abrigos não são gerados vínculos pessoais e afetivos, demonstrada na suposta "expulsão" institucional dos jovens os após a maioridade e rebatida por ALLEBRANDT e AHLERT (2004), no seu trabalho *É chegada a hora de ir embora: um estudo antropológico sobre as políticas para a saída de adolescentes do sistema de abrigamento de Porto Alegre/RS*. As autoras mostram a importância dos laços

acolhida não ter “mandado embora” esses jovens é mencionado no sentido de reforçar a pertença familiar não só pelas mães substitutas, mas por técnicos do Programa, o que mostra sua importância na construção do Lar Substituto enquanto uma família. Isto é colocado tanto na situação da suspensão dos recursos quanto para o desligamento de jovens que após completar a maioridade continuaram morando com a família onde foram colocados. “*As meninas saíram daqui todas casadas, todas as que saíram por essa porta foi para fazer sua própria família*”, explica Maria Rosa, enquanto ela e seu marido me falam sobre a forma em que funcionava seu lar, que acolheu crianças durante quarenta e cinco anos.

Por sua vez, Carmen, assistente social do Programa, também refere a esse tipo de permanência como um diferencial entre o sistema de abrigos, “*que são instituições*” e portanto contrariam o proposto no ECA e os Lares Substitutos que representam “*uma alternativa de família*”. De uma posição diferente, a assistente social aporta mais um elemento para salientar a importância dessa permanência dentro do lar: o caso dos jovens “problemáticos”. Traz o caso de Matheus a partir de uma conversa sobre Fernando. Os dois moram no lar de Valquíria e cada um pertence a um dos dois grupos de irmãos colocados nessa família através do Programa. Carmen conta a história de Fernando, que decidiu procurar sua mãe ao dezenove anos, e nos explica que é uma das pessoas com “*maior inteligência emocional*” que já conheceu. Em dezembro de 2003, quando foi visitar o lar de Valquíria por ocasião de um informe para a FPE, o encontrou morando com os vizinhos da frente. Ele explicou que tinha saído de casa porque “*não suportava o convívio com Matheus e Davide*”.

A partir disso, Carmen começa a nos explicar a situação de Matheus no lar de Valquíria. Ele é “*um dos tantos adolescentes que se envolveu com drogas*”, assim como seus irmãos o fizeram, mas ele “*não conseguiu largar*”. Carmen diz não saber explicar os motivos pelos quais algumas pessoas têm problemas com drogas e outras não. Porém não culpa a mãe substituta nem o menino, entendendo que ele tem “*uma doença*”. A assistente social lembra todas as coisas que ela e Valquíria fizeram para “*tirá-lo das drogas*”, consulta com psicólogos e psiquiatras, tratamentos, etc. Porém, nada disso deu resultado. Explica como a mãe substituta apoiou todo esse processo e conclui que “*se não fosse por Valquíria agora ele estaria preso*”. Hoje Matheus tem 22 anos, foi desligado do Programa, continua morando no Lar Substituto. Valquíria nunca refere explicitamente a

intergeracionais gerados nos abrigos como estratégia de inserção na comunidade após o egresso. Ao opor duas situações após a maioridade, refiro às percepções que as pessoas envolvidas na experiência, principalmente as mães substitutas, do Programa têm sobre os dois sistemas, abrigos e lares substitutos.

problemas de convívio dentro do lar, nem ao envolvimento com drogas de alguns de seus integrantes. Fala sim das dificuldades que todos tem em casa para conseguir emprego e de como hoje em dia é difícil para os jovens fazerem sua própria vida. Resultado disso é que quase todos os jovens da sua família, pertencentes ou não ao Programa, ainda moram com ela:

Você não manda embora seus filhos quando eles fazem 18 anos. Chega um dia e diz: tu já fez dezoito anos, agora pega tuas coisas e vai fazer tua vida. Então, eu não poderia fazer isso também ... Isso é porque não corre aqui (mostra as veias no braço). Tu não bota os filhos teus para rua. Eu acho um absurdo, só porque não tem emprego.

4.3.2 Formas de nomeação

A análise de terminologia e formas de nomeação têm uma importância fundamental na teoria de parentesco. Os primeiros estudos comparados de sistemas de parentesco, realizados por Morgan, procuravam organizar em tabelas as diferentes terminologias procurando tipos-padrão de sistemas de parentesco e mediante eles determinar os diferentes estágios evolutivos em que cada sociedade poderia ser situada.

Fosse como fosse, os dados estavam lançados e, daí em diante, os antropólogos têm continuado a preocupar-se com as terminologias de parentesco a ponto de estas quase se tornarem numa obsessão. De facto, durante algum tempo o "estudo do parentesco" foi, virtualmente, o estudo dos termos do parentesco e o debate cingiu-se à explicação desses mesmos termos. É agora mais ou menos aceite que Morgan tivera razão ao assinalar a importância da terminologia, mas errara quanto ao seu significado (FOX, 1986; 21).

Posteriormente Radcliff-Brown retomou o estudo da terminologia de parentesco, refinando o método comparativo e tentando estabelecer leis. Nos Estados Unidos, os estudos de Rivers e Kröeber preocuparam-se também com sistemas de classificação representados na terminologia de parentesco. Foi Kröeber (1969) o primeiro em romper com a idéia da existência de dois tipos de sistemas de parentesco, os sistemas descritivos e os classificatórios, mostrando como as terminologias de parentesco descrevem e constroem uma ordem social classificando e estabelecendo um lugar para cada integrante do grupo. É nesse sentido que vou abordar as diferentes terminologias utilizadas pelos integrantes das famílias do Programa, mediante as quais as pessoas se identificam e localizam no espaço social (GEERTZ, 1997). Os termos de parentesco se dividem em dois tipos: os que as pessoas usam para falar dos integrantes da família ou do Lar Substituto (termos referenciais) e os utilizados para chamar ou falar diretamente com essas pessoas (termos vocativos). Coerente com a diversidade de situações nos

Lares Substitutos, encontramos uma ampla diversidade de termos utilizados. Em cada família ou Lar Substituto as expressões utilizadas são diferentes, mas também dentro de uma família as expressões para referir a uma mesma relação variam dependendo da situação (MOURA, 2004).

Enquanto o uso do termo *filho* é habitual e pouco problematizado, o uso da expressão *mãe* no sentido vocativo não é tranquilo. Isso não significa que ele não seja utilizado. Valquíria é chamada pela expressão *mãe* por todos os jovens colocados no seu lar. Ela e seu marido, que já faleceu, são referidos também como *pais* pelos integrantes dos dois grupos de irmãos colocados no seu lar, assim como por seus filhos biológicos.

Enquanto o vínculo de filiação reconhecido entre eles é construído a partir da experiência de criação, os laços de irmandade não respondem necessariamente a esse critério, e em geral, quando um jovem refere a seus irmãos faz referência aos irmãos biológicos. Mesmo quando o vocativo *mãe* é utilizado, em muitos casos, quase todas as mães substitutas têm alguma reflexão para realizar a respeito. Maria Rosa explica que desde a FEBEM eram instruídas no sentido de não considerar as crianças colocadas como filhos, já que o Programa objetivava uma estadia temporária e não permanente no lar. Com tal fim, as mães substitutas eram aconselhadas a se fazer chamar de "tias" pelas crianças colocadas.

Eu não deixava me chamarem de "mãe", eles têm sua mãe, a mãe que é deles. Todos me chamavam de "tia", tinha só um que me chamava de "mãe", não tinha forma de convencê-lo. Ele veio pequenininho com uma irmã maior que era um inferno. Ele dizia que eu era mãe, a irmã às vezes também me chamava assim.

Uma situação bastante comum ao ouvir as mães substitutas falar sobre a história de alguma criança é a de explicar como os filhos de criação perguntam às mães substitutas sobre a possibilidade de chamá-las de "mãe". Em geral, elas referem-se a situações em que as crianças ou jovens colocados começam a realizar questionamentos sobre sua identidade, pesquisando sobre a família de origem e contrapondo situações do passado às vividas no Lar Substituto.

Na maioria dos casos, a forma em que uma mãe substituta refere-se a um jovem participante do Programa muda quando ela narra uma anedota ou o chama diretamente. Também acontece que uma mãe substituta e um filho de criação utilizem categorias diferentes para referir-se uns aos outros. O caso mais comum disso é a utilização do expressão "filho" em sentido vocativo por parte das mães substitutas para falar com crianças o jovens acolhidos. Esse é o caso do Lar de Célia, que ao mesmo tempo que incentiva os três jovens colocados a chamá-la de avó, "*eu não deixo eles me chamarem*

de mãe, eles conhecem sua mãe”, cotidianamente os chama por “filhos”. Explicitando o vínculo gerado com os três jovens, Célia refere a eles como “filhos do coração”. Mediante a expressão, também explica o vínculo aos próprios jovens. Célia se apresenta como seu único respaldo emocional, explica que se sente “mãe e pai” deles.

Ao utilizar o termo *filho* em sentido referencial, o mais comum é a utilização de algum adjetivo, que permita a diferenciação entre os filhos por descendência biológica e os filhos por acolhimento. Os adjetivos são utilizados para caracterizar e diferenciar os dois tipos de relação. Nilda, ao ser perguntada pela história ou a situação do seu Lar Substituto, assim como a grande maioria das mães substitutas, toma cuidado de explicitar o vínculo estabelecido com as crianças colocadas pela intermediação do Programa. Para isso, utiliza a expressão *filhos emprestados*, que poderia ser comparável a utilizada por Célia, *filhos do coração*. Este cuidado é igualmente posto para explicar quando se trata dos filhos biológicos, aos que Nilda refere como “os filhos que são os meus”. Esta dupla adjetivação dá uma idéia da forte integração das duas situações de filiação, nenhuma é entendida como evidente e as duas devem ser explicitadas. Na terceira geração essas diferenciações vão se perdendo cada vez mais. Mesmo com a presença do Programa, Michael e Juracema se chamam de *neto* e *avó*. O estabelecimento do vínculo através do Programa é diluído nas três gerações. Nos casos como o de Nilda, em que desaparece o marco do Programa e sua normatividade, as distinções são ainda mais tênues e os que poderiam ser *netos emprestados* são referidos como netos sem maiores especificações.

A análise de terminologia de parentesco vem a mostrar o processo complexo em que a experiência do Programa se integra ao resto das experiências familiares. Este processo não se dá numa única direção. Nos casos que vimos até agora, as sucessivas gerações vão sendo assimiladas na estrutura familiar até em alguns casos perder uma característica diferencial. Contudo também encontramos o movimento inverso. Assim como os vocativos utilizados entre parentes “substitutos” podem se assimilar aos utilizados para definir laços biológicos, estes últimos também realizam empréstimos dos primeiros. Este é o caso de Nilda, quem é chamada de *tia* por todas as crianças das quais está cuidando neste momento, mesmo quando uma delas diferencia-se do resto por ser sua neta biológica. Ao comentar o fato, Nilda não parece muito preocupada e explica que sua neta simplesmente aprendeu a chamá-la assim com Paulo, seu vizinho, e outras crianças também ao seu cuidado. O uso de terminologias de parentesco incorpora e mistura diferentes influências.

4.4 A ESCOLHA DO VÍNCULO LEGAL

O vínculo jurídico existente entre as famílias acolhedoras e os jovens colocados nos lares através do Programa não reflete de forma direta a relação pessoal estabelecida entre eles. Mesmo assim, vemos casos em que existiu um interesse explícito da família em formalizar a situação de alguns desses jovens mediante a tramitação da guarda ou da adoção, como forma de assegurar sua permanência no grupo familiar. Em alguns desses casos, esse interesse levava a oficialização do vínculo, mas isto nem sempre era conseguido por parte das famílias acolhedoras. Muitos jovens, ainda menores de idade, colocados nos Lar Substitutos encontram-se numa situação de indefinição total em relação a quem mantém responsabilidade legal por eles. Isto, porém, não parece interferir no vínculo estabelecido com as famílias de acolhida.

Em alguns casos coexistem dentro do mesmo Lar Substituto variados tipos de situações jurídicas. Às vezes, essas situações demonstram graus diferentes de integração familiar, mas isso não é necessariamente assim. Na continuação apresento três casos em que diferentes situações jurídicas expressam intenções e situações diferentes. Nos três casos estabeleceu-se um vínculo diferenciado com uma das crianças colocadas nos Lar Substituto que levava a integração familiar. No primeiro dos casos, a intenção de integração familiar reflete diretamente no pedido de guarda e na busca de formalizar a situação que assegure a permanência. O segundo caso apresenta uma situação em que a integração no Lar não depende de uma vontade anterior, mas vai se produzindo com o decorrer do tempo e a partir de situações diferenciadas do resto dos usuários. Para concluir, trago um caso que apresenta uma situação muito complexa em que diferentes situações coexistem com significados variados, é o caso do lar de Valquíria.

4.4.1 Ana Paula: a permanência através da tramitação da guarda

Através do arquivo do Lar Substituto de Marli e do arquivo individual de Ana Paula, criança colocada no lar, obtemos as seguintes informações do caso. Ana Paula chegou no lar substituto em 1994 quando tinha nove anos. Sua adaptação aos pais substitutos foi rápida, assim com a destes a menina. Pela referências da ficha de ingresso à FEBEM vemos que o fato de Ana Paula ser branca pode ser considerado como um fator que teve certa influência no processo de incorporação ao Lar. A assistente social registra esse fato da seguinte forma,

O casal diz estar muito satisfeito com a criança que encontraram, inclusive pretendem, quem sabe adotá-la futuramente. Ambos não

imaginavam que fossem vincular-se a menina tão rapidamente. O Sr. Abul, apesar de admitir timidamente, queria uma filha ou um filho que fosse de pele branca como ele, pois sua esposa é negra e seus quatro filhos também [arquivo do Lar Substitutos de Marli, FPE]

Nos registros, aparece um contínuo interesse pelo tipo de vínculo estabelecido: a tramitação do termo de guarda ou até mesmo a possibilidade de adoção. Antes de ser colocada no lar, Ana Paula morava com uma mulher de quem foi tirada porque não passara no exame de sanidade mental para a adoção de Ana Paula. Em toda a redação do prontuário podemos observar um interesse direto de todas as partes em que a colocação derive em uma integração familiar definitiva. Em alguns momentos, Marli é referida como a "mãe adotiva", quando o termo habitualmente utilizado para os registros é "mãe substituta".

Apesar de ter marcado previamente o encontro com Marli, na primeira vez que fomos visitar seu Lar Substituto, na vila Cruzeiro, não conseguimos achá-la. Falamos nessa ocasião com dois dos seus filhos, Márcio, filho biológico, um menino negro de 18 anos, muito aberto e Ana Paula, filha de criação do Programa, de 17 anos, branca e muito tímida, a única jovem do Programa que mora com esta família. Na ausência da sua mãe, Márcio explicou-nos brevemente a história de sua mãe no Programa. Marli começou oferecendo refeições para as crianças do bairro. Depois tentou uma creche comunitária, mas não deu certo e em 1994 abriu o Lar Substituto. Lembra que na sua casa faziam-se algumas reuniões com outras mães substitutas. Passa rapidamente sobre todos os temas, mas se detém particularmente em uma história, a de Laura, uma menina que foi colocada no lar com três anos de idade. Márcio conta que depois de alguns meses de convívio foi localizada pelo pai biológico, que pertencia a uma família de muito dinheiro e que até pouco tempo atrás não sabia da existência da sua filha. Ao contar esta história, muda seu tom, parece que deixa de ser uma história alheia, que está nos contando por causa da ausência de sua mãe, e a relata como uma experiência pessoal. Lembra o dia em que a menina foi embora, ele chegou em casa e tinha um carro importado parado na porta.

Eu achei que seria um carro do juizado, mas não, era o pai dela, que era de uma família importante de Santa Catarina. Ele não sabia que tinha uma filha, a guria [a mãe biológica] fugiu e deu a menina. Quando ele ficou sabendo veio buscar a menina. Quando ela foi embora todos nos ficamos muito tristes, até hoje eu me pergunto onde estará, aqui ou em Santa Catarina... Ela deve estar bem maior.

Tanto no relato de Márcio como no registro de arquivo, só duas crianças são mencionadas como colocadas no Lar Substituto, mas ao encontrar com a mãe substituta, na segunda oportunidade em que a visitamos, Marli nos fala de algumas outras. Conta

das dificuldades que passou com uma criança portadora de AIDS devido que naquela época, ignorava quais as medidas que deviam ser tomadas para prevenir o contágio das outras crianças e de sua família. Conta também algumas situações de violência por parte de familiares biológicos e como vizinhos e comerciantes do bairro colaboravam com seu lar.

Marli é uma mulher negra, de uns quarenta e cinco anos. Fala muito e muito rápido, intercalando anedotas, conselhos e piadas no seu relato. Na primeira conversa com ela, contou-nos toda sua vida: nasceu em Canguçu-RS e aos nove anos foi trabalhar de babá em Pelotas. Aos treze conheceu seu marido, apaixonou-se, casou e veio morar em Porto Alegre. Tempo depois ele foi diagnosticado infértil, problema ocasionado por uma doença. Sentada na sala, enquanto conta a história dos seus sete filhos aponta para as fotos de todos eles mais as dos netos colocadas na parede principal. A primeira das filhas, filha biológica de uma tia de Marli, foi adotada devido a vontade do casal de ter filhos e por causa da suspeita de infertilidade do marido. Algum tempo depois Marli ficou grávida e descobriu que o diagnóstico do seu marido estava errado; teve quatro filhos. Quando Márcio, o menor desses quatro filhos, fez nove anos, Marli interessou-se por ingressar ao Programa. Através do Programa ingressou Ana Paula também retratada e dependurada na parede. Por último mostra a foto do filho mais novo. Ao explicar sua história baixa a voz, e conta que em realidade ele também não é filho biológico, mas é filho de sua filha maior, que ela registrou como próprio, porque sua filha era muito nova.

No mesmo ritmo em que vinha descrevendo a história de seus filhos, Marli passa a contar seus problemas de saúde, atuais ou aqueles pelos quais passou, como quase perdeu todo o que tinha, "as coisas materiais", explica como reconstruiu sua vida a partir do budismo, nos aconselhando tentar também entender sua filosofia. Continuou contando suas aventuras na política e a relação com pessoas importantes. Foram assim duas fitas de entrevista gravada e um bom tempo a mais de conversa "em off", nas quais a experiência de ter acolhido a Ana Paula foi envolvida numa série de histórias familiares, sem que esta fosse nem a mais peculiar, nem a mais problemática. Pelo contrário, os avanços escolares de Ana Paula e sua cumplicidade com os irmãos (fundamentalmente Márcio que tem sua idade), fazem parte de um extenso repertório de histórias junto com as de outros filhos e netos.

4.4.2 João e Fátima, o vínculo passados os anos.

Visitamos o Lar de Maria Fátima só uma vez, numa sexta-feira de manhã em que ela estava trocando os curativos após uma operação em que lhe amputaram um pé por causa de uma doença circulatória. Como pode se esperar, o encontro não foi o mais gratificante. Talvez por causa da situação, talvez por causa de más experiências com o Lar Substituto, ou por ambas, ela se mostrou bastante contrariada de falar sobre sua participação no Programa. Pese a sua relutância em falar, as informações que obtivemos no encontro podem ser cruzadas com os dados de arquivo e o depoimento de Carmen para nos aproximar da experiência do Lar Substituto.

Foi a única mãe substituta entrevistada que nos disse diretamente que sua experiência no Programa não valeu a pena e que após todos esses anos chegou a conclusão que se tivesse que escolher de novo não ingressaria ao Programa. Porém, não é só essa avaliação da experiência o que faz este caso particular. Ele é o único Lar Substituto do qual encontramos registradas em arquivo queixas em relação a maus tratos, discriminação contra crianças colocadas e má utilização dos recursos disponibilizados pelo Programa. Maria Fátima cadastrou-se para o ingresso ao Programa em 1972, sendo aprovada sua solicitação em 1973. Entre as motivações que coloca para iniciar na atividade encontramos o fato de já ter cuidado e criado duas meninas. No momento de ingresso, Fátima e seu marido eram proprietários da casa onde moravam com dois filhos ainda crianças. Entre 1973 e 1986 a família acolheu várias crianças mantendo durante esse tempo um número mais ou menos estável, três a seis crianças. Nesse período encontramos, registradas em arquivos, as queixas de dois meninos que dizem ter sido agredidos por Fátima e seu marido em várias oportunidades. Também aparecem registradas fugas desses e outros jovens para outros Lares Substitutos, onde disseram que no lar de Fátima só recebiam leite as crianças pequenas. Em abril de 1981, por causa de uma doença de seu filho que necessitava tratamento continuado, Fátima “devolve” as duas crianças pequenas que estavam colocadas no seu lar. A assistente social que assina a ficha escreve que por causa dos problemas apresentados no Lar Substituto, este fica “sujeito a avaliação”, não devendo haver colocações novas. Porém, em julho de 1982, a partir de pedidos da mãe substituta e de sua filha biológica, o Lar é reativado.

Desde 1986 até a atualidade, o único jovem colocado através do Programa e integrado na família é João. Em 2003, aos 33 anos, ele continua vinculado pelo fato de ser *portador de deficiências* e problemas de personalidade. João chegou ao Lar Substituto

sendo um bebê. Tanto os relatos da mãe substituta como a descrição achada na ficha de ingresso falam sobre a gravidade do seu estado de saúde ao ingressar no lar, ossos fraturados, machucados com infecções e avançado estado de desnutrição. Maria Fátima explica a dificuldade que foi o processo de recuperação e como depois de reposto procurou por todos os meios a mãe biológica, através dos assistentes sociais do Programa e através dos registros do hospital, mas não teve êxito. Pelo que achamos na ficha do Lar Substituto, em algum momento Fátima teve intenções de adotar a João, mas passado o tempo e por causa da situação econômica em que a família se encontrava depois da separação do casal a adoção não se concretizou.

Fátima conta a situação de João hoje: ele é *portador de deficiências* intelectuais e tem sérios problemas de integração, apresentando "*condutas anti-sociais*". Não quer tomar banho, traz lixo da rua, durante um tempo dizia e gritava na rua que estava com AIDS e que iria morrer. A filha biológica de Fátima, que entra na sala e se integra na conversa, explica alguns dos problemas de João em relação à higiene e sexualidade. Todos os comentários parecem apontar que a colocação de João e suas dificuldades de se autonomizar são um grande peso para a família. Somando essa impressão às anotações na ficha de Fátima em que as assistentes sociais referem a tratos diferenciados entre as crianças colocadas e os integrantes da família, Fátima passa a representar para nós "a exceção que confirma a regra". Das nove mães substitutas ainda participantes do Programa achamos uma que parece confirmar as acusações de motivações interesseiras e maus tratos que as crianças usuárias do Programa receberam.

Munidas desse argumento questionamos a assistente social do Programa sobre possíveis situações violentas no âmbito do Programa. Porém, na opinião de Carmen, encontramos uma visão diferente do Lar de Fátima. A nossa surpresa, ao falar com Carmen confirma a versão da mãe substituta em relação aos problemas no convívio familiar que João provoca. Diz que por causa desses problemas num determinado momento achou insustentável a situação no lar e comentou a possibilidade de ingressar João numa instituição psiquiátrica. Carmen comenta a reação de Fátima, que entenderia exagerada se não pudesse contextualizá-la. Fátima lhe explicou que seu pai tinha sido funcionário do hospital São Pedro. Assim, ela passou toda sua infância ouvindo relatos de abusos aos internos por parte de funcionários, e não estaria disposta que João passasse por essa experiência. Com isso, a assistente social tenta nos transmitir o que ela acha um forte vínculo entre o jovem colocado e a mãe substituta que, apesar de todos os problemas provocados pela instabilidade de João, ainda faz questão de mantê-lo

integrado a seu lar. Efetivamente, apesar da forma pesarosa com que Fátima descreve seu vínculo com João e da total falta de esperança da mãe substituta de que em algum momento recomecem os pagamentos (Fátima não participou em nenhuma das instâncias de reclamações frente ao governo), João continua integrado ao lar. Nenhum tipo de responsabilidade legal ou benefício econômico os une.

4.4.3 Vínculo jurídico e laços afetivos

Os Lares de Marli e Maria Fátima são dois casos nos quais, sem dúvida, podemos falar de uma *integração* ao grupo familiar, mesmo quando isso não implique a integração nos moldes de igualdade entre irmãos aos quais estamos acostumados nos marcos da família nuclear. Nos dois casos, a integração se produz por diferentes meios, partindo de situações diferentes gerando, portanto, situações variadas.

Apesar de ter participado em outras atividades relacionadas a serviços públicos e programas de assistência, a participação de Marli no Programa Lares Substitutos parece muito mais orientada à procura por filhos do que à procura por recursos viabilizados pelo Programa. O número de crianças acolhidas e sua circulação é menor do que em outros Lares Substitutos. Vimos que, mesmo tendo acolhido várias crianças, na memória familiar, duas delas têm um lugar central. Uma delas é Laura, que ingressara ao lar sendo uma menina pequena e que regressara com a família de seu pai biológico. É provável que as expectativas de sua permanência no lar fossem altas, mas viram-se contrariadas. A outra criança é Ana Paula, até hoje integrada na família. Como vimos pelos registros da assistente social que acompanhou o caso, sua integração foi rápida e pouco tempo depois o casal acolhedor estava tramitando a guarda da menina. É possível entender a formalização legal como a intenção de permanência de Ana Paula no núcleo familiar. A menina conhece sua história e a família de origem. Com base nesse conhecimento, à idade em que chegara ao Lar (nove anos) e, provavelmente, à mediação do Programa, a forma de integração de Ana Paula à família de acolhida é diferente dos outros dois casos que a mãe substituta nos narrara, em que o vínculo de filiação é construído a imitação da descendência biológica. Ana Paula não é chamada de filha, nem chama mãe a Marli. Porém, segundo explicou Márcio, é considerada como irmã por ele e assim eles se apresentam entre os amigos do colégio e do bairro, muitos deles em comum.

No caso de João, a integração ao núcleo familiar através da colocação no Lar Substituto se dá por outros mecanismos. João faz parte de um alto número de crianças que foram colocadas no lar de Fátima. Foi uma das primeiras em ingressar ao Lar e uma

das que chegou mais jovem, sendo um bebê de poucos meses. É um dos poucos jovens que não mantinha vínculos com a família de origem. Por diferentes motivos, o Lar Substituto de Fátima atravessou “crises”, em geral vinculadas a situações familiares difíceis, como o nascimento de um filho com problemas físicos, a separação do casal e a mudança de cidade da filha biológica. Nesse momento, as situações conflituosas no lar se agravaram e em muitos casos as crianças colocadas nele retornaram à família de origem, foram colocadas em outros lares ou passaram a outros serviços de atendimento. De todos esses casos, João foi o único que permaneceu no lar. Hoje, após a suspensão dos pagamentos João continua integrado ao grupo familiar, mas não é chamado de filho por Fátima nem considerado como irmão por seus filhos.

4.5 MULTIPLICIDADE DE SITUAÇÕES COEXISTINDO: O LAR DE VALQUÍRIA

Para finalizar o capítulo, apresento o Lar Substituto de Valquíria. Este se revela um caso particularmente relevante para analisar a integração familiar, já que nele coexistem uma ampla gama de situações diferentes de integração familiar através do Programa e que envolvem situações legais e familiares variadas, produzidas em diferentes momentos do ciclo familiar.

O Lar de Valquíria foi o primeiro que contactáramos e apesar de não ser o mais pobre, era um dos que se encontrava numa das mais difíceis situações após a suspensão dos recursos. Em maio de 2003, moravam com Valquíria sete jovens colocados no seu Lar por intermediação do Programa. Davide, Matheus, Lucas e Caroline já tinham sido desligados por ter passado os dezoito anos. Rodrigo, também foi desligado ao ser adotado por Valquíria e seu marido. Fernando e Rossana eram os únicos que ainda recebiam o *per capita*. Nos fundos da casa, morava Marisa, uma dos quatro filhos biológicos de Valquíria. Ela tem uma extensa jornada no serviço de auxiliar de enfermagem e deixa sua filha Daiane no cuidado da avó, que leva e busca a menina na creche. Também fica com ela Francis, um menino de cinco anos, filho de um filho de Valquíria que trabalha como motorista de ônibus. Francis mora a semana toda com Valquíria, passando o final de semana com os pais que moram por perto. Em várias ocasiões encontramos também outros netos que temporariamente ficaram com a avó, até situações familiares concretas se resolverem.

Valquíria tem 64 anos, é viúva, e recebe uma pensão deixada por seu marido. Das pessoas que moram na casa, sem contar à filha que mora nos fundos, ninguém tem um emprego fixo. A maioria dos jovens da casa estão estudando e encontram sérias

dificuldades para conseguir emprego. Os recursos ingressados ao lar são portanto limitados. Com a suspensão do pago dos *per capita*, não só diminuiu o dinheiro que ingressava ao lar, mas cessou um dos poucos ingressos de periodicidade mensal.

4.5.1 Uma manhã na casa de Valquíria

Ao visitar o Lar Substituto de Valquíria perto do horário do meio dia podemos observar sua intensa dinâmica familiar. Neste momento do dia é quando se concentra o maior número de pessoas na casa e se realizam as atividades domésticas mais importantes, como o almoço e saída e regresso de creches e colégios. Para ter uma melhor aproximação ao cotidiano de um dia qualquer no lar de Valquíria transcrevo um trecho do diário de campo de uma das visitas que realizamos.

Chegamos na sexta-feira de manhã, em plena função do meio dia. O portão e a janela da frente de casa estão abertos. Dentro da casa está a Rossana de uns 17 anos, magrinha e cabelos tingidos, irmã de Davide, Lucas e Matheus, todos jovens do programa. Perguntamos para ela se Valquíria se encontra, nos diz que sim, e vira a cabeça gritando: *mãe, tem alguém te procurando!* No corredor tem três meninoss: reconheço o Francis, que brinca com duas crianças mais, mais ou menos da sua idade, e um dos irmãos de Rossana fechando um cigarro, que logo entra no quarto do lado da cozinha. (...)

Entramos na casa. Valquíria está cozinhando no fogão de lenha. O fogão esta largando fumaça para fora porque as crianças bateram na chaminé brincando com a bola, segundo explica Valquíria que ao lembrar disso sai no pátio de novo xingando as crianças por estar jogando bola, o que ela proibiu. Em cima do fogão tem duas panelas, uma de pressão (onde está o feijão) e uma de ferro, (onde ferve água para cozinhar o arroz). Em cima da mesa tem uma cebola pela metade, parece que a outra metade já foi usada. A porta do fogão está aberta, por aí põe a lenha, que são pedaços de caixas de fruta. Realmente tem muita fumaça dentro da casa. Valquíria nos explica que por causa da fumaça Daiane [sua neta biológica] saiu com Caca [apelido de Caroline, irmã biológica de Fernando, ambos também jovens do programa]. Hoje Daiane não foi na creche porque está com problema nos brônquios (freqüentemente ao visitar a dona Valquíria encontramos a Daiane, ali e não na creche por esse problema). Mas como tinha tanta fumaça pediu para ela ser tirada da cozinha. Continuamos conversando sobre a rotina doméstica, e Valquíria nos fala de Clovis e Gustavo, outros dois de seus netos, que estão momentaneamente parando em sua casa. Em outras visitas tivemos oportunidade de conhecê-los e de saber um pouco mais de sua história. Um deles é filho de seu filho homem mais novo, que é divorciado e mora longe. Sua mãe casou novamente, e o neto foi com Valquíria. O outro é filho do filho mais velho, que trabalha como motorista de ônibus (...)

Francis, um menino de cinco anos, loiro e de olhos azuis, e que parece ter a maturidade e a esperteza de uma criança de mais idade, está em casa para ir na "escolinha", que começou este ano. Toma banho e escolhe a roupa, Rossana que passou algumas vezes cantando ajuda na escolha. Dormitórios, geladeira e outras peças da casa estão fechadas com cadeado, e ela ajuda a Francis com o molho de chaves. Sabonete e

toalha não ficam no banheiro, estão no dormitório e Valquíria manda o menino pegá-los antes de entrar no banheiro. Os três ficam mexendo com as chaves, perdendo e procurando-as continuamente. Ninguém parece muito incomodado com isso, e a dinâmica das chaves se soma ao resto dos comentários, falas, piadas, e músicas entre todos os presentes na casa.

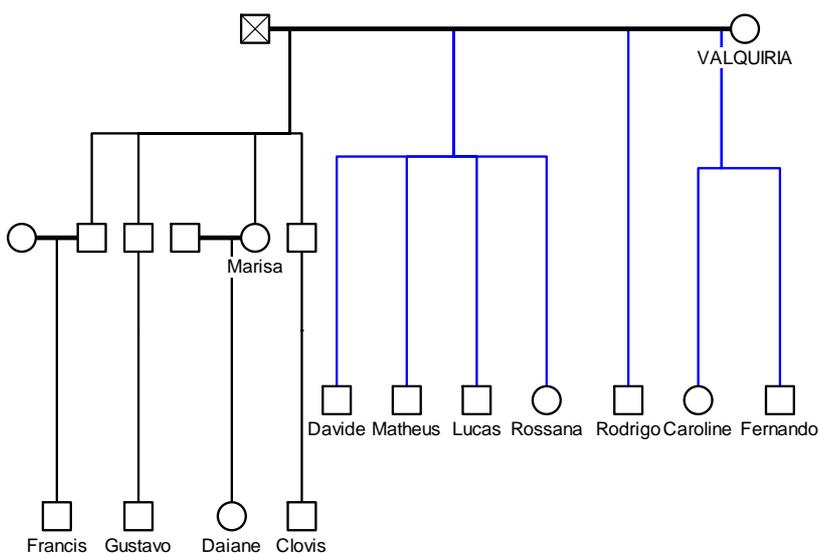
Chega a mãe de Daiane e pergunta pela menina. Valquíria explica que saiu com Caca por causa da fumaça. Marisa, filha biológica de Valquíria se mostra preocupada. Diz que não confia nela. *Essa Caca é meio louca...* Conta da entrevista de emprego que acaba de fazer e cada tanto olha no relógio e fala de Daiane. Pouco tempo depois chegam Daiane e Caca, Marisa pega a menina e vai para sua casa nos fundos para lhe dar um medicamento. Caca fica contando que foram até o colégio de Rodrigo, e que Daiane dava tchau com a mão pela janela. Todos ficam comentando como a menina gosta dele, e que quando era mais nova só aceitava colo dele. Depois Caca começa a brincar com Francis, lhe dizendo que vai comprar alguma coisa boa para comer, e vai come-la sozinha.

Enquanto conversamos com Valquíria chega Rodrigo (jovem colocado através do Programa e posteriormente adotado), pede a Rossana que lhe alcance as chaves tira uma moto de plástico de dentro do quarto, e fica brigando/brincando com Francis, que o fecha dentro do quarto. Nos despedimos dizendo que na semana que vem vamos na Rosângela, e voltaremos para dar notícias. Valquíria não faz muita cerimonia e continua nas tarefas enquanto saímos. (Diário de campo, 26 março de 2004)

Neste trecho do diário de campo podemos observar a família no seu cotidiano: filhos e netos biológicos, filhos *da Febem*, tal como Valquíria denomina aos jovens colocados pelo Programa, alguns deles em idade de receber o *per capita*, que não está sendo repassado pela FPE, e outros já desligados. Numa sexta-feira qualquer, cada uma destas pessoas convive, interage e colabora nas tarefas domésticas à sua forma e medida. Valquíria, a frente do fogão administra os recursos para que todos eles consigam fazer o almoço e chegar a tempo as atividades. Aproveitando a greve dos professores municipais para ficar em casa, Rossana ajuda a mãe substituta a distribuir alimentos e roupas que habitualmente ficam chaveados. Caroline, encarregada de cuidar de Daiane, leva-a até o colégio de Rodrigo a quem dá tchau pela janela. Os três jovens, integrados no lar por intermediação do Programa são considerados como filhos por Valquíria. Por sua vez, eles a chamam de *mãe*, mas não se consideram irmãos entre eles. As duas meninas pertencem a dois grupos diferentes de irmãos biológicos e as situações jurídicas dos três são diferentes. Rossana ainda recebe o *per capita*. Caroline já é maior de idade e, portanto, foi desligada do Programa. Seu irmão Fernando, ainda menor, continua recebendo o benefício. Rodrigo não fez ainda os 18 anos, porém ele não recebe mais o *per capita* já que foi adotado, pelos pais substitutos, algum tempo depois de ser colocado no Lar Substituto. A situação econômica da família é bastante difícil, como podemos ver a

partir da forma em que os recursos são utilizados e protegidos. A interação entre todos os integrante do Lar é intensa, mas não por isso deixa de apresentar conflitos, que são integrados na dinâmica. As chaves na porta são utilizada por Francis para brincar com Rodrigo. As preocupações de Marisa são relegadas a um segundo plano com o relato da alegria de Daiane ao ver a Rodrigo e o orgulho dele quando todos seus colegas de aula ficaram comentando o quão bonita que a menina é. Durante todo esse tempo o irmão de Rossana, que ao ver-nos chegar entrou no seu quarto, que não tem comunicação com o ao interior da casa, mas com pátio, permaneceu por fora de toda a atividade.

Diagrama genealógico da família de Valquíria



NOTA: as linhas azuis indicam as crianças colocadas pelo Programa

4.5.2 Integração e diferenças

Ao falar sobre circulação de crianças na cidade de Porto Alegre, Fonseca (1995) aponta para as diferenças e inclui as desigualdades intrínsecas ao sistema de acolhimento. A idade, a forma de colocação, a presença ou não dos parentes biológicos, fundamentalmente a mãe, fazem com que o lugar das crianças acolhidas se construa de forma diferente para cada caso. Nos casos analisados encontramos estas mesmas formas de diferenciação, em que filhos biológicos, filhos adotivos, filhos “da Febem”, netos e crianças “particulares” ao cuidado das mães substitutas convivem no lar, com diferentes direitos e obrigações. Não necessariamente esse convívio implica na incorporação familiar, mesmo quando isso seja o mais provável depois de algum tempo de convívio, e

fundamentalmente quando as probabilidades de retorno à família de origem ou adoção são pouco prováveis.

A integração no Lar Substituto e incorporação nas redes de parentesco não implica o desaparecimento das diferenças, nem o esquecimento das origens de cada integrante ou das situações dolorosas que em muitos casos os jovens colocados passaram. Ao contrário do que poderia parecer em um primeiro momento, a presença dessas diferenças dentro do grupo não representa necessariamente uma forma de violência ou desigualdade, mesmo quando elas também existem. Antes disso, a permanência dessa diversidade se constitui na grande maioria dos casos numa forma de respeito. As formas de entender e valorar as situações produzidas pelo acolhimento não são iguais nem estão predeterminadas a serem valoradas negativamente. Os significados habitualmente outorgados a situações entendidas como "problemáticas", como as situações de acolhimento produzidas pelo afastamento das crianças de sua família de origem, podem ser construídos de formas diferentes. A experiência dos Lares Substitutos, abordada desde uma perspectiva etnográfica, vem confirmar isso. O caso do Lar Substituto de Valquíria, como vimos, condensa uma diversidade de situações, tanto no que refere a vínculos jurídicos, quanto a lugares e posições na família. Jovens colocados com intermediação do Programa, jovens adotados no marco da colocação do Programa, jovens adotados mediante outros procedimentos (processo formal de adoção ou adoção à brasileira), filhos biológicos e em algumas oportunidades os netos são considerados como "filhos" por Valquíria. Posta na situação de explicar origens e situação de cada um desses jovens, ou de lembrar a história do seu lar substituto, Valquíria refere-se aos jovens colocados pelo Programa como "os da Febem". Essa referência direta e clara resulta algo chocante quando ainda não se tem um conhecimento mais profundo de Valquíria, que se apresenta a si mesma como "alguém que chama as coisas por seu nome", e não acostuma utilizar rodeios para suas opiniões. Porém não é o estilo expressivo da mãe substituta o que leva a matizar a utilização da categoria "os da Febem", mas a própria forma como ela é utilizada. A referência aos jovens colocados dessa forma, antes do que uma forma de estigma representa um status diferenciado que, em alguns casos, pode se constituir numa vantagem, significando o acesso a serviços públicos. Ao ver a quantidade de tempo e esforços dedicados pela sua avó na realização de reclamos frente ao governo e, fundamentalmente, quando chegou à televisão, Francis, menino de cinco anos pediu a Valquíria, sua avó biológica: "*avó, eu também quero ser da Febem!*"

CAPÍTULO 5

ENTRE O PLANEJAMENTO E AS PRÁTICAS: MECANISMOS DE FUNCIONAMENTO DA EXPERIÊNCIA CONCRETA NO PROGRAMA

Nos capítulos anteriores, tentei mostrar como as características próprias das dinâmicas informais de circulação de crianças se conjugam com as da administração pública ao longo da história do Programa Lares Substitutos e do acolhimento oficial de crianças. Analisei a experiência das famílias responsáveis pelos Lares Substitutos não como o resultado automático da conjunção desses dois modelos de colocação, mas como uma experiência construída na prática cotidiana de participação no Programa. Neste capítulo me proponho a analisar o cotidiano do Programa através dos mecanismos planejados para seu funcionamento e sua implementação. Entre as normas de funcionamento do Programa, refletidas em regulamentações administrativas e as concepções de família e maternidade aceitas nas dinâmicas de família extensa, encontramos pessoas que outorgam sentidos ao acolhimento familiar e usam de formas diferentes os recursos proporcionados pelo Programa Lares Substitutos.

Através da etnografia, tento mostrar como o Programa, enquanto realidade concreta para seus usuários, famílias biológicas e famílias de acolhida, foi construído nos espaços existentes entre as normas estabelecidas no planejamento e as práticas estabelecidas, entre o possível e o desejado. Nessa interface se localiza aquilo que considero o foco deste capítulo: as formas em que normas e práticas se modificam e constroem umas sobre base das outras no jogo cotidiano entre as possibilidades e limites. Esse processo se percebe através da ação das pessoas participantes do Programa entendendo cada uma delas como um sujeito

construído cultural e historicamente em diferentes tempos e lugares, como um ser com uma forma particular de organização afetiva, formas particulares de entendimento e conhecimento, modos particulares de ordenamento sexual e de gênero, entre outros (DIRKS, ELEY, ORTNER, 1994; 12) [tradução minha].

Esses sujeitos que dão vida ao Programa serão entendidos, não como simples receptores de políticas implantadas verticalmente ou reprodutores de tradições instituídas, mas como agentes construtores das realidades sociais. Eles não executam sistematicamente o modelo do Programa, nem utilizam seus recursos simplesmente para manter suas práticas anteriores de acolhimento familiar. Assim tento entender

as formas em que esses sujeitos cultural e historicamente construídos se tornam agentes no sentido ativo, como suas ações e modos de estar no mundo mantêm e as vezes transformam essas estruturas que o modelam (ib idem).

As diversas apropriações, realizadas por esses agentes, dos recursos viabilizados pelo Programa e as distâncias (às vezes enormes) entre o planejado e o realizado são interpretadas sob diferentes ângulos, dependendo dos sujeitos e o contexto em que se realiza essa interpretação. Elas podem ser entendidas como "irregularidades" geradas a partir de uma má gestão, segundo a interpretação que apresentaram às autoridades da FPE em 2003. Também podem ser entendidas como o resultado de ações dos responsáveis pelos lares substitutos, que desvirtuaram os objetivos de atendimento de crianças e jovens em favor de interesses das famílias acolhedoras, tal como foi apresentado por alguns dos avaliadores diante da experiência. Ou segundo a visão das mães substitutas, podem ser entendidas, como as alternativas possíveis diante as omissões da administração e precariedade de recursos disponibilizados.

De uma perspectiva teórica, os espaços entre o planejado e a prática podem também ser abordados de formas diferentes. Segundo os aportes de Vianna, (2002) podem ser interpretadas como o processo rotineiro de implementação na prática do planejado no papel. Também podem ser entendidas como resignificações dos objetivos pensados desde o âmbito oficial (PESSANHA, 1995). Ou, então, como ações espontâneas e *táticas* dispersas, geradas pelos atores em posições subordinadas para subverter a ordem dominante (DE CERTEAU, 1996). Todas elas são interpretações válidas para entender a diversidade de situações apresentadas na medida em que entendemos as formas de funcionamento cotidiano do Programa como a interação de lógicas incompletas e sempre em recomposição (FALK-MOORE, 1978).

A interação entre as mães substitutas e representantes da FEBEM/FPE, não será abordada como um confronto entre dois blocos uniformes em que as famílias de acolhida são consideradas como portadoras de uma *cultura popular* (ou uma *tradição de acolhimento*) e técnicos e autoridades do Programa como os detentores de uma racionalidade moderna. Os participantes do Programa são sujeitos colocados em relações de poder com vários graus de ambigüidade (ORTNER, 1995). As famílias participantes do Programa Lares Substitutos não podem ser consideradas como um grupo homogêneo, com características e interesses iguais, mesmo quando, frente à situação de cancelamento dos recursos se uniram por reivindicações comuns. Também não podemos entender as pessoas envolvidas nas instâncias oficiais, na implementação e tomada de decisões em

torno ao Programa que envolvem assistentes sociais, juizes, autoridades institucionais, como uma única voz repetindo o mesmo discurso oficial. Nem sempre os discursos dos setores com capacidade de impor e legitimar uma determinada visão das coisas se encontram em articulação coerente.

Neste capítulo, detenho-me agora na participação das famílias de acolhida -pais e crianças- sem perder de vista que o Programa, enquanto experiência concreta, está constituído não somente por elas, mas por uma série de agentes oficiais cujo papel na implementação e avaliação do Programa será abordado no próximo capítulo. O Capítulo divide-se em três partes. Na primeira, analiso as diferentes formas de ingresso no Programa das mães substitutas cadastradas e suas famílias. Depois de fazer um apanhado geral privilegio dois casos, que além de representar duas formas de ingresso diferenciadas, permitem refletir sobre como as mães substitutas desse lares representam o acolhimento familiar e a parceria com o Estado. Na segunda parte do capítulo, descrevo as diferentes "modalidades" de Lar Substituto e, a partir disso, as expectativas dos jovens e das famílias de acolhida em relação a colocação e a permanência em cada Lar Substituto. Na terceira parte, descrevo as relações da FEBEM/FPE com usuários do Programa e famílias acolhedoras. Exploro as distâncias entre o intenso relacionamento estabelecido na prática e a falta de marcos jurídicos que respaldassem administrativamente os vínculos gerados pelo cadastramento dos lares e a colocação dos jovens.

5.1 HISTÓRIAS FAMILIARES E FORMAS DE CADASTRAMENTO DOS LARES SUBSTITUTOS

5.1.1 O Programa Lares Substitutos e as redes de informação

Ao falar das reivindicações das mães substitutas mencionei o caso de Rosângela, que é simultaneamente mãe substituta e filha do Programa, que herdou a responsabilidade do lar com o falecimento de sua mãe. Apesar de ter esboçado três etapas na história da colocação de crianças em Porto Alegre, aponte para uma continuidade entre os participantes do Programa, tanto usuários como famílias acolhedoras. Nem todos os lares têm trajetórias tão extensas. A maioria deles, mesmo participando de diferentes dinâmicas de acolhimento informal, ingressou com o começo do Programa Lares Substitutos. Do total das onze mães substitutas contatadas quatro começaram na atividade de acolhimento de crianças durante a primeira das etapas, antes do começo do Programa Lares Substitutos, e 7 depois. As vias pelas quais estas mulheres

entraram em conhecimento do Programa Lares Substitutos e as motivações que levaram a sua participação são diversas. Mesmo assim, a localização dos Lares em grupos (dois, três ou mais nos mesmos bairros) nos fala sobre a forma mais comum de ingresso, através de algum conhecido, geralmente parentes e vizinhos que já participaram do Programa, ou pela ação de profissionais e técnicos trabalhando na zona e que se envolveram na difusão do Programa.

No Campo da Tuca, Olga e Nilda, moram a menos de cem metros uma da outra. Em Monte Alegre encontramos a Valquíria e Juracema, a umas seis quadras de distância. Em ambos casos, pessoas integrantes de cada família se visitam e trocam ajudas corriqueiramente. Um pouco mais longe, também em Viamão, encontramos Rosângela. Na Vila Jardim, encontra-se o lar de Maria Rosa e o lar de Nilda, que além de vizinhas são cunhadas. Maria Rosa lembra de três lares substitutos a mais, existentes na sua rua e outros tantos por perto na vizinhança cujas responsáveis já faleceram. Em geral, os primeiros Lares Substitutos destas redes foram cadastrados por intermediação de pessoas vinculadas a serviços sociais, como usuários desses serviços, como no caso do Lar de Nilda, ou através do conhecimento pessoal de funcionários desses serviços, como no caso de Juracema. Algumas das mães substitutas já participavam de outras modalidades de programas de assistência, como creches comunitárias, programas destinados à terceira idade, etc. Esta participação, vinculada ao conhecimento próximo de pessoas com experiência no Programa Lares Substitutos, facilitou em muitos casos o ingresso, como os casos de Olga e Valquíria.

Sistematizando a informação podemos estabelecer três formas diferentes de introdução ao Programa Lares Substitutos: 1. diretamente com a FEBEM, seja através de campanhas publicitárias realizadas pela instituição ou por interesse das mães candidatas; 2. por conhecimento de outras pessoas da rede que já estiveram participando dele ou 3. por contatos com técnicos ou profissionais que mediam entre a família e a instituição facilitando informações e referências para o cadastramento do lar. Em alguns casos estas mediações se produziram frente a situações concretas de assistência a crianças dentro da comunidade.

5.1.2 Célia e Rosângela: dois casos diferenciados

Entre os projetos de ampliação e reformulação do Programa Lares Substitutos -a maioria dos quais permaneceram arquivados- vemos que os mecanismos previstos para difusão e cadastramento de novos lares era a difusão mediante diversos meios de

comunicação, jornais, televisão, etc. Provavelmente esta foi a estratégia utilizada em 1972 quando começou o Programa. Porém, ao olhar os dados coletados em campo, vemos que somente uma das mães substitutas contatadas conheceu o Programa diretamente através da FEBEM. Esse é o caso de Célia²⁴, mas no caso o contato ocorreu não por causa de um anúncio no jornal, mas porque ela já concorria freqüentemente a FEBEM para realizar os trâmites de adoção de uma de suas filhas. Assim, seu lar é o único que não se encontra localizado perto de outros Lares Substitutos. Célia nos explica que começou na atividade de mãe substituta motivada pelas situações que cotidianamente presenciava na FEBEM e interessou-se pela "*possibilidade de ajuda a essas crianças*" que o Programa Lares Substitutos apresentava.

Cada mãe tem uma forma [de ingresso ao programa]. Eu fui assim: eu tinha essa filha com dez anos, filha única e não engravidei mais, mas eu queria muito. Aí uma amiga que tinha adotado uma criança via FEBEM me levou lá. E eu fiquei fascinada quando cheguei lá com o objetivo de adoção.

Enquanto eu ia lá com o interesse de buscar uma, eu via dezenas, centenas [de mães] entregando [crianças]. Eu presenciei coisas nessa sala que eu nunca supunha que fosse ouvir da boca de uma mãe. E não foi de uma, eu vi mães com dois filhos pela mão e um na barriga dizendo: o que eu faço com essas pragas.

Tudo o que eu queria era trazer aquelas praguinhas para mi. Eu fiz um processo de adoção, eu fui lá com o objetivo da adoção, seis meses depois eu já recebi a minha filha.

E eu convivi com muita gente, que eu não sabia que existia, aquela miséria humana, aquele sofrimento e aquilo me tocou muito. Aí eu trouxe minha filha em 25 de junho, ela tinha os problemas que todo abandonado tem. Quando ela fez um aninho em novembro, eu conversei com meu marido, ela já estava caminhando, e eu decidi ajudar. Tomei conhecimento do projeto de Mãe Substituta que eu não sabia que existia, e aquilo ficou na minha cabeça. Eu voltei lá na FEBEM e me propus trabalhar de mãe substituta, que é um trabalho voluntário e... eu, eu especificamente era um dever de consciência. Eu devia alguma coisa para FEBEM, porque a FEBEM me deu uma coisa tão grande que nada pagaria. Eu vi tanta criança mal amada lá, que eu achei que podia fazer um pouquinho mais. Eu tinha meu neném, mais eu podia cuidar de mais, tinha disponibilidade de tempo e financeira. Minha filha estava com onze anos, a pequena com um aninho. Eu podia e me propus a [cuidar] bebês, porque a minha era bebê, assim que eu pensava, um bebê dois no máximo, cheguei a 16. (Transcrição de entrevista 14-7-2003)

Tal como explica Célia, "cada mãe tem uma forma" de ingresso ao Programa. Porém, entre todas essas formas diferenciadas, o caso mais comentado pelas mães

²⁴ Parte da experiência de Célia e do seu Lar foi apresentada no capítulo um, quando discuti as reclamações das mães substitutas. Nessa oportunidade, comentei que seu lar era um dos melhores colocados economicamente. Esse elemento pode ter relação com o fato de Célia aceder ao programa por mecanismos diferenciados do resto das famílias participantes. Levanto isto como uma possibilidade a ser considerada, porém não tenho maiores elementos para confirmar a idéia.

substitutas e também por outras pessoas vinculadas ao Programa, é o caso de Rosângela. Ele se apresentou também para nós como um dos casos mais interessantes. Rosângela é particular, não só pelo fato de ter herdado as responsabilidades do lar de Sônia, sua mãe de criação e também “mãe da Febem”, mas pela sua dupla participação no Programa, primeiro enquanto criança do Lar Substituto e depois como responsável por ele. Não sabemos se, quando criança, Rosângela foi ou não cadastrada como usuária do Programa. Ao contar sua história, ela se apresenta como mais uma criança do Lar Substituto, tal qual as colocadas pela FEBEM, com a diferença de que foi “achada numa lixeira” por Sônia. De fato é provável que, mesmo não sendo colocada no lar diretamente pela FEBEM, Rosângela, enquanto menor de idade, tenha sido incluída no Programa para receber o *per cápita*. Foi o caso de outros jovens cadastrados no Programa.

Por causa deste duplo papel de criança colocada e responsável por um lar especializado em crianças *portadoras de deficiências* projeta-se sobre Rosângela o estigma da deficiência, não só por parte das mães substitutas, mas também por parte dos assistentes sociais. Carmen, assistente social que trabalhou no Programa durante quatro anos, trouxe espontaneamente o caso de Rosângela na entrevista. Explicou que não concordava com o fato dela ser responsável pelo Lar Substituto já que se tratava de uma pessoa *portadora de deficiências*. Ao dizer isso, ela reafirma a idéia me questionando, “*tu já conversou com ela... ela é deficiente, qualquer um que fale com ela nota. Ela não poderia ter assumido o lar*”. Depois explica que mesmo não concordando, ela não teve muito o que fazer porque quando ela começou a trabalhar no Programa, a situação do Lar Substituto já estava apresentada dessa forma.

Apesar de ser um dos casos mais comentados, chama a atenção o silêncio em relação ao fato de que Rosângela não é a única que participa das dinâmicas de acolhimento dentro de sua família. Este Lar Substituto está integrado a uma rede familiar composta por outros quatro irmãos, todos filhos biológicos de Sônia. Principalmente uma dessas irmãs, Marta, está envolvida na atividade de acolhimento de crianças, e poderíamos dizer que divide com Rosângela a responsabilidade pelo Lar -mesmo de forma não oficial. As duas herdaram da mãe a atividade de cuidado de crianças. Foram criadas no mesmo lar, junto com uma infinidade de crianças. Uma é filha biológica e a outra de criação. A primeira detém a memória autorizada, a outra continua oficialmente dentro na atividade. Ao explicar o porquê cuidar de crianças e mais especificamente *portadores de deficiência*, Marta apela para uma tradição familiar, um sentimento aprendido desde pequena, transmitido pela mãe.

Porque eu venho acompanhando o trabalho junto com ela uma vida inteira. Basta dizer que eu enquanto criança me considero despertando pra vida, enxergando uma criança do lado que não era meu irmão mas que era porque ela dizia que era porque estava ali.

Ela sempre teve essa coisa, talvez por essa maneira de ela pensar e essa maneira que ela passou para gente de que a gente via as coisas de maneira assim o, elas [as crianças acolhidas] eram da gente, independente de qualquer coisa.

Ela se identificava muito só com meninas, ela dizia que menino era muito... E se identificava muito mais com os excepcionais, porque ela dizia que pela necessidade da carência eles batiam mais com aquilo que ela gostava de dar... Não sei eu nunca consegui entender, muitas vezes eu me perguntava, porque não mais crianças sãs do que...

Não, porque a identificação dela era essa, ela sempre botava bem claro de que o excepcional sempre dava mais amor do que a criança de sã consciência. E hoje eu assino embaixo do que ela disse. Eles têm uma fonte de amor inesgotável, se eu continuasse o trabalho dela, no caso de continuar pegando [acolhendo crianças através do Programa], né Rosângela? A gente continuasse pegando, continuaria sempre com os excepcionais (Transição de entrevista 27-12-2003).

Rosângela e Marta são irmãs de criação. Marta apresenta-se como “*um pouco irmã, um pouco mãe*” de Rosângela, por causa da diferença de idade e ao fato de ter ajudado na sua recuperação ao ingressar o lar. Rosângela refere-se a Marta como sua irmã sem fazer mais esclarecimentos em relação ao tipo de vínculo entre elas. Apresenta ela como a narradora autorizada da história de sua mãe. Em variadas oportunidades, ao pedir a Rosângela para conhecer mais sobre a história do lar e da sua mãe, nos disse para conversar com Marta, que por ser mais velha e possuir mais educação teria melhor conhecimento da história da mãe. “*Quem sabe bem dessas coisas é minha irmã Marta, eu não entendo muito, nem sei ler. Ela que sabe de tudo, eu só cuido das meninas...*”

Após algumas visitas à casa de Rosângela, marcamos um encontro para um sábado à tarde: Rosângela, Marta, Simone, eu e o gravador, que seria inserido em campo pela primeira vez. Apesar de termos marcado a entrevista com as duas, Marta monopolizou absolutamente a conversação, deixando poucos espaços para que tanto Rosângela como nos pudéssemos fazer algum comentário além de concordar ou reforçar o dito por ela. Na sua postura e entonação, podemos reconhecer em Marta uma narradora profissional. Fala devagar e olhando para a platéia, faz pausas para tomar a atenção dos seus ouvintes e dirige a eles [no caso Rosângela, Simone e eu] questões que intercala com seu relato. Quando o gravador pára, porque a fita terminou, ela espera o tempo necessário para trocar de lado, sem que se perda nada na gravação.

A situação de entrevista parece reforçar a idéia de uma relação hierárquica entre as duas irmãs, que já tinha surgido a partir dos comentários de Rosângela. Uma maior

preparação escolar e um melhor desempenho verbal por parte de Marta, e talvez uma certa legitimidade no fato de ser filha biológica, estabelecem uma diferenciação entre as irmãs, ao que se soma as compleições físicas. As duas negras; Rosângela, magérrima, cabelo curto, sem os dois dentes superiores da frente, falando rápido e baixo, articulando com dificuldades, sempre sorrindo de suas próprias brincadeiras e extremamente disponível parece o contraponto da irmã. Marta é mais alta e muito gorda, tem o cabelo comprido, uma voz forte e um andar espaçoso. Elas nos apresentam as duas caras de um tipo de participação no Programa e na prática de colocação de crianças. Marta resume essa tradição assim:

Eu tenho 61 anos e desde que eu me lembro que era criança, já tinha outras crianças dentro da minha casa sentadas na minha mesa dividindo. A minha mãe sempre fez esse trabalho, ela fazia o trabalho assim: alguém indicava a casa dela, por exemplo assim, uma mãe que tinha que sustentar um filho, para trabalhar tinha que deixá-lo em algum lugar, então geralmente outra mãe indicava a casa dela [de Sônia].

Começou assim, naquela época havia muita faxineira e lavadeira, minha mãe era lavadeira, ela lavava aí no rio, nas pedras do rio. Mas quando aparecia faxina para as mães fazer, as crianças ficavam em casa, e as mães davam um troquinho para ela. E quando chegavam da faxina passavam lá para pegar as crianças e levar elas para casa. Começou assim...

Daí assim, mais ou menos uns quinze anos depois que ela vinha fazendo esse trabalho por conta própria, a FEBEM achou ela... Então era assim, cada [vez que] uma mãe chegava na porta da casa dela pedindo socorro ela chamava um assistente social, e juntas elas entravam com um acordo. Aí a FEBEM levava aquela mãe, cadastrava, mas isso quinze, vinte anos depois.

A FEBEM fazia aquele trabalho de cadastro, e aí então a criança vinha na casa dela, e já o vínculo da criança na casa, já ficava por conta da FEBEM. Mas fora isso ela tinha os adotivos. Que é a grande maioria, as que ficaram ... (idem)

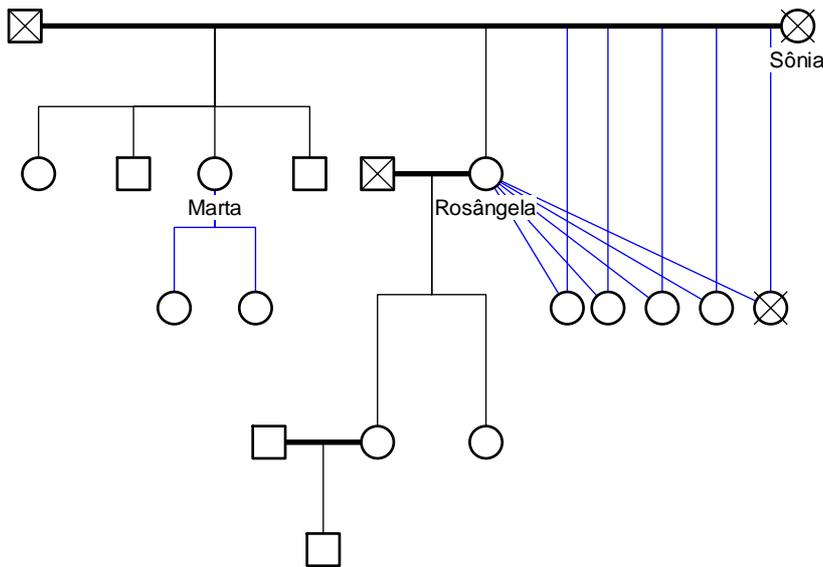
Já Rosângela explica as coisas de outro jeito.

Quando a mãe ficou doente ela me chamou num canto e me pediu para eu me fazer cargo delas. Eu sempre morei aqui, cuidar de crianças é a única coisa que eu sei fazer. E assim eu continuei.

Rosângela é a única das duas irmãs que é referida pelas outras mães substitutas, que nunca mencionam a existência de Marta nem das outras duas jovens sendo cuidadas por esta. Hoje Rosângela é viúva, mora com as duas filhas, uma delas com o companheiro e um filho pequeno, e quatro jovens usuárias do Programa portadoras de deficiência, às quais chama de suas filhas. Porém, Marta e Rosângela não referem só a quatro, mas a seis jovens, ao falar "das meninas". Além das quatro jovens usuárias do Programa que moram com Rosângela, outras duas jovens, também portadoras de deficiência, não registradas como usuárias do Programa, mas que provavelmente

formaram parte do lar de dona Sônia, moram com Marta. Elas recebem uma pensão, e estão sob sua guarda. Olhando de uma perspectiva institucional, Rosângela ingressa ao Programa quando é registrada como responsável do Lar Substituto que antes dependia de dona Sônia. Saindo dessa perspectiva e olhando a forma em que o ingresso de Rosângela se insere na sua trajetória, podemos dizer que o acolhimento de crianças faz parte de toda sua vida.

Diagrama genealógico da família de Sônia, Marta e Rosângela



NOTA: as linhas azuis indicam as crianças colocadas pelo Programa

5.1.3 Motivações, justificativas e representações do acolhimento e da participação no Programa

Os casos de Célia e Rosângela representam duas formas diferenciadas de ingresso ao Programa, mas também duas formas de entender a participação em dinâmicas de colocação de crianças. Rosângela nos apresenta o processo de transferência das responsabilidades do lar como algo natural, na medida em que dona Sônia foi envelhecendo. Esta naturalidade na sua forma de entender o repasse do Lar de uma geração a outra refere-se a uma visão da sua participação na atividade de acolhimento que não envolve só ela, mas uma história familiar da qual Marta, sua irmã de criação, é porta-voz. Ambas formas de explicar a atividade, a de Marta que remonta a sua infância quando foi ensinada pela mãe "a dividir comida e afeto com outras crianças", ou a de Rosângela, que se diz "uma mais que nem eles, só que fui pega na rua, não vim pela

FEDEM referem a práticas de cuidado e acolhimento de crianças como uma atividade familiar para além da participação do Programa.

Célia elabora as motivações para sua participação de forma bem diferente, apresentando-a como uma escolha pessoal, simultaneamente racional e afetiva. Ao conversar com Carmen, assistente social do Programa durante quatro anos, ficamos sabendo que a história pessoal de Célia teve muito a ver com o fato dela ter-se dedicado ao Lar Substituto. Desde pequena, teve que tomar conta dos seus irmãos mais novos, e esteve vinculada ao cuidado de crianças a vida toda. Mesmo assim, a mãe substituta não utiliza estas situações para explicar seu gosto pelas crianças, mas apela a compromissos e dívidas pessoais. Ao contrário do caso de dona Sônia, relatado por Marta e Rosângela, em que se explica claramente como o cuidado de crianças representou para sua família uma forma de aumentar os recursos. Este elemento não aparece no discurso de Célia, no qual ela se apresenta como "em dívida" com a FEDEM. Portanto, considera que está dando e não recebendo ao cuidar dessas crianças.

A diferença nas formas de entender e explicar o ingresso ao Programa Lares Substitutos também se manifesta nas posturas assumidas por cada um dos participantes do lar após o término abrupto dos pagamentos. Apresentando a atividade como uma questão familiar, Rosângela e Marta não participam das reclamações realizadas pelo resto das mães. Marta explica que elas sempre contaram com vários recursos para realizar sua atividade, não dependendo exclusivamente da FEDEM. Em outubro de 2004, devido às dificuldades econômicas e a alguns problemas de saúde de Rosângela, o grupo familiar trasladou-se a Osório. Na última visita que realizamos a sua casa, só ficavam nela Rosângela e a maior de suas filhas, que estavam esperando a venda da casa para se unir ao resto do grupo em Osório, onde já estavam sua irmã, todas as "*meninas*" do Programa, e sua filha mais nova com seu neto.

Quanto a Célia, mesmo reconhecendo que com a suspensão dos pagamentos teve que recorrer à ajuda econômica de sua filha para continuar comprando a medicação de uso contínuo que tanto ela quanto dois dos seus "*filhos do coração*" necessitam, Célia entende a responsabilidade sobre eles como uma questão que não se transfere ao resto da família. Ela se propõe como o único respaldo afetivo desses jovens, assumindo uma responsabilidade que não foi assumida pelos demais membros da sua família biológica. Dessa forma coloca no Estado a responsabilidade legal e econômica para viabilizar e garantir a continuidade da permanência dos três jovens colocados no seu lar, o que entende como seus direitos. Em 2001, Célia começou os trâmites pedindo a guarda legal

das três crianças colocadas na sua família há mais de nove anos. Explicou-nos que não quer solicitar a adoção. Assim poderia cuidar de seus “filhos do coração”, mas sem tirar a parte de responsabilidade que, ela entende, corresponde ao Estado. No caso de um dia não poder mais tomar conta delas, sua decisão não envolveria outros membros da sua família e a responsabilidade voltaria completa para o Estado. Desde então, seu pedido não recebeu nenhuma resposta, o processo está em andamento e as crianças continuam sem nenhum responsável juridicamente determinado até o momento.

5.2 OS USUÁRIOS DO PROGRAMA, INGRESSO, INTEGRAÇÃO E PERMANÊNCIA NOS LARES SUBSTITUTOS

5.2.1 Colocação no lar e ingresso ao Programa

As formas de ingresso de crianças e adolescentes aos Lares Substitutos eram diversas e também integram mecanismos formais e informais. Algumas crianças colocadas nos lares chegaram diretamente a partir das redes de oficiais de atendimento, pelo fato de seus pais serem destituídos do pátrio poder ou por outras razões que as levaram a ingressar no âmbito da assistência pública. Este tipo de colocação era realizada pelos assistentes sociais do Programa. Em outros casos, o ingresso da criança no Lar Substituto dava-se através de redes de conhecimento informais. O fato das mães substitutas “trabalharem com a FEBEM” era em geral reconhecido na vizinhança. O apelo dos Lares Substitutos a redes de conhecimento pessoal para obter doações ou ajuda de comércios do bairro e até para matricular as crianças na escola, as visitas freqüentes de assistentes sociais, pessoas facilmente identificáveis como pertencentes ao âmbito oficial, fazia com que o Lar Substituto fosse facilmente reconhecível. O reconhecimento geral fazia com que em alguns casos, fossem as próprias famílias de origem que colocaram as crianças no Lar ou vizinhos, que conhecendo famílias ou crianças que estavam passando por necessidades faziam o contato²⁵. As crianças acolhidas no Lar tornavam-se usuários do Programa quando os assistentes sociais, chamados ao lar pelas mães substitutas, formalizavam o vínculo com a FEBEM. Estas passavam então a receber *per capita* mensal e rancho além de se beneficiar com os serviços e técnicos disponíveis para os usuários do Programa.

Quando a colocação se produzia nos moldes mais formais em que a FEBEM colocava crianças “abrigadas” nos lares mediante a atuação das assistentes sociais, a

²⁵ Sobre a forma em que famílias pobres utilizam instituições da FEBEM para ampliar os recursos disponíveis para seus filhos ver “A FEBEM como o internato dos pobres”, *Caminhos da adoção*, FONSECA 1995.

escolha e permanência em um determinado lar não ficava necessariamente determinada como no caso em que o acolhimento se produzia mediante redes de vizinhança. Neste segundo caso preponderava o conhecimento anterior das crianças, a inserção na rede de vizinhança e provavelmente a intenção e intermediação da família original para a continuidade no Lar em que ingressaram. A colocação das crianças "da FEBEM", não provenientes do mesmo meio que as famílias de acolhida era mediada por diferentes elementos.

Na ficha de cada Lar Substituto existia um espaço para as preferências da mãe substituta no que dizia respeito às crianças a serem colocadas. As opções geralmente registradas são idade e sexo, por exemplo: "meninas de mais de cinco anos", "meninos e meninas pequenos", etc. Não achamos especificadas opções de cor, apesar de que esta é uma característica muito presente na descrição e explicação de situações de acolhimento e integração familiar que realizam as mães substitutas. Além das preferências registradas nas fichas, o número de crianças que cada lar teria capacidade de acolher (as "*vagas*") e as necessidades de acolhimento concretas da FEBEM, parecem ter sido determinantes maiores na colocação de crianças nos Lares Substitutos. Após a colocação, a relação estabelecida entre crianças acolhidas e família acolhedora acabou sendo uma determinante fundamental na permanência nos Lares Substitutos. Crianças colocadas e famílias de acolhida passavam por um período de "adaptação". A forma de funcionamento de cada lar era determinada fundamentalmente pelas personalidades e critérios dos integrantes da família de acolhida, fundamentalmente as concepções de criação e educação de cada mãe substituta. Isso se manteve apesar do acompanhamento dos assistentes sociais e do apoio técnico dado aos lares substitutos, que variou sua intensidade segundo o momento do Programa. Nas fichas dos diferentes lares, encontramos vários casos de crianças que circularam em diferentes lares até achar um Lar onde se sentissem à vontade ou uma mãe substituta que conseguisse lidar com as situações particulares de cada jovem. Nos casos de crianças maiores, outorgava-se maior importância para a adaptação.

5.2.2 A permanência dos usuários, uma possibilidade não prevista

No planejamento original do Programa, os lares estavam destinados a crianças na faixa etária entre zero e seis anos sem problemas de saúde e que não apresentassem situações de violência na família de origem que pudessem repercutir negativamente no

Lar Substituto²⁶. O caminho esperado para essas crianças seria o de serem adotadas ou retornar com a família de origem. Porém, a permanência na rede de assistência através do Programa é um fato, já que encontramos usuários com mais de quarenta anos nele. A permanência dos usuários nos lares, até mesmo depois da maioridade, assim como a utilização dos recursos do Programa por varias gerações foram provocadas pela falta de planejamento para situações que extrapolavam a abrangência do Programa. Também foi consequência da criatividade com que os recursos do Programa foram utilizados por seus participantes para casos não previstos no seu planejamento, situações em que objetivos do Programa são voluntariamente modificados pelos agentes envolvidos nele.

No primeiro caso, refiro-me, por exemplo, a situações em que grupos de irmãos devem ser colocados. A partir da aprovação do ECA é proibida explicitamente a separação de grupos de irmãos, tanto para a adoção como nas medidas de abrigagem. Através dos registros de colocação podemos ver que a colocação dos grupos de irmãos no mesmo Lar Substituto era uma prática habitual, mesmo antes da aprovação do ECA. Porém, antes e depois do Estatuto a união dos irmãos é mediada pelas possibilidades reais de colocação nos serviços e pelas expectativas dos agentes em relação a eles, principalmente no caso de bebês e crianças pequenas (CARDARELLO, 1998). No caso do Programa Lares Substitutos, a necessidade de manter os grupos de irmãos unidos fez com que a faixa etária prevista na implementação para o ingresso aos lares fosse em muitos casos deixada de lado.

Na segunda situação, refiro-me a casos em que os objetivos planejados eram modificados na prática, não por causa de situações simplesmente esquecidas, mas pelo uso do recurso para casos explicitamente não previstos, como no caso *de portadores de deficiência*. Já que o Programa foi pensado para crianças sem problemas de saúde, a colocação de *portadores de deficiência* gerou uma situação particular. Em alguns desses casos produziu-se a especialização de lares para o cuidado de crianças e jovens *portadores de deficiência*. Isso originou-se no fato de que este cuidado requer alguns conhecimentos e rotinas diferenciadas e, como ressaltaram as pessoas dedicadas a esse tipo de atividade, um interesse e dedicação especial. Para os jovens que não tiveram oportunidade de retornar à família de origem ou de serem adotados, o desligamento do Programa se produzia ao fazer os dezoito anos, cessando os recursos repassados ao Lar Substituto. Porém, para aqueles que apresentavam deficiências não era prevista uma idade de desligamento.

²⁶ Arquivo da FPE, "Estudo e proposta de soluções quanto a situação previdenciária das mães substitutas,

Mesmo fazendo a distinção entre situações inesperadas e modificações propositais, ela não pode ser aplicada tão rigidamente, já que muitas vezes nos encontramos frente a situações contraditórias. Se entendermos a colocação de crianças portadoras de deficiência como um desvio dos objetivos originais do Programa, devemos lembrar que também existem casos de grupos de irmãos em que só um deles apresenta deficiências. Segundo as exigências do ECA, os irmãos não devem ser separados, mas de acordo com o planejado, nem todos os irmãos correspondem ao perfil de crianças a serem colocados nos lares. Este é o caso de Neusa que sendo *portadora de deficiências* intelectuais ingressou no lar de Olga mesmo depois do Programa ser declarado em extinção, devido a seus dois irmãos já estarem colocados no lar. Hoje, eles estão perto de conquistar a maioria, quando devem ser desligados do Programa, enquanto Neusa, mesmo com mais de 18 anos, não tem uma previsão de desligamento.

5.2.3 Colocação regular e colocação transitória: uma distinção na prática

Ao explicar o funcionamento do Programa, quase todas as mães substitutas entrevistadas coincidem em diferenciar duas "modalidades" de Lares Substitutos: o "transitório", em que as crianças eram colocadas provisoriamente na espera de adoção, e o "regular" ou "permanente", em que se esperava que a criança ou jovem permanecesse até completar a maioria. Apesar da clareza e naturalidade com que as mães substitutas descrevem estas duas modalidades de lar, entre os documentos de arquivo não encontramos a partir de 1972 nada que se refira a um sistema de "lar regular". É provável que esta distinção fosse feita no cotidiano por assistentes sociais e famílias substitutas para diferenciar entre duas situações com implicações bem diferentes na hora de acolher uma criança. Muitas vezes, ao conversar com diferentes integrantes das famílias participantes do Programa, ouvimos histórias dramáticas em que crianças saíram do lar, por adoção ou retorno à família de origem. De todas estas, as situações de adoção internacional geralmente associadas, na ótica das mães substitutas, a tráfico de órgãos e outras formas de comércio ilegal são as relatadas com maior indignação e pesar pelas famílias de acolhida.

Em dezembro de 2002, todos os usuários do Programa encontravam-se de fato na modalidade de colocação permanente, mas nem sempre foi assim. Muitas mães substitutas dizem ter começado com lares transitórios e passado à modalidade permanente na medida em que algumas dessas crianças iam ficando nos lares a espera

de adoção, diminuindo suas oportunidades na medida que passava o tempo. Certamente foi isso o que aconteceu no caso de Célia. Seu lar tinha um perfil específico para atender crianças entre 0 e 2 anos. O grupo de três irmãos que hoje se encontram com ela entrou também de forma transitória através de Henrique, o mais novo dos irmãos, primeiro a ser colocado e o único dentro da faixa etária prevista para o lar. Ele apresentava sérios problemas de desnutrição e algumas dificuldades de desenvolvimento devidas a problema de alcoolismo durante a gravidez da mãe, segundo nos explica Célia. A mãe substituta se orgulha de ser uma das pessoas do Programa que lidava melhor com esse tipo de problemas e, entre todas as situações que descreve, a de Henrique aparece como uma das mais trágicas e das que mais se orgulha pelos resultados. O menino assim como tantos outros (Célia diz ter cuidado de 180 crianças enquanto foi responsável pelo lar) foi colocado no lar para se recuperar destes problemas. Posteriormente, uniu-se a ele as duas irmãs. Sendo aquém do perfil de crianças procurado por casais adotantes, eles permaneceram no lar (MARTINHO, 2004 - COSTA, 1991). Tratava-se de um grupo de irmãos, já maiores e apresentando problemas de desenvolvimento e personalidade. Ninguém apresentou interesse pela sua adoção e eles ficaram no sistema de lar regular morando com a mãe substituta, a quem hoje chamam de avó.

5.2.4 Permanência no “lar transitório” e adoção no “lar regular”

Outros lares nos mostram casos de movimento no sentido inverso, em que usuários do Programa colocados em Lares Substitutos permanentes foram adotados. Valquíria nos diz que o seu foi considerado sempre “lar regular”. Nele era colocado um número menor de crianças e geralmente aquelas um pouco mais velhas, e portanto com poucas possibilidades de adoção. Já na primeira entrevista, Valquíria nos contou dois episódios de adoção internacional de crianças colocadas no lar. O caso que ela traz à conversa em mais oportunidades é o de um grupo de três irmãos, Juliana, Michele e Angel que foram adotados por um casal belga. A maior das irmãs tinha uma doença e acabou falecendo tempo depois quando já morava com os pais adotivos. A mãe substitua está absolutamente convencida de que o casal estava envolvido em tráfico de órgãos. Valquíria apresenta a situação com suma dramaticidade, apresentando a adoção como o desencadenante dos problemas que levaram à morte de Juliana, mesmo quando reconhece que ela tinha problemas de saúde desde pequena. Ao descrever o caso, parece convencida de que a integração das crianças nessa família não seria a de “verdadeiros filhos” e que se estas não fossem utilizados como provedores de órgãos, no mínimo iram

prestar serviço doméstico. Tanto a figura como a atitude dos pais, que fizeram uma breve visita na casa da Valquíria, mas especialmente a da mãe adotante, são apresentadas pela mãe substituta como inapropriadas. Os questionamentos morais ao casal começam desde sua composição: *"Ela era bem mais velha do que ele... deveriam ter um caso"*. Mas refere fundamentalmente às motivações da adoção

Para que um casal branco vai querer uma criança negra?... pra fazer de escrava. Ela [a mãe adotante] mal falava português, eles [os irmãos adotados] estavam se despedindo de nós, aí ela olhou daquele jeito e disse: seu tempo terminou, vamos embora, e levou as crianças que ficaram chorando.

O segundo caso é o de Fernando e Caroline, até hoje morando com Valquíria. Os dois irmãos iriam ser adotados por um casal alemão, mas o processo de adoção fracassou. Valquíria explica este fracasso como consequência de sua insistência com a assistente social de que os irmãos não sairiam do seu lar. Olhando de fora e em perspectiva, parece mais provável que as causas do fracasso do processo de adoção sejam outras, perda de interesse por parte do casal ou impedimentos da parte do judiciário. Porém, quando Valquíria nos explica o quanto ela teve que lutar para impedir que seus filhos fossem levados para Europa nos mostra a forma em que a colocação desses jovens no seu lar era vivida pela mãe substituta.

Outra adoção internacional, esta vez para França, aconteceu no Lar de Clarissa. Ela conta em termos parecidos a história das últimas três crianças que acolheu, um grupo de irmãos que foi adotado por um casal francês. Fui visitá-la sem um horário marcado, já que não tinha seu telefone, só o endereço. Ao chegar na sua casa não a encontrei, e sim seu neto, um menino gordinho de uns sete anos e muito falante, que por acaso não tinha ido à escola esse dia. Ele estava no portão conversando com um vizinho, e viu-se interessado pela minha presença e sotaque, perguntando-me se era mexicana. Fiquei um tempo conversando com o menino, esperando a volta de sua avó. Depois soube que estava junto ao marido no hospital onde seu irmão tinha sido internado esse dia. Até ela voltar, tive oportunidade também de conversar com suas filhas e nora, que muito entusiasmadas me contaram histórias de diferentes crianças acolhidas, todas elas por intermediação do Programa, e de como Clarissa dava conta das situações inesperadas que estas lhe apresentavam. Quando chegaram do hospital, só consegui conversar com a mãe substituta devido à insistência de suas filhas. Clarissa mostrou-se cansada e pouco a fim de falar. Disse-me que faz tempo não participava mais do Programa, e que não gosta muito de falar ao respeito. *"É que a gente sofre muito com essas coisas. Até hoje eu não me conformo de não ver mais aquelas crianças. Não gosto de lembrar disso"*.

Tive que insistir bastante em marcar uma entrevista, a qual Clarissa aceitou só depois de eu falar de várias das mães substitutas que ambas conhecíamos. Já no segundo encontro ela conta detalhadamente a história das sete crianças que passaram por seu lar, as três últimas um grupo de irmãos que foi em adoção internacional. À diferença de Valquíria que desqualifica os pais adotantes, Clarissa dá muito mais ênfase à angústia das crianças “já grandes” ao ter que deixar o lar para morar com pessoas que “*nem falavam sua própria língua*”. Descreve a maneira em que eles choravam quando saíram e conta que o menor se escondia e se amarrava na sua saia para não ser levado. Ao falar dos pais, explica que “*pareciam simpáticos, chegaram aqui com um tradutor. Eu não entendia nada do que eles diziam, nem eles o que eu ou as crianças falavam*”.

Clarissa diz não acreditar em boatos que relacionam adoção internacional e tráfico de órgãos. Acha que as crianças devem estar bem e já falando francês. Explica que teve oportunidade de ver uma foto delas com os pais adotivos enviada ao JIJ, em que as três crianças andavam de bicicleta, o maior deles tinha os joelhos machucados. A mãe substituta explica que não interpretou isso como uma indicação de maus-tratos, como alguém mal intencionado poderia fazer, mas como a consequência natural de uma criança com problemas motores, frente a experiência nova de uma bicicleta. Porém, tanto ela quanto sua nora, falaram da angústia que Clarissa passou quando os boatos de tráfico de órgãos começaram. A separação destas três crianças é apresentada pela mãe substituta como uma coisa “ainda não resolvida”. Tal como disse no primeiro encontro, a ausência das crianças ainda dói e isso faz com que não queira falar no assunto. Um dado importante é que com a partida destas três crianças o lar de Clarissa foi fechado. Estas eram as únicas três crianças colocadas nesse momento no Lar Substituto e o Programa já estava em extinção, razão pela qual não acolheu mais crianças.

5.2.5 Lares regulares e adoção internacional

Nos três casos que apresentei, a distinção entre “lar transitório” e “lar regular” funcionou menos como uma forma de determinar o tipo de lar e muito mais como uma classificação do perfil das crianças colocadas. Este perfil tem relação direta com as expectativas depositadas sobre esses jovens e crianças nos lares, o que não implicou uma garantia de permanência. Assim, os lares específicos para *PPDs* eram considerados lares regulares, já que ninguém esperava a adoção deles. Da mesma forma, o lar de Célia era considerado transitório pelo fato de especializar-se no cuidado de crianças pequenas, com alta demanda de adoção. Em algumas situações, estas expectativas não se realizaram e a

partir delas ficou claro como a distinção entre os lares envolve situações práticas e não se refere a uma diferenciação oficial. Vemos então que a diferenciação entre lares transitórios e lares regulares não se realizava a partir de distinções jurídicas, já que na maioria dos casos não existia diferença no tipo de vínculo legal entre lar substituto e criança, mas em termos de expectativas tecidas em torno da permanência de crianças e jovens na família.

Uma explicação para o fato das adoções internacionais serem vividas mais dramaticamente do que outras situações de separação das crianças como a adoção nacional ou o retorno na família de origem poderia ser dada a partir do próprio fato delas serem internacionais. Estas adoções se realizavam com pais provenientes de países com línguas diferentes e os casais estrangeiros tinham pouco ou nenhum domínio do português. Os boatos de comércio clandestino de seres humanos e tráfico de órgãos colaborou para a má imagem deste tipo de adoção entendida por muitos como uma ferida ao orgulho de uma nação que não oferecia um futuro a suas próprias crianças (ABREU, 2002). Sem desconsiderar estes elementos, gostaria de propor uma outra interpretação para as histórias de adoção internacional e que tem direta relação com a distinção entre lares transitórios e lares permanentes.

Existe um claro perfil de crianças preferidas pelos casais candidatos à adoção. Este perfil corresponde a crianças pequenas, brancas sem problemas de saúde e de sexo feminino, mas principalmente a preferência refere-se a bebês²⁷. Em geral procura-se uma criança, mas a maioria das crianças têm irmãos, e a partir do ECA, estes têm que ser adotados em grupo. A grande maioria das crianças com pátrio poder destituído e que esperam adoção não correspondem à imagem que geralmente trazem os casais interessados e, portanto, não são adotadas. O sistema de adoção internacional foi considerado durante algum tempo como uma alternativa válida para a colocação destas crianças consideradas como sem possibilidades de adoção nacional. O mesmo perfil de crianças e jovens que eram "destinados" a este tipo de adoção são os que, dentro dos lares substitutos, faziam o trânsito do sistema de lar temporário a permanente. Quando a adoção internacional era uma possibilidade ainda valorada e fomentada pelas autoridades, alguns jovens e crianças colocados nos lares em modalidade "regular" e dos que se esperava sua permanência foram desligados através do sistema de adoção internacional.

²⁷ Sobre a forma em que as preferências em relação a acolhimento e adoção foram se modificando ver ZELIZER, Viviana. "Repenser le marche. La construction sociale du "marche aux bébés" aux Etat-Unis, 1870-1930". Actes de la recherche en sciences sociales, n° 94. Setembro 1992, 3-26

Com as duas modalidades de Lar Substituto, produziram-se situações de adoção e retorno à família de origem, mas entre os lares que acolhiam bebês e crianças pequenas a adoção era uma situação não só provável, mas, em certa medida, desejável. Nos casos em que as crianças acolhidas eram maiores, grupos de irmãos ou apresentavam algum tipo de deficiência, problemas de desenvolvimento ou de saúde, as probabilidades e expectativas das crianças ficarem no lar eram maiores, e raramente contrariadas pelos casos de adoção nacional. Com mais anos de convívio, e provavelmente com uma integração maior na família, a adoção internacional aparece para as famílias acolhedoras como uma possibilidade não prevista de perda desses jovens, já em “colocação regular”. Durante uma caminhada até a casa de Juracema, tivemos oportunidade de perguntar a Fernando, um dos supostos “favorecidos” que iria sair do sistema de assistência e “ganhar uma família”, o que ele achava de ter-se frustrado sua possibilidade de ir para Alemanha. Contrariando nossas expectativas, ele respondeu naturalmente,

Eu ir para Alemanha, nem morto! Imagina eu indo pra um lugar que não conheço, com gente que não conheço. O que eu queria era ficar aqui, com meus pais [Valquíria e seu marido].

A fala de Fernando deve ser entendida no seu contexto, anos depois de que a possibilidade de adoção não se concretizasse, e ainda morando com Valquíria. Seu caso nos ajuda a compreender e problematizar a forma em que usuários do Programa e famílias acolhedoras enxergavam a situação de colocação, a divisão entre duas modalidades de lar e as expectativas geradas a partir dela.

5.3 RESPONSABILIDADES E VÍNCULOS JURÍDICOS ENTRE FEBEM, LARES SUBSTITUTOS E USUÁRIOS DO PROGRAMA.

5.3.1 Estatuto legal dos usuários do Programa: uma ampla gama de situações indefinidas

O tipo de vínculo existente entre usuários e famílias acolhedoras era muito variado, tanto no que se refere a relações cotidianas como a vínculos jurídicos. O vínculo legal entre os responsáveis pelos Lares Substitutos e a FEBEM, assim como as responsabilidades jurídicas das mães substitutas para com os usuários nunca esteve claramente definido, apesar dos esforços realizados a partir de 1972 para dar um marco legal ao Programa. O estatuto jurídico de crianças, jovens e *PPDs* foi sempre indefinido, não existindo uma fórmula oficial em que ficasse estabelecida a colocação no lar. Entre os arquivos da FPE, encontramos um alto número de projetos para a regulamentação do vínculo jurídico das mães substitutas e a FEBEM-FPE tentando defini-lo, ora como

voluntariado, ora como trabalho. Estas tentativas começam a partir dos reclamos por direitos sociais que as mães substitutas realizaram, o que produziu importantes inconvenientes à instituição. À diferença disso, não se encontra entre esses documentos nenhuma tentativa para dar uma definição ao vínculo jurídico dos usuários em relação aos Lares Substitutos ou à FEBEM. Esta situação de indefinição não produziu nenhum tipo de inconveniente a instituição, mas como veremos, sim aos usuários do Programa.

No momento da suspensão dos pagamentos dos 28 usuários colocados nos lares, 17 eram *portadores de deficiências* e ultrapassavam a idade prevista para a ação da FPE. Dos 11 restantes, 9 adolescentes e 2 crianças, só uma adolescente –Ana Paula– se encontrava sob guarda da mãe substituta. Alguns deles ainda se encontravam em processo de preparação para adoção, processos que tinham sido abandonados ou esquecidos, sem nunca ter tido término. Em alguns casos a situação era ainda mais problemática, com expedientes perdidos.

Fernando, filho de criação de Maria Valquíria, que mora no seu lar há mais de dez anos, contou-nos, na mesma conversa em que nos falou sobre a história da sua possível adoção internacional, como depois de ter procurado muito, perdeu um trabalho de vigilante noturno pelo fato de ser menor de idade. Não conseguiu a assinatura de um adulto responsável por ele, que lhe permitiria assumir o emprego. Há tempos não tem contato com sua mãe biológica, quem aparece na sua identidade. A mãe substituta não poderia assinar, já que legalmente não existe nenhum vínculo entre eles. Apesar do tempo transcorrido, a guarda ainda estava no abrigo do qual tinha sido enviado para o Lar Substituto. Porém, na própria FPE não souberam informá-lo sobre esse fato, que só iria ser descoberto com a intervenção de Roberto, advogado e militante dos Direitos Humanos que procurara esses dados durante o processo de reclamações.

Situações do mesmo gênero são relatadas por outras mães em relação à utilização de serviços públicos. A indefinição em relação à guarda dos usuários do Programa gerou muitas dificuldades para as crianças e jovens colocados, na hora de realizar trâmites, se matricular na escola, utilizar os serviços de saúde ou viajar. Em geral as mães substitutas explicam que não tinham grandes problemas para realizar as matrículas da escola, já que o fato delas “trabalharem para a FEBEM” era conhecido na vizinhança. Portanto, ninguém na escola criava problemas quando não apresentavam toda a documentação necessária das crianças, certidões de nascimento, por exemplo. No caso dos serviços de saúde, a situação complicava um pouco. Em muitos casos as mães substitutas tiveram que recorrer à presença dos assistentes sociais do Programa para certificar seu vínculo com as

crianças. Marli nos relatou várias situações embaraçosas pelas quais passou pelo fato dela ser negra e as crianças acolhidas brancas. Até um caso em que um médico da Santa Casa não queria deixá-la retirar uma criança por não acreditar que ela era a responsável.

Em alguns casos, as famílias acolhedoras começaram a tramitação de guarda oficial ou adoção. Ao ler os relatórios das visitas, realizadas pelos assistentes sociais aos diferentes lares, podemos observar uma valoração positiva frente à verbalização de intenções de adoção ou tramitação de guarda, por parte das famílias acolhedoras²⁸. É provável que a formalização legal do vínculo fosse uma forma de garantir a permanência de jovens do Programa integradas a seus lares. O pedido de adoção, tal como o de termo de guarda, podem ser interpretados como o interesse manifesto da família acolhedora pela permanência da criança no lar. Porém não deve ser tomado como o único indicador de integração na família, já que nem sempre o interesse na permanência se transfere automaticamente na oficialização de um vínculo legal. Já que não parece existir nenhuma forma de adoção subsidiada no ideário do Estado, as famílias acolhedoras logo entenderam que a adoção significaria o fim de qualquer apoio institucional. Assim, o interesse pela adoção, provavelmente se produzia quando a família acolhedora não dependia dos recursos do Programa para a manutenção da criança²⁹.

Nos casos em que o vínculo formalizou-se através da adoção, os jovens adotados foram desligados do Programa, cessando o pagamento do *per capita* e o acompanhamento técnico. A responsabilidade pela criança ou adolescente ficavam então a cargo dos pais adotivos, não cabendo mais aos poderes públicos decidir sobre o destino desses jovens. Em outras palavras, a adoção gera a perda dos recursos antes providos pelo Programa, mas garante a permanência da criança, integrando-a legalmente à família. Não temos informações sobre se a obtenção do termo de guarda impediu ou não a adoção das crianças colocadas no lar, já que não achamos registros nem relatos sobre esses casos³⁰. Nem todos os pedidos de guarda legal tiveram respostas positivas, mas existem alguns casos de obtenção do termo de guarda por parte das famílias acolhedoras.

²⁸ Essa atitude favorável coincide com a idéia de que a adoção é a mais prestigiosa das alternativas possíveis e imaginadas entre as pessoas envolvidas no campo e na sociedade em geral para crianças afastadas da família de origem por esta não possuir as condições entendidas como necessárias para a conservação de seus filhos (CARDARELLO, 1998 - ABREU, 2002).

²⁹ Menezes (1997) no seu estudo sobre o programa de famílias substitutas em Fortaleza, Ceará, relacionou as formas em que variáveis econômicas influem diretamente no tipo de vínculo entre usuários do programa e famílias de acolhidas. Mostrou que as possibilidades da família de acolhida de prescindir do *per capita* correspondente a cada usuário é uma das determinantes mais importantes na decisão de adoção.

³⁰ Legalmente o termo de guarda legal outorga responsabilidades temporárias sobre a criança ou o adolescente, sendo uma medida antecedente a adoção (CHAVEZ, 2004).

Em geral, estes jovens permaneceram no Programa na mesma situação que a grande maioria dos usuários não tinham um vínculo jurídico com seus pais de acolhida.

Em alguns casos, a tramitação do termo de guarda foi rejeitada pelas mães substitutas achando que a guarda legal implicaria responsabilidades equivalentes às da adoção e geraria o desligamento do Programa. Esta suspeita se baseia não somente na confusão de termos (em muitos casos refere-se a guarda e adoção como sinônimos), mas na indefinição legal da situação. O risco de desligamento do Programa ao assumir a guarda foi explicitado em algumas ocasiões pelos próprios assistentes sociais. Esta informação foi confirmada tanto por técnicos quanto por mães substitutas entrevistadas. De fato, não existia nenhuma normativa referente a quem deveria ter a guarda das crianças, o Estado ou as mães substitutas, nem se o fato delas possuírem a guarda implicaria a perda de qualquer auxílio por parte do Estado.

Paradoxalmente foi a falta de definição no vínculo legal estabelecido entre os Lares Substitutos e os jovens do Programa o que utilizou o Secretário de Trabalho da Secretaria de Trabalho Cidadania e Assistência Social para explicar a suspensão do Programa. No entanto, esta indefinição fez parte de uma situação que escapava ao controle dos responsáveis dos Lares Substitutos. Muitas das tentativas de legalizar o vínculo entre os lares substitutos e os usuários através de um pedido de guarda por parte das famílias acolhedoras individualmente ou coletivamente fracassaram.

5.3.2 As mães substitutas e a FEBEM: trabalhadoras ou voluntárias?

Uma outra situação muito complexa e indefinida era apresentada na relação entre os responsáveis pelos Lares, as mães substitutas, e a FEBEM e FPE. A partir de 1980, em todos os documentos da FEBEM referidos ao Programa Lares Substitutos, o vínculo das mães substitutas com a instituição é tratado como "trabalho voluntário". Elas não recebiam um salário por seu trabalho e sim uma quantidade mensal de dinheiro denominada *per capita* pelo cuidado de cada criança que deveria ser destinado a sua manutenção.

Este estatuto de "voluntário" dado ao trabalho, além de ser reiterado nos documentos, é freqüentemente mencionado pelas mães substitutas. Assim nos explicou Nilda durante o primeiro encontro, em que nos falava sobre o funcionamento do Programa. "*o nosso trabalho é voluntário, a gente nunca recebeu salário por cuidar das crianças, embora fosse mais do que um trabalho*". Na explicação podemos observar que a mãe substituta refere-se não à forma em que ela considera a atividade, mas à forma em

que ela é qualificada institucionalmente. O caráter voluntário da atividade fica explícito no fato de não receber salário por ele. Porém, logo explica que a atividade de mãe substituta era “*mais do que um trabalho*”. Perguntamos a Nilda pelas demandas trabalhistas realizadas por algumas mães substitutas. Sem parecer se incomodar pelo fato de pouco tempo antes ter considerado sua atividade como voluntária, respondeu-nos que ela também tentou um processo contra a FEBEM, e até ganhou. Porém, a FEBEM apelou o caso e o advogado aconselhou-a a deixá-lo, já que dificilmente conseguiria obter o dinheiro que estava reclamando, pela FEBEM ter maiores recursos burocráticos além de não contar com o dinheiro para pagá-la. Vemos, então, que a classificação dessas “voluntárias” não corresponde a maneira em que elas consideram sua atividade, nem ao caráter das responsabilidades que lhes foram atribuídas FEBEM/FPE. Tem uma razão estritamente administrativa imposta pela FEBEM.

Este sentimento pode ser observado em variadas situações ao conversar com as mães substitutas ainda em atividade ou aquelas que já tinham-se retirado da atividade. Algumas delas usaram o exemplo de Maria Rosa, a única mãe substituta que conhecemos que conseguiu se aposentar pelo INSS. Variados elementos ajudam a reconhecer a atividade de acolhimento realizada no marco da participação no Programa Lares Substitutos enquanto um trabalho. Em geral, o vínculo estabelecido com a FEBEM tinha um caráter constante e sempre que ficava uma vaga em algum lar esta era logo preenchida por outra criança. As mães substitutas mantinham um estreito vínculo com a FEBEM, assistiam a reuniões mensalmente, eram capacitadas mediante cursos de cozinha, nutrição, pronto socorro etc. Várias delas receberam diplomas e até placas pela quantidade de anos dedicados. Algumas desenvolveram atividades e conhecimentos específicos. Assim encontramos Célia, que diz ser conhecida como especialista na recuperação de bebês com problemas de mal-nutrição. Ou dona Sônia, cujas filhas dizem que ela se orgulhava pelo fato de pegar somente crianças *portadoras de deficiências*, que eram as que tinham maior necessidades de um lar. A conta exata da quantidade de crianças que passaram pelo lar, o que se repete em vários depoimentos das mães, pode ser entendido como um outro indicador da institucionalidade com que as mães entendem seu papel. Embora não recebessem um salário, em muitos casos o cuidado de crianças acabava sendo uma forma de trabalho dentro do lar, que aumentava as rendas do grupo familiar agregando o valor *per capita* de varias crianças. Isto permitia distribuir os recursos dedicados basicamente a alimentação entre todos os integrantes do núcleo familiar. A partir destes elementos, entendendo que sua atividade constituía realmente

um trabalho, algumas mães iniciaram ações judiciais contra a FEBEM, reclamando direitos trabalhistas. Tanto através dos documentos de arquivos como da reiterada aparição do motivo trabalhista nas falas de funcionários do governo que justificam o fracasso e a suspensão do Programa, podemos observar que estas ações judiciais tiveram importantes implicações.

5.4 PREVISÕES, INTENÇÕES E POSSIBILIDADES: FAZENDO O PROGRAMA FUNCIONAR

Através da apresentação dos casos etnográficos tentei mostrar como a realidade do Programa Lares Substitutos foi modelada pelas instancias do planejado, o possível, o necessário e o realizado em diferentes graus, dependendo do caso e o contexto. As práticas cotidianas dentro de qualquer programa de assistência modificam, às vezes mais, às vezes menos, o escrito e planejado pela administração. Adriana Vianna (2002) chama a atenção para o espaço não regulamentado na realização de programas públicos de assistência. Entende esses espaços como mecanismos que permitem a transformação de programas planejados a realidades concretas através da constante reelaboração na prática do que foi concebido teoricamente. Vimos que essa reelaboração prática se deve em parte às situações cotidianas infinitamente mais complexas do que as possibilidades imaginadas. Por exemplo quando o vínculo entre irmãos se contrapõe a uma faixa etária estabelecida para o ingresso à instituição ou lar substituto. Contudo, não são somente esses "imponderáveis da vida cotidiana", mas também as ações das pessoas envolvidas no Programa, que agem para renegociar os objetivos do mesmo, tentando adaptá-los a diferentes fins.

Podemos agora afirmar que foi através dessa reelaboração dos objetivos e mecanismos previstos para seu funcionamento, que a prática oficial de colocação de crianças manteve sua continuidade durante mais de cinquenta anos. Ao analisar as formas de funcionamento do Programa Lares Substitutos vemos que não são as práticas cotidianas e as formas de funcionamento as que se ajustam ao Programa planejado e implementado desde instâncias oficiais. É o próprio Programa que na prática cotidiana se apropria das práticas de acolhimento familiar já existentes. Disponibilizando recursos materiais e profissionais, os diferentes modelos de colocação familiar, entre os quais o Programa Lares Substitutos, aparecem como formas de ampliar e regrar essas práticas trazendo-as para a órbita do Estado e incluindo crianças dos serviços de assistência. Assim, mais do que uma reelaboração na prática dos objetivos planejados, o Programa se

apresenta como a reelaboração através do planejamento de práticas já presentes de acolhimento familiar. Como vimos, seus participantes realizaram, de formas diversas, a apropriação dos recursos disponibilizados pelo Estado e dos disponibilizados nas redes de solidariedade, construindo a experiência do Programa Lares Substitutos.

No entanto, a elaboração dessa experiência e o encontro desses diferentes elementos nem sempre foi harmônico, como mostrei em cima, ao trabalhar com a definição dos vínculos e responsabilidades entre FEBEM/FPE, Lares Substitutos e usuários do Programa. No que refere à definição do vínculo empregatício entre responsáveis pelos lares e FEBEM/FPE, a situação foi de particular confronto. Foi a partir destes “desajustes” mais conflituosos, entendidos como “irregularidades”, que as autoridades da FPE decidiram a suspensão do Programa. No próximo capítulo abordo a visão e a experiência de outros agentes envolvidos no funcionamento do Programa. Teremos assim uma outra cara do seu funcionamento e poderemos entender o processo que levou a sua suspensão.

CAPÍTULO 6

OS LARES SUBSTITUTOS E SUAS AVALIAÇÕES

Ao começar o trabalho, diferenciei três momentos na prática oficial de colocação de crianças. O primeiro de 1946 a 1972, momento em que a colocação era executada diretamente pelo Serviço Social de Menores (SESME). A partir de 1972 começa a formalização das práticas de acolhimento, constituindo-se o Programa Lares Substitutos. Por último, entre 1994 e 1996, encontramos uma quebra na história do Programa. Este período coincide com o processo de implementação do ECA, que leva às mudanças de nomes e a sua declaração "*em extinção*". Essa declaração implica a suspensão (com algumas exceções) da colocação de crianças nos Lares. Com estas mudanças começaria um outro momento do Programa até sua suspensão em janeiro de 2003. Esses três momentos correspondem a diferentes concepções de família e infância, entendidas enquanto problema social, sujeitos de assistência ou sujeitos de direitos.

Depois de ter analisado a experiência das famílias participantes, neste capítulo trago a visão de outros agentes vinculados de forma administrativa ou por interesses políticos. Alguns deles estiveram tão envolvidos nessa experiência quanto as famílias acolhedoras, mas participando com outros papéis e funções, na implementação, avaliação e tomada de decisões. Em muitos casos essas avaliações tiveram relação direta com a continuidade do Programa. Tento entender a forma em que as diferentes visões sobre Programa Lares Substitutos se relacionam com os momentos políticos e as correntes de pensamento em relação a infância, família e assistência pelas quais a experiência atravessou. Proponho entender a relação desses movimentos com o fechamento do Programa Lares Substitutos em janeiro de 2003.

6.1 DA FEBEM A FPE: AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA A PARTIR DO ECA

Até o ano 2000, todos os Programas de assistência à infância dependiam da FEBEM, órgão estadual que se ocupava tanto das medidas de bem-estar, quanto das medidas sócio-educativas. Seguindo as indicações do ECA sobre descentralização dos serviços e divisão entre medidas de proteção e medidas sócio-educativas, esse ano a FEBEM é dividida em diferentes órgãos estaduais e municipais. Encontramos nesse momento uma grande variedade de programas, dependentes de diferentes instituições religiosas, organizações não governamentais (ONG), órgãos municipais como a Fundação Assistência

Social e Comunitária do Município (FASC) e estaduais como a Fundação de Proteção Especial (FPE). Dentro deles, técnicos, funcionários administrativos e agentes políticos levavam a frente às políticas de proteção para esses jovens. Além disso, existe também o Juizado de Infância e Juventude (JIJ), os Conselhos Tutelares (CT) e uma variedade de fóruns e conselhos em que os diferentes agentes se organizam para a troca de experiências e discussão. Todos eles conformam o que poderíamos chamar de "campo das políticas públicas de assistência" (CARDARELLO, 1998) que envolve diferentes agentes trabalhando no planejamento, implementação, avaliação, e tomada de decisões de posições diferenciadas.

A diversidade dos serviços oferecidos, como a dos agentes envolvidos, dificulta, num primeiro momento, a compreensão global da forma em que estes se estruturam. Isso se traduz também na dificuldade tanto das pessoas externas como das envolvidas no campo para reter os nomes das diferentes instâncias e na dificuldade para abandonar a denominação FEBEM, utilizada como forma rápida de situar os interlocutores. Entre as pessoas envolvidas, existe um amplo conhecimento tanto dos diferentes serviços oferecidos, como das pessoas que trabalham neles. A especificidade desse trabalho faz com que exista uma alta mobilidade, tanto dos técnicos como dos usuários entre os diferentes serviços. Esse é o caso de Carmen, assistente social do Programa Lares Substitutos durante quatro anos. Ela começou trabalhando na FEBEM, numa grande instituição para crianças portadoras de deficiência nos moldes de uma instituição total e que foi desmantelada com as primeiras medidas de implementação do ECA. Passou então a trabalhar nas Unidades Residenciais³¹, primeiro como assistente social e depois como diretora do setor, cargo em que não se sentia "*à vontade*". Explica que para conseguir sair desse lugar assumiu o trabalho no Programa Lares Substitutos, que "*ninguém queria aceitar*". Trabalhou quatro anos no Programa. Hoje é assistente social de quatro abrigos residenciais da FPE e participa como voluntária numa instituição que faz tratamentos de desintoxicação. Outro caso dessa mobilidade é o de Roberto, assessor de um vereador do PT que faz da "infância" um dos eixos da sua plataforma política. Roberto trabalhou na FASC durante o período em que o vereador ocupou sua presidência. Além disso trabalha numa ONG dedicada a implementar programas de assistência a famílias e crianças pobres e é militante em vários âmbitos de Direitos Humanos.

Podemos dizer que tanto os programas dirigidos à infância pobre e suas famílias implementados no Estado de RS, quanto as instituições que os realizam estão marcados

³¹ Pequenas instituições que albergavam entre 12 e 15 crianças e adolescentes de ambos os sexos.

pela falta de continuidade nas políticas de assistência³². Isso se deve tanto a mudanças na orientação política dos diferentes governos à frente do Estado e municípios, quanto a diferentes correntes de pensamento em torno do “bem-estar das crianças” (se seguimos a proposta do Código de Menores de 1979) ou a “proteção integral” (se utilizamos a terminologia do ECA). Um caso claro destas mudanças é o próprio Programa com que estamos trabalhando. Sua suspensão foi decidida em janeiro de 2003 com a mudança de partido no governo do Estado, do PT para o PMDB. Com cada mudança de governo a nível estadual ou municipal a presidência dos diferentes órgãos muda. Com ela mudam também os cargos de confiança, os enfoques e as políticas levadas a cabo.

Movimentos de opinião e correntes de pensamento locais, nacionais e internacionais têm uma forte influência sobre os diferentes modelos e programas aplicados. Um exemplo deste tipo de mobilização é a gerada em torno da adoção internacional a partir das denúncias de tráfico de órgãos e de crianças. Essas denúncias mudaram a imagem deste procedimento e fizeram com que diminuísse de forma importante o número de adoções realizadas (ABREU, 2002). Tratados internacionais e outros códigos nacionais influenciam também na elaboração das leis nacionais. O próprio ECA, entendido como uma conquista de direitos a partir de movimentos populares, responde as exigências da Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas de 1989, tratado internacional ratificado pelo Brasil. Sua aprovação faz parte de um movimento global de atualização de legislações nacionais que reformularam as concepções jurídicas até então relacionadas aos “menores” (FONSECA, 2004)

A esta instabilidade no campo das políticas públicas, devemos agregar o fato de encontrarmos um campo permanentemente tencionado pela escassez de recursos disponíveis em relação à tarefa que se propõe realizar, composto por pessoas muito heterogêneas e com posições bastante divergentes (PESSANHA, 1999 - CARDARELLO, 1998). A constante tensão entre o suposto ideal escrito no ECA, as diferentes interpretações e as formas reais de pô-lo em prática, em que se fundem concepções particulares de “bem-estar” e “direitos” de crianças e adolescentes e possibilidades reais de ação, fazem com que as relações dentro do campo sejam marcadas por fortes tensões. Diretamente relacionado com as representações que a sociedade faz de si mesma em torno dos elementos morais, afetivos, as propriedades relevantes para

³² Delma Pessanha (1999) ao analisar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) destinado à saída das crianças e adolescentes do trabalho no cultivo de cana de açúcar e reinserção na escola, desenvolvido no Estado de Rio de Janeiro entre 1991 e 1996, apresenta os problemas que este tipo de discontinuidade traz na implementação do programa, determinação dos objetivos e fundamentalmente na adesão das famílias a quem é dirigido.

determinar o lugar no espaço social dentro do campo não são dadas unicamente pela posição de cada agente mas também por elementos simbólicos, a "dedicação", "disponibilidade" e o "afeto" com que se realiza o trabalho. Encontramos em todos os agentes algo que poderíamos chamar de um sentimento de "missão", em relação a seu trabalho, como alguma coisa que transcendesse uma mera atividade trabalhista e, simultaneamente, uma sensação de "incompletude" desse trabalho, determinada pela permanente demanda de mais serviços, e um "ideal", sempre construído com base no ECA, que excede a capacidade dos serviços tal como estão dispostos na atualidade (KOLLER e SANTANA, 2004).

Tanto entre as pessoas envolvidas no campo como na sociedade civil em geral, existe um relativo consenso no que se refere à legitimidade do novo Estatuto enquanto uma lei que "reflete" os direitos de crianças e adolescentes. Diferentes concepções em relação à infância e à adolescência foram unificadas pela idéia de direitos da criança como "prioridade absoluta", expressa no ECA. O Estatuto é visto simultaneamente como um ideal a atingir mediante as ações de proteção às crianças e adolescentes e como a norma que deve regulamentá-las. Sua legitimidade provém, por um lado, do seu processo de criação, considerado como um processo de consulta em que os agentes envolvidos puderam dar sua opinião. Por outro, do fato de ser considerada uma "lei do primeiro mundo" por refletir uma série de concepções valorizadas internacionalmente, como o abandono da categoria de "menor" para adotar a de "crianças" e "adolescentes" e a valorização do lugar delas na sociedade enquanto sujeitos de direitos e não como seres passivos (FONSECA e CARDARELLO, 1999). Este entusiasmo em relação às capacidades do ECA para começar "uma nova era", nos direitos de crianças e adolescentes se manifesta também entre os cientistas sociais como vemos nesta citação de Irma Rizzini, com a qual fecha uma discussão em torno ao termo "menor":

Promovendo um salto histórico, recentemente passamos por uma mudança na lei, que deverá implicar numa mudança profunda da prática. (...) O Estatuto avança na discussão sobre a discriminação imposta pelo uso do termo "menor em situação irregular" pela de "sujeito de direitos". A ousada tentativa da nova legislação em superar a secular dicotomia entre as concepções de menor e de criança, só se fará sentir nas iniciativas dirigidas à infância com a cobrança e a fiscalização da sociedade, empenhada em eliminar a prática perversa de impingir a essa criança um tratamento "menor" (RIZZINI, 1993; 98)

Uma linha diretriz do ECA é a ênfase na família como a melhor forma de garantir os direitos de criança e jovens³³. Com a aprovação do ECA, se determina pela primeira vez na legislação brasileira que a condição econômica da família não pode ser considerada uma causa para destituição do pátrio poder³⁴. A família é entendida como a instância mais apropriada para o desenvolvimento integral da pessoa e sua integração na comunidade em contraposição a qualquer instituição. Como decorrência disto, encontramos um dos pontos do ECA com maiores implicações para a implementação de políticas públicas, a excepcionalidade das medidas de internação³⁵. Entendendo a medida de abrigamento como excepcional, o Estatuto estabelece que, quando necessária, deve ser implementada através de abrigos em pequena escala. A ênfase na família não deve ser entendida como sinônimo de laços de consangüinidade. A família é entendida como a melhor opção mesmo quando trata-se de uma família substituta e não da família de origem. Assim o ECA traça diferenças entre a família "natural" (que neste trabalho é chamada de família de origem) ou seja qualquer um dos pais (ou ambos) e os irmãos, e a família "substituta". A última é aquela que toma o lugar da família de origem quando, por decisão do judiciário, a criança não pode mais nela permanecer. Quando necessário, três mecanismos da integração em famílias substitutas são previstos: guarda, tutela ou adoção³⁶. Somente a última destas implica a destituição do pátrio poder dos pais. Entre estas três medidas de colocação em família substituta, a adoção conta com um importante protagonismo, tanto entre os agentes dos poderes públicos, quanto no público em geral (CARDARELLO, 1996 - ABREU, 2002).

Para as situações em que a pobreza impede o retorno imediato do jovem à família de origem, o ECA prevê o cadastramento compulsório da família em programas sócio-

³³ Art. 19.- Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

³⁴ Art. 23.- A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder.

Parágrafo único. Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio.

³⁵ Apesar das intenções do ECA, as realidades não são modificadas magicamente mediante a aprovação de leis. Numa situação em que muitas famílias, por não terem garantidos seus direitos básicos, moradia, emprego, saúde e frente à escassez de programas sócio-familiares e a pouca probabilidade de adoção, a institucionalização representa aos olhos de juizes e técnico e conselheiros, a única saída possível para a satisfação das necessidades básicas desses jovens (CARDARELLO, 1996).

³⁶ Art. 28.- A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta lei.

#1. Sempre que possível, a criança ou adolescente deverá ser previamente ouvido e a sua opinião devidamente considerada.

#2. na apreciação do pedido levar-se-á em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as conseqüências decorrentes da medida.

famíliares. Porém, o alcance muito limitado destes programas faz com que dificilmente o retorno seja possível. Existe um importante número de jovens que mantêm vínculos com suas famílias de origem, pais, irmãos ou avós e, em muitos casos, mesmo quando estes não se encontram em condições para assumir seu cuidado, não se mostram dispostos a abrir mão de suas crianças e entregá-las à adoção, o que significaria a perda total de contato com elas.

Muitas outras crianças e principalmente adolescentes, juridicamente desvinculados de suas famílias de origem, encontrando-se em plena "disponibilidade", pertencem ao amplo grupo dos denominados "com possibilidades remotas de adoção". Por serem crianças MAIORES, apresentar alguma doença, ou pertencer a um grupo numeroso de irmãos, não correspondem ao perfil privilegiado por casais na adoção (MARTINHO, 2004 - COSTA 1991). Esses jovens permanecem em instituições, não de forma excepcional e temporária tal como pretende o ECA, mas fazendo desses abrigos seus lares.

No artigo 34³⁷, o Estatuto prevê estímulos, como subsídios ou incentivos fiscais, para a colocação de crianças em famílias substitutas, seja nos sistemas de guarda, tutela ou adoção. No entanto ao olhar para uma avaliação do Programa, elaborada em 1994, vemos que os Lares Substitutos, que poderiam ser enquadrados neste artigo, não são entendidos como uma possibilidade de família substituta.

1.4. ADEQUAÇÃO DO RECURSO AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE -MUDANÇA DE TERMINOLOGIA

(...) O programa até hoje denominado Lares Substitutos não engloba as famílias substitutas preconizadas pelo ECA, e sim, um recurso constituído por grupo familiar inserido na comunidade, o qual recebe subsídios (per capita) para prestar atendimento às crianças e aos adolescentes.

Tendo em vista o enfoque utilizado pelo ECA na terminologia "Família Substituta" sugerimos que o programa passe a denominar-se Lar Comunitário [Arquivo da FPE Proposta de ampliação do Programa Lares Substitutos, FEBEM, 12 de abril de 1994]

Mesmo assim, encontramos nesse mesmo documento, uma proposta de ampliação do Programa que o reafirma como um sistema alternativo à institucionalização.

Os referidos Lares, se constituem numa experiência de abrigo totalmente diferenciada das demais, considerando que estes se localizam em diferentes comunidades oportunizando às crianças a não estigmatização como ocorre com os abrigados em programas executados diretamente pelas instituições.

³⁷ Art. 34.- O poder público estimulará, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.

Os lares possibilitam a participação da criança no cotidiano do grupo familiar, no qual estão colocados transitoriamente, proporcionando uma vivência e vínculo afetivo mais compatível com suas necessidades de individualização e formação de personalidade, face à vivência sócio-comunitária.

Este programa vem ao encontro à proposta do Estatuto da Criança e do Adolescente como um recurso de prevenção à não institucionalização da criança com sua manutenção em um grupo familiar na comunidade. (...) A ampliação proporcionará um recurso disponível aos Conselhos Tutelares e Juizado da Infância e Juventude, os quais estão constantemente solicitando vagas neste setor, no momento escassas e/ou inexistentes. [Idem]

Os trechos acima foram extraídos de um projeto de ampliação do Programa Lares Substitutos apresentado a FEBEM em abril de 1994. Ele é assinado por três assistentes sociais da FEBEM. Esta ampliação nunca foi realizada, e é importante considerar que a opinião do documento corresponde à posição de técnicos em estreito contato com a realidade dos Lares Substitutos, e não necessariamente a uma expressão institucional.

Em 1996, o Programa é declarado "em extinção", o que significa que não serão abertos novos Lares, nem colocadas mais crianças. As já colocadas continuarão no sistema esperando o desligamento dos usuários para o fechamento gradual de todos os Lares Substitutos. A partir do ano 2000, e como consequência da descentralização estabelecida no ECA, começa a municipalização dos serviços de assistência. A FEBEM é fechada e se divide entre a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE) que se destinaria aos antigos "infratores", e a Fundação de Proteção Especial (FPE), que deveria cuidar das crianças e jovens com necessidades especiais. Sob responsabilidade do município, ficam as medidas de "proteção especial" para crianças e adolescentes em "situação de risco" e as medidas de assistência a crianças e famílias com dificuldades econômicas para as que, em teoria, não se prevê um sistema de abrigos. Nesta reestruturação o Programa de Lares Substitutos não teria lugar dentro da FPE por tratar-se de uma fundação estadual e não municipal. Encontramos documentos dos anos 2000 e 2002 que descrevem a situação do Programa, o número de lares e usuários, previsões de desligamento e possíveis encaminhamentos para o caso dos PPDs, assim como a passagem do Programa para a âmbito municipal.

SITUAÇÕES DOS LARES COMUNITÁRIOS QUE DEMANDAM DECISÕES INSTITUCIONAIS PARA SUA MELHOR EQUAÇÃO.

Há algum tempo fala-se sobre a mudança de sistema de pagamento de "per capita" e da entrega de rancho para as mães dos Lares Comunitários.

Anexo segue elementos que permitem estabelecer um valor de "per capita" real correspondente ao custo de manutenção de criança/adolescente de cada lar, estabelecendo-se, assim, o valor a ser repassado a cada um dos lares (...)

Os portadores de necessidades especiais (uso de fraldas, medicação de uso continuado, não fornecido pelo SUS, vale transporte sistemático e outras) teriam seu valor acrescido ao "per capita" padrão (...).

Atendendo pensamento do Sr. Presidenta da Fundação, o Estado deveria sair dessa prestação direta de serviço e, mediante convênio, se repassaria aos municípios o "per capita" "carimbado" e este a cada um dos lares. O município também ficaria com o compromisso do acompanhamento técnico aos Lares. [Arquivo FPE, 1 de novembro de 2002]

Em janeiro de 2003³⁸, o repasse *per capita* para os lares em que ainda existiam crianças colocadas é suspenso. Desde a FPE, não se dão maiores explicações às famílias substitutas, nem às crianças e jovens. Entre os arquivos, não achamos nenhuma documentação que se refira à decisão de fechar o Programa, nem a previsão do futuro dos usuários do Programa.

6.2 O DISCURSO OFICIAL EM DIFERENTES VOZES

Trago agora a visão dos agentes oficiais sobre o Programa Lares Substitutos. Por eles, entendo as pessoas envolvidas na experiência do Programa no marco de diferentes âmbitos institucionais, como o juizado, FEBEM/FPE, FASE, Câmara de Municipal ou ONGs. Acredito que seja válido distinguir entre dois tipos de ações: oficiais e não oficiais -mesmo quando não quero uma dicotomia ou oposição entre âmbitos oficiais e não oficiais. Os *agentes oficiais* atuam em uma órbita institucional com papéis e funções altamente determinadas, diferente daquele em que se situam os usuários do Programa, famílias acolhedoras, famílias de origem e jovens colocados. Certamente o papel das mães substitutas também poderia ser entendido como "oficial". Aliás, muitas delas ocuparam lugares institucionais tais como a presidência da ABEPAS. Algumas mães substitutas mencionaram que Manoel, um dos presidentes da associação e o único homem registrado como responsável de um Lar Substituto, participou das eleições de Conselheiro Tutelar no último período. Olga também participa ativamente na campanha da eleição dos Conselhos Tutelares e nas assembléias do Orçamento Participativo. O limite entre oficialidade e não oficialidade não somente é difuso para os usuários, mas também profissionais e técnicos. Carmen, que conta a infinidade de casos nos quais suas tarefas enquanto funcionária do Programa e as atividades realizadas por interesse pessoal ficaram delimitadas de forma

³⁸ Data que coincide com a mudança de governo no Estado.

muito tênue. Lembra finais de semana próximos ao natal, em que no seu próprio carro teve de correr pela cidade em procura de doações para os Lares Substitutos, noites em que teve que acudir a hospitais por causa da doença de alguma criança, ou visitar algum lar por qualquer tipo de emergência. Além de ter trabalhado como assistente social no Programa durante quatro anos, Carmen é madrinha da filha de um jovem participante do Programa que cresceu no Lar de Maria Rosa, hoje desligada. Uma irmã dela foi adotada na adolescência por uma assistente social da FEBEM/FPE, que trabalhou no Programa em funções administrativas e com quem Carmen não mantém boas relações pessoais.

No restante deste capítulo veremos quatro visões “oficiais” que não representam uma visão unificada. São vozes diferentes e mostram a diversidade de opiniões, às vezes até conflituosas, que podem existir num mesmo campo de discursos legítimos emitidos de instâncias oficiais (ORTNER, 1995). É importante notar que estas visões foram obtidas através de diferentes procedimentos metodológicos e devem ser contextualizadas na sua fonte em cada caso. Acedemos aos pareceres de um juiz da infância e juventude através da resolução sobre um pedido de guarda de crianças inscritas no Programa. As opiniões e argumentação dadas nessa resolução têm um caráter público e oficial e como tal devem ser lidas. Muito longe desse registro oficial devem se situar os dados obtidos em entrevistas informais e sem gravador com Roberto advogado que acompanhou o processo de reclamações das mães substitutas ou com Luiza, Presidenta do Conselho Municipal da Criança e o Adolescente (CMDCA) e participante da ONG Amigos de Lucas, com quem, além do vínculo da pesquisa mantemos um intercâmbio fluido de idéias e trabalho.

6.2.1 Famílias verdadeiras e seus arremedos: a resolução do JIJ

Apresento a visão de um juiz da infância e juventude, a quem chegamos através de uma resolução sobre um pedido de guarda tramitado pela Associação Beneficente de Pais Substitutos em 1992. No capítulo anterior referi a este caso ao trabalhar com o estatuto jurídico dos jovens do Programa e as dificuldades que sua indefinição provocou. Retomo esta resolução tentando aprofundar as razões dessa negativa, o que permitirá nos aproximar bastante –mesmo de forma indireta- da visão do Juizado de Infância sobre o Programa.

A negativa ao pedido, e toda sua resolução fundamentam-se no ECA, e na intenção explícita de garantir os direitos de jovens e crianças à uma família. A resolução começa com a definição de família e do direito do ser humano a essa família argumentando esse direito na sua “criação”.

o ser humano não foi criado para viver em instituições nem em "arremedos" de família, mas em grupos que possam ser tidos como tal, independentemente das alterações conceituais que tenham ocorrido ou que ainda possam ocorrer, em função de um momento histórico, bastando que a unir este grupo existam laços afetivos, nascidos de vínculos de amor, que o qualificam como família (Juizado da Infância e da Juventude, Expediente No. 01091693554, 06/09/1992).

Nesta resolução, família é definida como um lugar de afetos, em contraposição a instituições ou "arremedos de família". Neste trecho, poderíamos dizer que mesmo sendo uma concepção de família universalista -em que um elemento (o afeto) para além de todos os outros, outorga em qualquer "momento histórico", o caráter legítimo de família- a postura do juiz parece ostensivamente aberta a novos modelos ou "alterações conceituais" na idéia de família. Porém, é baseado nessa idéia de família que o juiz caracteriza os Lares Substitutos como "arremedos" de família e, a partir disso, se opõe a outorgar aos responsáveis pelos Lares Substitutos a guarda das crianças colocadas neles. A falta de interesse na adoção plena, que leva ao pedido de guarda seria uma prova de que esses lares estão constituídos com base em outros critérios que não são exclusivamente o afeto.

Nestes próprios autos consta (...) que não há interesse das famílias em "adoção plena" destas crianças, pois perderiam o per capita, o que os impossibilitaria de mante-las" (ibid.)

A princípio o pedido de guarda estaria sendo realizado por "famílias", porém, por famílias que "não estão interessadas na adoção plena". Isso causaria a perda dos recursos disponibilizados pela participação no Programa. Não seria arriscado propor então que o apoio econômico recebido pelas famílias que integram os lares substitutos "contamina" seu próprio status de família tirando-lhes sua legitimidade e caracterizando-as enquanto arremedos. Esta expressão, "arremedos de família" nos aproxima da visão que o juiz tem dos lares substitutos. Também nos aproxima das formas de entender a "família substituta" destinada a proporcionar o direito ao convívio em família de crianças e adolescentes. Como se constitui uma legítima "família substituta"? Como determinar a existência de verdadeiros laços afetivos? A possibilidade apresentada pelo juiz para as famílias que encaminharam o pedido de guarda (que lhes é negado), é a de adoção plena. Este caminho é recomendado mesmo apontando para as dificuldades que a perda dos recursos do Programa causaria. A tentativa de construir uma família substituta em moldes que não respondem exclusivamente ao afeto seria a condenar:

Utópico ou não, o ECA não merece esta interpretação destrutiva, um verdadeiro retrocesso, nem mesmo no antigo Código impunha esta restrição que este modo de "ver" a "família substituta" impõe.

É indubitável que, através da organização preconizada ao grupo [o Lar Substituto] pretende-se dar a ele o "status" de "família". Com todo respeito e reconhecimento aos louváveis trabalhos levados a efeito por estas instituições, não é escrevendo que o atendimento será personalizado e "afetivo", que se criará uma família" (ibid).

A colocação em famílias mediante outro sistema que não seja o de adoção é entendida como uma "institucionalização" e, portanto, apresenta-se como um "retrocesso". Este retrocesso é conformado, por um lado, no que poderíamos entender como uma banalização do proposto no ECA, que não seria aceitável nem para o código anterior. Esta banalização se produziria também na adaptação de princípios a situações concretas.

No discurso do juiz, Lares Substitutos e Famílias Substitutas constituem dois pólos entre um "arremedo" de família e uma "família verdadeira". A permanência dentro dos lares substitutos se apresenta não como uma opção desejada, mas como um recurso disponível para as crianças e adolescentes que não conseguem o ideal de família substituta, isto é, uma adoção plena, que não requeira dos recursos públicos para viabilizar o acolhimento. A procura pela consecução desse ideal, e a defesa dos princípios do ECA contra qualquer retrocesso justificam-se mesmo nos casos em que as possibilidades de adoção sejam "remotas", como se acostuma caracterizar a situação dos jovens que mesmo com o pátrio poder destituído são "fora do perfil de adoção". O fato do ideal não ser alcançado não justifica o comprometimento dos direitos de crianças e adolescentes, no caso, o direito ao convívio em família garantido no ECA.

Mesmo reconhecendo que não se há de encontrar famílias substitutas para todas as crianças que delas necessitem não se pode parar de buscá-las nunca. A ninguém é dado o direito de selar o destino de outro desta forma. A procura não pode parar. A possibilidade de uma guarda, adoção ou mesmo uma tutela, deve estar sempre presente. Os esforços neste sentido devem ser redobrados. A esperança não pode morrer (ibid.)

6.2.2 O acolhimento subsidiado e suas "motivações": as ONGs e a "prioridade absoluta do interesse da criança"

O Instituto Amigos de Lucas é uma ONG que trabalha em relação a problemática de crianças e adolescentes institucionalizados. Todo seu programa se baseia na defesa do "direito à convivência familiar e comunitária" desses jovens, postulado no art. 19 do ECA. As atividades que a ONG desenvolve têm como objetivo a desinstitucionalização desses jovens promovendo, fundamentalmente, o mecanismo de adoção. Com o objetivo de incluir os jovens que, morando em abrigos mantêm vínculos com sua família de origem ou adolescentes que por diferentes razões, escapam do perfil de adoção, o Instituto

implementa o Programa de Apadrinhamento Afetivo. Atualmente Amigos de Lucas desenvolve também um programa de acolhimento familiar denominado "Famílias de Apoio". A ONG mantém conexões com outras organizações nacionais e internacionais dedicadas ao trabalho com infância.

Durante um curso de extensão universitária sobre antropologia e direitos humanos conhecemos a Luiza, militante da ONG Amigos de Lucas. Ela se encontra envolvida em uma série de atividades relacionadas à infância e participa ativamente na implementação do Programa de Apadrinhamento Afetivo e na planificação do projeto "Famílias de Apoio". Apesar de ser uma pessoa com um alto acesso a informações, não conhecia a experiência do Programa Lares Substitutos. Ao entrevistá-la, contou-nos algumas das dificuldades administrativas e judiciais pelas quais atravessavam para conseguir implementar um programa de acolhimento familiar em Porto Alegre. O principal obstáculo, segundo nos explicou, era constituído pela negativa do juizado em aceitar qualquer sistema que pudesse representar uma alternativa à adoção formal tal como estabelecida pelo juizado. A falta de um marco legal que permitisse criar um termo de guarda ou responsabilidades compartilhadas entre as famílias e o abrigo ou alguma instituição também foi colocado como um impedimento. Assim, encontrava-se nesse momento explorando as possibilidades legais de construir esse termo de guarda (um similar já existe para o caso do apadrinhamento afetivo) e construindo o projeto do Programa Famílias de Apoio. O programa previa a colocação temporária num período máximo de seis meses em famílias já constituídas, que receberiam algum tipo de incentivos como a isenção de impostos ou planos de saúde.

Comentamos com ela os pontos previstos no projeto do Programa Famílias de Apoio. Em relação à temporalidade do acolhimento, explicou-nos que responde às exigências do juizado e deixou entrever que não seria necessariamente contra a possibilidade de que a colocação através do programa fosse acabar numa adoção. Porém explica que para o projeto ser deve ser planejando em moldes que sejam aceitáveis para quem toma as decisões. Sobre os tipos de incentivos pensados para as famílias de acolhida, e pela possibilidade de incluir incentivos em dinheiro ou gêneros, como sucedia no Programa Lares Substitutos, nossa interlocutora menciona a alta probabilidade de uma negativa do juiz. Acrescenta, no entanto, que os incentivos em dinheiro dificultariam a avaliação dos motivos que levam as famílias a participar do programa de acolhimento. O questionamento em relação as "motivações" também diz respeito ao apadrinhamento e à adoção.

Este ponto tem direta relação com a concepção de direitos de crianças e adolescentes que tanto Luiza como outros integrantes desta ONG promovem no seu trabalho. O conceito de direitos de crianças e adolescentes é geralmente associado à idéia de "prioridade absoluta do interesse da criança", postulada no ECA. A idéia de prioridade absoluta é uma das noções mais fortes no campo e junto com a do "direito a convivência familiar" são os dois princípios que norteiam ações e discussões sobre abrigagem e famílias substitutas. Estas são continuamente ouvidas em conversas informais, depoimentos formais em eventos como congressos, encontros ou livros e até como forma de argumentar em debates dentro do campo³⁹.

Em agosto de 2004, organizou-se, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, a "SEMANECA", que consistiu numa série de atividades destinadas a "difundir o ECA". O encontro abordava diferentes assuntos relacionados ao "direito da convivência familiar e comunitária". Numa das mesas que trabalhava sobre adoção foram tratados vários pontos em relação a um novo projeto de lei de adoção tramitando no senado, assim como sobre as dificuldades burocráticas nos processos e fundamentalmente em relação à necessidade de estimular a adoção como um mecanismo para que mais crianças tivessem realizados seus direitos à vida em família. Um desses depoimentos foi dado por um psicólogo, também pai adotivo representando à ONG Terra dos Homens. Com seu duplo papel, salientou a necessidade de dar visibilidade às crianças institucionalizadas e sua realidade como forma de aumentar o interesse na adoção. O foco da sua apresentação estava na necessidade de difundir uma "concepção moderna de adoção", que entende a adoção não como uma ação destinada a satisfazer "a necessidade do casal de ter uma criança para eles", e sim como uma ação destinada a oferecer uma família para essa criança. Assim, não seria a criança preenchendo o papel de filho frente ao interesse do adulto de "completar" sua família, mas os adultos atendendo ao direito da criança de "crescer" em um grupo familiar. O avanço no "processo de modernização" da adoção estaria sendo refletido no aumento de adoções de crianças e jovens que antigamente não correspondiam ao perfil de adoção e que são cada vez mais inseridos em famílias adotivas "sensibilizadas".

A partir da ênfase dada por este profissional (e pai adotivo) às motivações da adoção, podemos entender melhor as dúvidas apresentadas por certos agentes do campo

³⁹ Tive oportunidade de observar esse tipo de debate entre conselheiros tutelares, diretores de abrigos e pessoal do Conselho Municipal da Criança e o Adolescente, nas reuniões do Fórum de Instituições, em relação à necessidade ou não de mais instituições de abrigagem. O "Fórum de Instituições" reúne as instituições que intervêm no processo de abrigamento de crianças e jovens. Os encontros ocorrem mensalmente na sede do CMDCA, no centro da cidade.

da infância em relação a um sistema que utilizasse de subsídio econômicos para incentivar o acolhimento. Para os participantes de ONGs como Amigos de Lucas, a garantia dos direitos de crianças e adolescentes entendidos como "prioridade absoluta", não é decorrente da simples integração familiar (seja através do acolhimento ou da adoção), mas no tipo de interesse que está sendo defendido. Os direitos só podem ser garantidos em ações em que tenham como interesse prioritário as crianças e adolescentes para além de apegos egoístas -o desejo de "completar" sua família- ou interesses econômicos dos pais.

6.2.3 Dos "Direitos" às situações concretas: trabalhando com os Lares Substitutos

Em variadas oportunidades durante entrevistas formais ou conversas ocasionais com as mães substitutas, Carmen foi mencionada, referindo a seu papel central para o funcionamento do Programa. Ela nos foi sugerida por mais de uma mãe substituta como uma informante qualificada e relevante para nosso trabalho. Apesar disso, ela foi uma das últimas pessoas a ser contatada. A dificuldade em entrevistá-la estava relacionada ao fato de que, ainda hoje é funcionária da FPE e só poderia nos dar uma entrevista depois de ter autorização dessa instituição.

O primeiro encontro foi marcado ao meio dia num dia de semana no largo do Mercado Público. A assistente social Carmen tinha saído de uma reunião e estava nos esperando enquanto conversava com Marieta, mãe de duas crianças abrigadas numa das Unidades Residenciais onde ela trabalha. Nos apresentamos e Carmen começa a se despedir de Marieta enquanto continua a conversa com ela. Pergunta pelo seu curso de alfabetização, pelo marido e diz a Marieta que deve "*ir lá (no abrigo) e combinar um dia de visita das filhas em casa*". Carmen tira da sua bolsa um moedeiro, e depois de procurar por um longo tempo entrega para Marieta duas fichas de ônibus. Marieta agradece e se despede de todas nós.

Logo ao começar a conversa, Carmen me pergunta de onde eu sou, supondo que "*alguém com esse nome, não deve ser brasileira*". Explica que seus dois pais são espanhóis, é por isso ela leva seu nome. Por ocasião de uma viagem, conta que foi duas vezes a Espanha, onde, além de visitar as cidades de origem de seus pais, fez o caminho de Santiago. Seu sonho é voltar algum dia, porém explica que lhe resulta muito difícil guardar o dinheiro necessário para essa viagem. Se autocalifica como "*consumista de pequenas coisas*" e apesar de não gastar muito em coisas para ela, diz que perde o

controle comprando brinquedos para seus sobrinhos e afiliados que no total somam onze crianças. Na conversa, referências a sua origem familiar e uma educação religiosa, se reatualizam nas histórias das viagens e nas aventuras vividas no Camino de Santiago, misturadas constantemente com situações de trabalho desafiantes e diversas histórias. Através desses elementos Carmen se situa enquanto pessoa e profissional.

Qual é a diferença entre eles [os usuários dos serviços de assistência] e eu? Eu também sou pobre, meus pais vieram da Espanha da pós-guerra procurando uma oportunidade. Claro que eu tive uma educação muito estrita. Minha família é muito religiosa. Eu fui educada desde pequena a valorar o trabalho.

É muito cuidadosa na sua fala, diferenciando entre sua opinião pessoal e o que, como profissional, pode e deve dizer. Explica que já teve que responder ante o juiz e que a partir disso sempre cuida para não dizer coisas que não sejam apropriadas. Ao adentrarmos na conversa, sua contínua revisão sobre o falado aparece mais como a reflexividade sobre o próprio trabalho do que o apego a um discurso oficial, como poderia ser entendido num primeiro momento. Após algum tempo, Carmen apresentou-se como uma pessoa com uma forte visão crítica, contrariando as expectativas que tínhamos gerado em relação a ela durante o tempo em que procurávamos entrevistá-la. A conversa flui naturalmente e Carmen lembra das diferentes mães substitutas, e detalhando caso por caso, dos diferentes lares, suas formas de funcionamento e diferentes situações que encontrou em seus anos de trabalho. No decorrer de sua fala, obtemos uma quantidade imensa de dados sobre cada um dos Lares Substitutos com que trabalhou, ao mesmo tempo que recebemos a visão da assistente social sobre as diferentes mães substitutas e suas famílias. Isso nos permite, além de aumentar o número e o tipo de informações para a pesquisa, confrontar nossa própria impressão e sentimentos em relação a essas pessoas, com a de alguém que também conheceu-as, com outro papel e em outro momento. Em alguns casos, as simpatias são mútuas, em outros, porém, diferem tanto na empatia pessoal quanto na avaliação da experiência dos diferentes Lares e nos elementos utilizados para realizar essa avaliação.

Surpreendentemente, apesar da detalhada e afetuosa descrição que realiza dos lares e da sua experiência, ao perguntá-la pela sua opinião do Programa nos diz que não concorda com sua forma de funcionamento. Explica que não começou a trabalhar nele por uma decisão própria, mas para sair de outro cargo que não lhe agradava. Ao conhecer o sistema, logo achou que o Programa deveria fechar. Explica que a situação era caótica e que, durante o período em que ela trabalhou, entre 1994 e 1998, não

contava com os recursos mínimos para que funcionasse de forma digna⁴⁰. Detalha as dificuldades de implementação que os programas de colocação subsidiada apresentam, a necessidade de acompanhamento e apoio tanto às famílias acolhedoras como às famílias de origem. Isso requer disponibilizar recursos humanos, técnicos e econômicos. Explica que muitas vezes teve que confrontar as mães substitutas nos seus pedidos de colocação de mais crianças, fundamentalmente a partir da declaração de “extinção”. *“Elas reclamavam pelo dinheiro, pela falta de técnicos, porque as coisas [necessárias] não estavam [disponíveis para o Programa], mas queriam continuar, pediam mais crianças para ser colocadas no lar”*. Mas a principal crítica da assistente social ao Programa não consiste na falta de recursos destinados a ele, mas à falta de regulamentação administrativa do trabalho das mães substitutas.

Eu sempre disse para todo mundo que me perguntou, disse para as mães substitutas, disse para a FEBEM também. Eu acho uma exploração! O trabalho de mãe substituta é tempo integral. Elas fazem o mesmo que um monitor faz, mas não ganham salário, não têm férias, horário de descanso nem direito a aposentadoria.

Apesar disso, Carmen não vacila em distinguir entre os Lares Substitutos e outras instituições de abrigagem. Caracteriza os abrigos como “instituições” com todas as conotações negativas que isso tem a luz do ECA. Por outro lado, deixa como auto-evidente o fato de que os Lares Substitutos conformam “famílias”. Para salientar essa diferença ao igual que as mães substitutas, recorre à permanência dos jovens dentro do lar como um elemento que faz a diferença. Enquanto qualquer sistema de abrigamento termina aos dezoito anos, a permanência nos lares substitutos excede, na maioria dos casos, a idade de desligamento, constituindo-se um vínculo que ultrapassa os limites administrativos. Ela reforça esta idéia com as situações apresentadas depois da suspensão dos pagamentos, em que os jovens colocados nas casas permanecem integrados à família e acionam redes de vizinhança para buscar recursos para superar a falta de apoio do Estado. *“No final, o que prevalece é o sentimento”*, foi a frase com que Carmen resumiu esta situação.

6.2.3 Os “Direitos” frente ao sistema judicial

O contato de Roberto com a experiência do Programa foi mediado, num primeiro momento, pela equipe de pesquisa, mas prontamente tomou um caminho independente, em virtude das exigências burocráticas do processo. Roberto estabeleceu um forte vínculo

⁴⁰ Período que abarca o começo da implementação do ECA com as mudanças de denominação do programa e

com cinco das nove famílias participantes do Programa e acompanhou todo o processo de reclamações. O advogado se define como um militante dos Direitos Humanos, participa de uma ONG de Porto Alegre dirigida à infância e trabalha no gabinete do ex-presidente da FASC, hoje vereador pelo PT. Diz que não gosta de trabalhar como advogado e explica orgulhoso que seus alunos de direito da escola técnica onde dá aula lhe dizem que *"não parece em nada com um advogado, nem sequer nas roupas"*. Mesmo assim, Roberto reconhece que os conhecimentos jurídicos provenientes da sua formação acadêmica lhe permitem agir com certa eficácia no campo. Apesar de sua forte identificação com atividades de repercussão direta, reconhece que o trabalho de militância é muito difícil e cansativo e que cada tanto é necessário "dar um tempo".

Ao entrar em contato com as mães substitutas, as resistências que os sistemas de acolhimento familiar apresentam não eram desconhecidos para o Roberto. Durante seu tempo de atividade na FASC, na equipe do então Presidente, foi apresentado no Juizado da Infância e Juventude um projeto de reinserção familiar e comunitária baseado no sistema de acolhimento familiar. O projeto foi barrado e Roberto atribui razões ideológicas e de ordem pessoal a esse fato. Para explicá-lo, remonta a uma longa disputa entre o juiz que barrara o projeto e sua equipe de trabalho. Para além desses confrontos pessoais, Roberto acha que o juiz tem uma visão institucionalizante que associa a idéia de reinserção comunitária e os programas que têm esse objetivo a "coisas de comunistas".

O contato entre Roberto e as famílias participantes do Programa Lares Substitutos constituiu uma opção estratégica. Em certa medida, essas famílias representavam para Roberto a prova de que um sistema tal como o que eles defendiam era possível e poderia dar bons resultados. Por outro lado, a consecução do processo de reclamações permitia conhecer um caso particular em que os direitos de crianças e adolescentes estavam sendo violados por parte do governo do Estado (em mãos do partido político contrário ao seu).

Durante todo o processo de reclamações, nosso contato com Roberto referiu-se geralmente a situações concretas e à decisão e implementação dos passos a serem realizados para as mães substitutas receberem uma ajuda mínima. Sobre o final da pesquisa decidimos entrevistá-lo num âmbito que permitisse a reflexão sobre as ações realizadas. Realizamos a entrevista com ele uma semana após as eleições municipais, nas quais o PT obteve uma votação mais baixa que a esperada e que acabaria com a perda do governo da prefeitura de Porto Alegre. Envolvido nesse contexto fortemente politizado, Roberto realiza uma avaliação crítica da força política de seu partido e define

sua colocação com programa em extinção.

com maior nitidez seu papel de militante na área de direitos humanos. Descreve o processo de reclamações em torno de dois eixos. Por um lado entende esse processo como uma luta pela defesa dos direitos das crianças, adolescentes e jovens, colocados nos Lares Substitutos. Roberto explica as diferentes situações em que os expedientes dessas crianças se encontravam, chegando ao absurdo de identificar expedientes perdidos. Por outro lado, entende as ações das mães substitutas, com todas as idas e voltas e os esforços que requeriam, como uma demonstração de coragem e de perseverança em que as mães substitutas enfrentaram um sistema de justiça “*fragmentado e extremadamente burocrático*”. Um sistema em que, como o próprio Roberto explicou,

os contatos pessoais dissimulados por trás das formalidades dos procedimentos administrativos são mais valorados do que as situações concretas de injustiça pelas quais estão atravessando as pessoas que recorrem a ele.

6.3 INTERESSE E MOTIVAÇÕES: ELEMENTOS REGULANDO O CAMPO

No começo do capítulo referimos ao relativo consenso no campo das políticas de proteção especial: seu objetivo fundamental é a proteção dos direitos de crianças e adolescentes considerados como “prioridade absoluta”. Duas expressões freqüentemente utilizadas pelas pessoas envolvidas no campo da infância nos dão a chave para entender a forma em que esses direitos estão sendo entendidos: *interesse* e *motivações*. Ambas expressões se complementam e correspondem uma a outra nos diferentes discursos de avaliação do Programa Lares Substitutos e, em geral, quando enfocamos qualquer evento de intervenção relacionados a crianças e adolescentes. O que está “motivando” a ação e quais os “interesses” que estão sendo protegidos são as duas perguntas que guiam a avaliação de qualquer ação dentro do campo. Essas perguntas devem ser respondidas para saber se se está agindo na direção que o ECA recomenda, uma das principais preocupações do campo.

Em diferente grau, encontramos esses elementos nos depoimentos anteriores, mas o consenso em relação ao “interesse prioritário da criança” não leva ao consenso na avaliação do Programa Lares Substitutos. Opiniões diferentes em relação a sua experiência concreta, sua viabilidade e a sua capacidade para garantir os direitos de crianças e adolescentes foram apresentados através de quatro pontos de vista sobre o Programa. Na resolução do juiz da infância e juventude, onde se faz uma distinção teórica entre o compreendido como família ou não, a intermediação do dinheiro tem uma

importância fundamental. É sua presença que invalida qualquer possível motivação afetiva. Para outros agentes envolvidos mais diretamente com os sistema de colocação familiar, como a integrante da ONG Amigos de Lucas, a presença de incentivos não é um elemento que invalida interesse pela criança desde que possa ser nitidamente diferenciado das motivações que levam ao acolhimento. Os incentivos devem viabilizar o acolhimento e não responder ao interesse econômico das famílias acolhedoras.

Ao trabalhar diretamente com a experiência das famílias participantes do Programa Lares Substitutos, Carmen ou Roberto Trazem uma perspectiva levemente diferente. Preocupados na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, suas opiniões e ações não estabelecem uma diferenciação nítida entre os interesses da criança e os da família acolhedora. Vimos que as críticas de Carmen apontavam para as dificuldades que atravessou o Programa pela carência de recursos disponibilizados para seu funcionamento. Essas dificuldades envolvem não somente as crianças acolhidas, mas também têm conseqüências para as mães substitutas responsáveis pelo acolhimento, que não contam com o respaldo da previdência social e, em certa medida, para os funcionários sobrecarregados de trabalho. No caso de Roberto também encontramos uma forte conexão, ao defender os direitos de crianças e adolescentes e das mães substitutas do Programa, em oposição aos abusos do sistema de atendimento e o sistema de justiça. As ações judiciais empreendidas contra o governo envolvem de forma semelhante interesses das mães substitutas e dos jovens. Essas duas categorias se mantêm diferenciadas, mas não contrapostas. As ações orientadas sobre cada uma das situações têm como objetivo solucionar uma situação de atropelo aos direitos de todos os participantes do Programa, famílias de acolhida e jovens colocados.

Ao trabalhar a forma em que a noção de direitos é construída no contextos social e político da aprovação do ECA, Fonseca e Cardarello analisam o processo de hipervalorização da categoria de infância,

Reconhecem-se certas necessidades mínimas para *todos* os jovens, e a falta dessas "condições mínimas" torna-se intolerável. Mas essa inclusão de um novo grupo no horizonte humanitário não deixa de engendrar paradoxos: por exemplo, quando a criança (ou adolescente) faz 18 anos e muda subitamente de *status*. (FONSECA e CARDARELLO, 1999; 113)

Poderíamos dizer que esse processo envolve também as avaliações do Programa Lares Substitutos e de seus participantes. Assim a defesa do "direito à convivência familiar e comunitária" não reflete necessariamente na procura das condições necessárias para que famílias de renda modesta possam integrar essas crianças em seus lares –sejam as famílias de origem como propõem Fonseca e Cardarello ou as acolhedoras como no caso

do Programa Lares Substitutos. Porém, vemos que à medida que se produz uma maior aproximação e envolvimento com a experiência dos Lares Substitutos a distinção realizada, por parte dos *agentes avaliadores*, entre dois tipos de interesse -os dos jovens e o dos adultos- é cada vez menor. Quanto menos do Programa e de sua experiência concreta, mais os avaliadores imaginam uma diferença entre direitos de crianças e jovens e interesses de adultos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PROGRAMA LARES SUBSTITUTOS NO SEU CONTEXTO POLÍTICO

Até agora analisei o Programa a partir de dados etnográficos, tentando entender e interpretar as formas com que os usuários, técnicos e autoridades vinculados a ele construíram e deram sentido à experiência de acolhimento familiar. Para encerrar essa análise, gostaria de propor algumas reflexões em relação à situação atual das famílias participantes e vincular a suspensão dos pagamentos com o contexto em que se situou o Programa Lares Substitutos.

Ao analisar o surgimento do Programa Lares Substitutos observamos como as constantes reformulações nos modelos de colocação oficial de crianças fazem parte constitutiva de uma extensa história de acolhimento familiar. Sua continuidade se baseia na conjunção de práticas oficiais e informais de colocação de crianças. O Programa Lares Substitutos se apresenta como um caso de análise interessante, na medida em que podemos considerá-lo como uma experiência de uma extraordinária continuidade. Essa continuidade pode ser apreciada em dois níveis. Se olhamos para a história do acolhimento familiar enquanto uma política institucional, vemos que o Programa Lares Substitutos se apresenta como uma das modalidades de colocação familiar implementadas entre 1946 e 2002. Dentro dessa história, as mudanças de nomes, sistemas e modalidades não implicam cortes na atividade, mas se apresentam como modificações que permitem dar continuidade à experiência nos diferentes contextos políticos e através das diferentes correntes de pensamento em relação a infância, família e assistência social. Exemplo dessa continuidade é o caso de Juracema, que começou acolhendo a primeira criança em 1956 e permaneceu vinculada à atividade do acolhimento e aos diferentes programas até a suspensão dos pagamentos em 2002, momento em que ela acolhia a criança mais nova entre todos os usuários do Programa Lares Substitutos.

Achamos uma outra forma de continuidade do sistema de acolhimento familiar, que envolve a trajetória das mulheres incorporadas à atividade de acolhimento antes durante e depois do Programa, assim como a história das crianças acolhidas e sua alta permanência no convívio cotidiano e nas redes de solidariedade da comunidade onde foram colocadas. Podemos dizer que o Programa Lares Substitutos foi integrado, modificado e adaptado às experiências cotidianas e às formas particulares de entender a

família, filiação e parentesco, pelas pessoas que participaram nele. Apropriando-se dos recursos do Programa, seus participantes fizeram dele uma experiência continuada.

A atividade de acolhimento no marco do Programa e as diversas formas de integração dessas crianças, propostas pelas famílias participantes, podem ser enquadradas dentro de dinâmicas mais amplas de integração familiar e construção de laços de parentesco que incluem cuidados durante o dia, circulação informal de crianças, adoção formal ou à brasileira, e diferentes formas de entender os vínculos de filiação e maternidade. Essas concepções de família, que não se restringem ao modelo conjugal, somadas à flexibilidade dos mecanismos de funcionamento do Programa e a sua adaptação às situações concretas apresentadas nos Lares Substitutos viabilizaram a aplicação do Programa e sua continuidade. Às vezes, a “flexibilidade” nas práticas cotidianas dos Lares Substitutos deveu-se a falta de previsão e de marco legal para as situações apresentadas pelo acolhimento. Outras vezes, referiam-se ao uso criativo dado aos recursos do Programa por parte das famílias acolhedoras frente à complexidade das situações a se enfrentaram.

Vimos que a conjunção de práticas oficiais e informais nem sempre foi harmônica e que, em alguns casos apresentaram-se situações de conflito entre a administração do Programa e as famílias participantes. O maior desses conflitos, que registramos, se deu em relação à indefinição do vínculo empregatício entre a FEBEM/FPE e as mães substitutas que trabalharam nos lares cadastrados no Programa. É provável que esse tenha sido um elemento de muito peso na conformação de uma visão negativa do Programa, enfatizando a idéia da sua inviabilidade, e reforçando as acusações de interesses econômicos motivando o acolhimento. A “impossibilidade” de regulamentar um sistema de acolhimento familiar por causa dos “altos custos” em matéria de previdência social e a iminência de demandas trabalhistas são as causas mais apontada pelas pessoas envolvidas no campo das políticas públicas como um impedimento para a implementação de um sistema de colocação familiar.

A decisão da FPE de suspender o repasse de recursos ao Programa e, portanto, aos Lares Substitutos foi explicada a seus usuários apenas em duas oportunidades: a matéria televisiva de março de 2003 e a audiência pública em agosto do mesmo ano. As duas situações foram provocadas pela iniciativa das mães, já que não existiram instâncias oficiais em que a decisão fosse transmitida aos participantes do Programa. O encerramento do Programa produziu-se repentinamente, sem informar aos jovens colocados nem às famílias responsáveis pelos Lares Substitutos. Não existiu uma

avaliação pública que desse a conhecer os motivos para esta resolução, um fecho institucional, nem uma alternativa além da institucionalização de assistência para as crianças, adolescentes e jovens *portadores de deficiência* atendidos por ele.

Nos dois eventos, tanto na televisão como na assembléia legislativa, a suspensão dos pagamentos foi justificada por “irregularidades” no funcionamento do Programa. Porém, ao contrario do que poderia parecer num primeiro momento essas “irregularidades” do Programa podem ser interpretadas não como a causa do fracasso da experiência, mas como consequência da aplicação de idéias planejadas a situações concretas de extrema complexidade. Elementos como a reformulação contínua, a flexibilidade e certa indefinição nos mecanismos de funcionamento estão presentes em toda a história da colocação de crianças em Porto Alegre. Se, tal como proponho, esses elementos fundamentam sua continuidade, poderíamos dizer que a suspensão do Programa não pode ser explicada exclusivamente em função deles, mas devemos procurar as causas que levaram a entendê-los enquanto “irregularidades”. A suspensão do Programa se produz em um momento político particular em que as características de funcionamento do Programa se constituem em fatores que impossibilitam sua continuidade. A suspensão dos pagamentos não pode ser entendida isoladamente a partir da mudança de governo, mas em função de um processo gradual de abandono do Programa e dos Lares Substitutos. O fechamento do Programa se apresenta então como o desencadeamento abrupto de um processo mais extenso que concluiu em 2003.

Vimos o contexto em que os últimos nove Lares Substitutos do Programa vinham desenvolvendo sua atividade. Encontravam-se à margem dos programas implementados pela FPE e no desconhecimento da maioria das pessoas envolvidas na assistência a crianças e adolescentes. Isso pode ser constatado através de dados objetivos, como a diminuição dos recursos humanos e econômicos destinados ao Programa por parte do governo. Em 1996 o valor *do per capita* passado mensalmente aos lares era de R\$ 69. Desde essa data até a suspensão, se produziram poucas alterações nesse valor, que em dezembro de 2003 era de aproximadamente R\$ 73. A diminuição dos recursos coincide com um processo de desvalorização especificamente da experiência do Programa, mas também do sistema de colocação familiar em geral que facilitou o quase esquecimento da experiência e sua suspensão abrupta. Para entender melhor por que o prestígio do Programa outrora tão valorado decresceu nos últimos dez anos, é fundamental entender as mudanças nas formas de representar o ideal de família e as idéias de “direitos” ou “bem-estar” da criança que mobilizam em geral os diferentes agentes vinculados a ele.

Minha hipótese é que durante certo período depois da aprovação do ECA produziu-se uma desvalorização dos modelos de assistência à infância que requerem uma forte presença do Estado nas famílias. A família pautada como o lugar mais apropriado para o desenvolvimento de crianças e adolescentes é uma família autônoma que, idealmente, não requer a ajuda, nem a supervisão por técnicos do Estado. Essa política resultou com um certo descrédito não só para o modelo de colocação subsidiada proposto pelo Programa Lares Substitutos, mas para outros sistemas de abrigagem. O ECA, ao colocar a família como o lugar mais apropriado para a criança, em certa medida retira do Estado o papel de provedor dessas condições, ficando ele exclusivamente com o papel de controle.

O Programa Lares Substitutos foi desenhado sobre uma outra concepção das obrigações do Estado em relação aos "menores", uma concepção de bem-estar, representada no nome da instituição que a levava a cabo, Fundação de Bem-Estar do Menor. Nesse momento, o Estado preocupava-se menos em garantir os direitos de crianças e adolescentes, do que em prover condições necessárias para o bem-estar dos menores. A idéia de um programa que, ao mesmo tempo, oferece as condições básicas para esse bem-estar e viabiliza melhores condições econômicas para as famílias que os acolhem não parece contraditória nessa concepção. Contudo, pode parecer alheia a um sistema que divide e diferencia entre as ações destinadas a proteger a infância e as ações destinadas a garantir as condições necessárias de subsistência aos adultos.

As idéias têm o seu momento histórico, cada momento tem seus ganhos e perdas. Com a aprovação do ECA, tivemos sem dúvidas, ganhos importantíssimos. A categoria "menores", que implicava a discriminação além de definir uma etapa no ciclo de vida pela negativa e a carência, foi deixada de lado. A visualização desses menores, agora sujeitos, implicou que passassem a ser considerados como portadores de uma categoria especial de direitos em base as necessidades específicas da etapa de vida que estão atravessando (RIZZINI, 1993 - ALVIM e VALLARDES; 1988). Com todos os ganhos que os jovens tiveram em matéria de garantias a seus direitos, podemos dizer também que esse processo levou a uma hipervalorização e isolamento dos interesses da criança em detrimento dos direitos dos adultos no seu entorno. Ao mesmo tempo que situa a família como o provedor de bem-estar e o Estado como o garantia do direito das crianças a esse bem-estar, este se retira de todo um âmbito onde cumpria com uma série de funções.

Com a suspensão dos pagamentos, um dos pilares em que se baseava a continuidade de mais de cinquenta anos, a experiência de acolhimento familiar quebrou. Porém, como veremos, essa ruptura deve ser relativizada. Olhando da perspectiva de

algumas das famílias participantes, a passagem pelo Programa e sua finalização significaram só um momento a mais nas diferentes trajetórias pessoais vinculadas ao acolhimento de crianças. Com o fechamento do Programa, as famílias acolhedoras retratadas aqui se desvincularam da supervisão estatal, mas não necessariamente deixaram de participar em outros programas ou serviços de atendimento, nem abandonaram da atividade de cuidado de crianças e acolhimento familiar em outras modalidades. Um outro elemento deve ser considerado e faz com que seja difícil dar por encerrada a experiência. A grande maioria dos usuários do Programa colocados nos Lares Substitutos no momento da suspensão dos pagamentos ainda continuam morando com suas famílias de acolhida. O processo judicial em função da omissão do Estado ainda continua. As previsões familiares para esses jovens estão bem longe de considerar o retorno a um abrigo ou qualquer outro serviço de atendimento do Estado. Crianças, adolescentes ou jovens *portadores de deficiência*, permanecem integrados às dinâmicas familiares, na maioria dos casos, continuam a morar com suas famílias de acolhida, mas também em novos lares de casamento, onde os jovens começam outras etapas de sua vida. Resulta difícil então considerar a experiência do Programa Lares Substitutos como uma experiência “finalizada”.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Domingos. *No bico da cegonha*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2002.
- ABREU FILHO, Ovídio. Parentesco e Identidade Social. Anuário Antropológico/80. Fortaleza - Rio de Janeiro, 1982. 95-118.
- ALLEBRANDT, Débora e AHLERT Martina. "É chegada a hora de ir embora: um estudo antropológico sobre as políticas para a saída de adolescentes do sistema de abrigagem de Porto Alegre/RS". In: (Pessanha Neves e Lahod Goedes org.) *Grupo de estudos de transmissão de patrimônios culturais*. Niterói: UFF, novembro de 2004.
- ALVIM e VALLARDES. Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura. In: ANPOCS Bib, Rio de Janeiro, No. 26 3-37, 2o. semestre, 1988. 3-37.
- ARIES, Phillippe. *Historia social da criança e da família*. São Paulo: Zahar, 1981.
- AZAMBUJA, Maria Regina. O sistema de justiça frente à criança privada do direito à convivência familiar. In: AZAMBUJA et alt (org.) *Infância em família um compromisso de todos*. Porto Alegre: IBDFAM, 2004. 67-72.
- BARLEY, Nigel. *El antropólogo inocente*. Barcelona: Anagrama, 1992.
- BITTENCOURT, Isabel. "Acolhimento familiar: relato da experiência de São Bento do Sul, SC" In: *Colóquio Internacional sobre acolhimento familiar*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. 124-132.
- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos, táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- CABRAL, Claudia. "Acolhimento familiar no Brasil e suas diversas perspectivas". In: *Colóquio Internacional sobre acolhimento familiar*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. 15-24.
- CADORET, Anne. *Parenté Plurielle, Anthropologie du placement familial*. Paris: L'Harmattan, 1995.
- CARDARELLO, Andréa. A transformação de internamento "assistencial" em internamento por "negligência": tirando a cidadania dos pais para dá-la às crianças. Ensaio FEE 19 (2). 306-330. 1998
- CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, Ruth (Org.), *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 95-106.
- CARSTEN, Janet. Introduction. In: *Culture of relatedness, news approaches to the story of kinship*. Cambridge: Cambridge Univ., 2000.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1982.
- COSTA, Maria Cecília Solheid. A cor que não se vê e a cor que se tem: a criança preferencial na adoção em camadas médias. Estudos Afro-Asiáticos, no. 21 dezembro de 1991. 109-117.
- CHAVES, Sérgio Fernando Vasconcelos. O sistema de justiça frente à criança privada do direito à convivência familiar. In: AZAMBUJA et alt (org.) *Infância em família um compromisso de todos*. Porto Alegre: IBDFAM, 2004. 83-92.

- DA MATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues. In: *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DANTAS, Erica. "O conceito de acolhimento familiar na ótica de diversos agentes estratégicos". In: *Colóquio Internacional sobre acolhimento familiar*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. 25-34.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DIRKS, ELEY, ORTNER. *Introducion*. In: (DIRKS, ELEY, ORTNER, orgs.) *Culture/Power/History: a reader in contemporary social theory*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1994. 3-45.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias et alt. Vicissitudes e Limites da conversão à cidadania nas classes populares brasileiras. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* no. 22, ano 8. Junho de 1993. 5-18.
- FALK-MOORE, Sally. *Law as Process, An Anthropological Approach*. London: Routledge & Kegan Paul, 1978.
- FERREIRA, Kátia Maria Martins. *Estatuto da Criança e do Adolescente na Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre: análise sociológica dos processos de destituição do pátrio poder*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS. Porto Alegre, 2002.
- FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- *Família, fofoca e honra, etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- Os direitos da criança, dialogando com o ECA. In: *Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos, diálogos interdisciplinares*. Porto Alegre: ed. UFRGS, 2004.103-115
- FONSECA, Claudia e CARDARELLO, Andréa. Direitos dos mais e menos Humanos. In: *Horizontes Antropológicos: Diversidade cultural e cidadania*. Porto Alegre: 1999. No. 10 83-122.
- FORTES, Meyer. Introduction, In: GOODY (org.) *Development cycles in domestic groups*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1958.
- FOX, Robin. *Parentesco e casamento: uma perspectiva antropológica*. Lisboa: Veja, 1986.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- GEERTZ, Clifford. *Los usos de la diversidad*. Barcelona: Paidós; 1996.
- *La interpretación de las culturas*. Barcelona: Gedisa, 1997
- HARRIS, Marvin. *El desarrollo de la teoría antropológica. Historia de las teorías de la cultura*. Madrid: Siglo XXI editores, 1979.
- HERITIER, François. Les dogmes ne meurent pas. *Autrement* 3, 1974. 150-162.
- KNAUTH, Daniela. Aids, relações de consangüinidade e de aliança. In: *Cadernos do NUPACS*. Série: textos para divulgação, No. 003/96. Porto Alegre; 1996.

- KOLLER, Sílvia Helena e PRATES SANTANTA Juliana. As Instituições de atendimento e as famílias dos jovens em situação de rua: funções complementares ou excludentes. In: AZAMBUJA et alt (org.) *Infância em família um compromisso de todos*. Porto Alegre: IBDFAM, 2004. 129-138.
- KROEBER. Sistemas classificatórios de parentesco. In: LARAIA (org.) *Organização Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- KUPER, Adam. *Cultura, a visão dos antropólogos*. São Paulo: EDUSC, 2002.
- LEVI-STRAUSS, Claude. A família. In: SHAPIRO (org.) *Homem, Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ed. Fondo de Cultura, 1972. 308-333.
- *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- LALLEMAND, Suzanne. *La circulation des enfants en société traditionnelle, Prêt, don échange*. Paris, Éditions L' Harmattan, 1993.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARTINHO, Helena. Infância em família: um compromisso de todos. In: AZAMBUJA et alt (org.) *Infância em família um compromisso de todos*. Porto Alegre: IBDFAM, 2004. 53-54.
- McKINNON, Susan. The economics in kinship and the paternity of culture: origin stories in kinship theory. In: FRANKLIN-MCKINNON (eds.) *Relative Values*. Durham & London: Duke University Press, 2001.
- MENEZES, Valeska. *Gestação adotiva nas famílias substitutas*. Centro de Estudos da Família. UFC. Fortaleza, 1997.
- MODELL, Judith. Rights to the Children: Foster Care and Social Reproduction in Hawai'i. In: *Reproducing Reproduction, Kinship, Power, and Technological Innovation*. Philadelphia: Univ. of Pennsylvania, 1998.
- MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. *Na 'casa da mãe' / 'na casa do pai': Anotações (de uma antropóloga & avó) em torno da 'circulação' de crianças*. Reunião Brasileira de Antropologia. Recife, 2004.
- MOURA, Simone Rolim de. "Formas de nomeação entre as famílias do Programa Lares Substitutos". In: (Pessanha Neves e Lahod Goedes org.) *Grupo de estudos de transmissão de patrimônios culturais*. Niteroi: UFF, novembro de 2004.
- ORTNER, Sherry. Theory in anthropology since the sixties. In: (DIRKS, ELEY, ORTNER, orgs.) *Culture/Power/History: a reader in contemporary social theory*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1994. 372-411.
- Resistance and the problem of ethnographic refusal. In: *Comparative study of Society and History*. 1995. 173-193
- PESSANHA, Delma. *A perversão do trabalho infantil. Lógicas sociais e alternativas de prevenção*. Niteroi: Intertexto, 1999.
- RAPP, Rayna. Family and class in contemporary America: notes toward an understanding of ideology. In: THORN-YALOM (orgs.) *Rethinking the family: some feminist questions*. Boston: Northeastern Univ. Press, 1992.
- RELATÓRIO AZUL- Comissão de cidadania e Direitos Humanos. Assembléia Legislativa do Estado de Rio Grande do Sul.

- RIZZINI, Irene. *A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro, Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2003.
- SALAZAR, Charles. On blood and its alternatives. An Irish History. In: *Social Anthropology*. Vol. 7, Issue 02, June 1999. 155-167.
- SARTI, Cynthia. *A família como espelho, um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- SCHNEIDER, David. *A critique of the study of kinship*. Ann Arbor. Univ. of Michigan Press, 1984.
- SCOTT, Parry. O homem na matrifocalidade: gênero, percepção e experiências do domínio doméstico. In: *Cadernos de Pesquisa* No. 73. São Paulo, 1990. 38-47
- SILVEIRA, Domingos Sávio Dresch da Silveira. Novos personagens entram na cena... Afinal: a máquina judiciária gera mais violência? In: *Antropologia, Diversidade e Direitos Humanos, diálogos interdisciplinares*. Porto Alegre: ed. UFRGS, 2004.133-141.
- SINGLY, François. La fin du règne de l'enfant, Des usages savants de la norme du bien de l'enfant. In: *French politics, Cultures and Society*. v. 17, no. 3-4 Summer/Fall Institute of French Studies, New York University, 1999. 117-133.
- VELASCO, H e DÍAZ DE RADA. *La lógica de la investigación etnográfica*. Madrid: Trotta, 1997.
- VIANNA, Adriana. *Limites da Menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento*. Tese de Doutorado, PPGAS-UFRJ; 2002.
- WAQUANT, Loïc. *Corpo e Alma, notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- YANAGISAKO, Sylvia - DELANEY, Carol. Naturalizing power. In: YANAGISAKO-DELANEY (orgs.) *Naturalizing power: essays in feminist cultural analysis*. New York: Routledge, 1995.
- ZELIZER, Viviana. Repenser le marché, la construction sociale du "marché aux bébés" aux Etats-Unis, 1870-1930. Actes de la recherche em sciences sociales, no. 94. Setembro 1992. 3-26